



ESTADO DO PARANÁ

MENSAGEM

APRESENTADA A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO
POR OCASIÃO DA ABERTURA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 5ª LEGISLATURA

PELO

SENHOR NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA

GOVERNADOR DO ESTADO



CURITIBA — PARANÁ

1965

I — INTRODUÇÃO



Senhores Deputados

É esta, dentro do quinquênio correspondente ao mandato que me foi conferido pelo povo paranaense, a última Mensagem que, por disposição constitucional, tenho a honra de dirigir à Assembléia Legislativa, para dar contas da situação geral do Estado.

Achei de bom alvitre não me limitar, como é de praxe, embora não o seja expressamente de lei, apenas ao exercício anterior, mas abarcar, pelo menos nos seus setores mais relevantes, todo o período de minha gestão à frente do executivo estadual.

Entendi também que seria oportuno complementá-la com a indicação das principais medidas de Governo, consubstanciadas no Programa de Investimentos de 1965/67, de cuja execução depende a conclusão de obras básicas que estão em andamento.

Decorridos quatro anos, torna-se possível confrontar situações e definir tendências, que no decurso de um ano nem sempre se apresentam bem visíveis ao observador, tanto mais quando, operando à base de programas pluriennais de investimentos, dificilmente se pode medir o trabalho realizado pelas frações de tempo que vão de uma execução orçamentária à outra.

Estou certo de que os Senhores Deputados não se molestarão com estas inovações por parte de quem ascendeu ao Governo do Paraná com o decidido propósito de inovar onde fôsse preciso, em consonância com as inclinações de uma nova fase histórica e num Estado da Federação brasileira que se transforma a olhos vistos, exigindo de todos nós todo o es-

fôço de adaptação funcional, sem o qual estaremos nos colocando não sòmente aquêm ou fora de nosso tempo, mas inclusive contra êle.

A imagem do Govêrno, e diria, até, a imagem do Paraná, está sempre, num ano político-eleitoral, sujeita a ser deformada pelas naturais paixões que o problema sucessório suscita entre as diferentes correntes políticas e junto da opinião pública.

Estamos aqui, porém, frente a frente, dois poderes que no curso dêstes quatro anos funcionaram independentes e harmônicos, como manda a mecânica do regime, num nível de perfeita e alta compreensão daquilo que julgamos ser o melhor para o Paraná. O Legislativo jamais faltou com as leis que o Executivo lhe pediu para instrumentalizar uma política de desenvolvimento econômico compatível com o processo de crescimento que empolga o Estado.

Nas relações entre os dois poderes, as divergências político-partidárias e as distinções de ordem doutrinária ou ideológica não perturbaram jamais a marcha da administração, seja para a criação de organismos novos, seja para captar recursos adicionais, segundo o parecer dos técnicos e em função das experiências de planejamento que iam sendo introduzidos na programação de obras fundamentais para o Estado.

Não seria fácil, no curto espaço de quatro anos, de quatro anos que foram talvez os mais tumultuosos da vida política brasileira, dar tratamento harmônico e simultâneo a todos os problemas que o crescimento paranaense agravou, daí decorrendo as possíveis divergências sôbre o que seria ou deveria ser de mais alta prioridade para a consideração do Govêrno.

O exame da conjuntura político-financeira que constitui a primeira parte desta Mensagem, foi uma análise dos caminhos a seguir para se dar ao Paraná uma estrutura social e econômica mais equilibrada, que responda às aspirações de quase seis milhões de paranaenses.

Entendeu o Govêrno fixar-se naqueles problemas que a conjuntura apontava como os de maior importância para a administração e que representavam, como em parte ainda representam, verdadeiro desafio à máquina administrativa esclerosada e obsoleta que encontramos, incapaz de dar condições, quer ao servidor público de melhor servir, quer ao Estado de servir-se dela para complementar o esforço do setor privado, com o mínimo indispensável à liberação dos pontos de estrangulamento que estavam sufocando a expansão de novas energias criadoras da coletividade, quanto mais para criar estímulos ao labor produtivo do povo.

Essa incapacidade estrutural do setor público tinha levado o povo a se afastar dêle, vendo-o com desconfiança e má-vontade, sem a afeição e o respeito de que hoje se sente cercando os homens públicos, coisa antes difícil ou mesmo impossível, mesmo porque muitos dêles nada faziam para merecê-la, já que, bem ao contrário, estavam subtraindo da função pública a sua elementar e indispensável dignidade de atribuição delegada pelo povo.

Um grande esforço foi feito pela equipe que empresta sua colaboração ao Govêrno para ajustar a máquina administrativa às reais necessidades do Estado, no presente estágio de seu desenvolvimento, com a criação de órgãos que se tornavam indispensáveis para vencer a inércia imperante. As Secretarias de Estado foram reestruturadas, visando a uma progressiva reforma administrativa, inclusive com a descentralização da ação executiva, cometida, sempre que possível, a organismos dotados da flexibilidade da empresa privada. Essas medidas foram complementadas com uma nova política de pessoal que assegurasse direitos e conquistas da classe para que dela se pudesse pedir rendimento compatível dando-se-lhe também melhores condições de conforto nos locais de trabalho.

Posso dizer agora que não temos uma máquina burocrática emperrada, mas um mecanismo que tende a ser, cada vez mais, o instrumento operacional eficiente para a execução das novas funções que se reclamam do setor público.

De outra parte, a convicção de que qualquer ajuda externa, nacional ou estrangeira, tem função apenas complementar, subordinando-se ao esforço maior do próprio Estado no financiamento de seu desenvolvimento, fez o meu Governo imprimir maior atenção ao problema da captação de recursos indispensáveis ao funcionamento do poder público e aos investimentos da mais alta prioridade, buscando, na reativação de suas forças internas e de suas potencialidades, criar condições que inspirassem confiança à ajuda de fora e aos capitais, públicos ou privados, que aqui viessem a se instalar.

Verificou-se logo que uma transformação no modo de pensar do povo acompanhava as iniciativas do setor público pela compreensão de que, realmente, se impunha evitar a dispersão e a pulverização dos recursos em muitas obras e em diferentes setores, para, de preferência, concentrá-los nos pontos essenciais. Para isso, buscou-se distribuir os benefícios dos investimentos públicos na infraestrutura e, de outro lado, oferecer um sistema de forças corretivas a uma estrutura instável, sujeita às pressões e tendências de divisionismos regionais que coincidem com a fase de pioneirismo e desbravamento em várias frentes de ocupação em áreas distantes, suscetíveis de «rushs» passageiros, virtualmente desligados do centro de gravidade do Estado, deixando às vêzes na retaguarda e nos permeios áreas problemas de pouca vibração econômica.

Não obstante o impressionante surto de progresso que empolga o Paraná, sua evolução continua a se processar sob o impulso do setor primário, isto é, da agricultura e dos poderes extrativos, que geram cerca de dois terços da renda estadual. É uma estru-

tura instável, por demais exposta às perturbações climáticas e às crises de mercado, já que depende, em grande parte, da exportação, onde a situação dos produtos primários tem sofrido um processo de perda de substância de seus preços.

O café foi até aqui o fator de maior dinamismo da economia paranaense, prevendo-se, porém, que não poderá suportar só êle o esforço de estímulo que transmitiu a todo o sistema regional. A êle o Paraná deve, no entanto, quase todo seu desenvolvimento até aqui. Já salientei, em recente pronunciamento, os aspectos novos da cafeicultura paranaense, com o seu cultivo em pequenas propriedades, que tanto contribuiu para a democratização da terra. Além disso, o Paraná é a última fronteira do café, o que quer dizer que entre nós êle deixou de ser uma cultura de trânsito. Aqui veio para ficar, esta é a sua casa definitiva, estando indissolúvelmente ligado aos nossos destinos, o que justifica a enorme preocupação pelo seu futuro, nos têrmos em que o país procura conduzir a política internacional do café, visando mercados e preços.

Tais preocupações não excluem a necessidade urgente de se dar ao Estado uma estrutura econômica mais equilibrada, através da diversificação da lavoura e dos incentivos substanciais à industrialização, pois é sabido que os progressos da própria agricultura dependem muito da tecnologia e da mecanização, inclusive para absorver amanhã a mão-de-obra rural disponível em consequência do desenvolvimento racional das atividades agrárias.

Em função dessas exigências, reformulou-se a política econômica do Estado, dispensando-se a mais alta prioridade às obras do setor público que viessem ao encontro dessa política.

As obras concluídas pelo Govêrno, as que iremos concluir êste ano e aquelas que estão em andamento, e que sabíamos não poder inaugurar — o que não nos impediu de conduzí-las no mesmo ritmo



acelerado das demais — estão, tôdas elas, marcadas pelo sentido da essencialidade, respondendo a reclamos básicos do Estado.

O primeiro dêesses reclamos, sem os quais os outros não poderiam ter o devido atendimento, relacionava-se com o saneamento das finanças e com a restauração do crédito do Estado, encontrados em deplorável situação em 1961. Já no fim dêesse ano havíamos podido reduzir o endividamento do Tesouro, que atingira a 105% da receita arrecadada no exercício, a 75%, fazendo-o baixar em 1962 para 55%; em 1963, para 42% e em 1964, para 22% — nível em que passa a significar uma forma de financiamento ao desenvolvimento estadual. A receita pública, nos quatro anos, teve um incremento de 16 vêzes, passando de 10 para 168 bilhões no presente exercício. Êste é um dado importante a considerar, pois no Paraná o custo social do setor público é um dos mais baixos do Brasil (no Estado a participação do Govêrno na receita interna não chega a 10%, com o Impôsto de Vendas e Consignações, em 1964, representando 7% da renda estadual), quando há Estados onde essa proporção sobe a mais de 20%.

Revela citar, como prova eloqüente da eficiência de um dos principais setores do Govêrno, que, na atual gestão, foram vencidos os «deficits» orçamentários crônicos, ônus sempre pesados à racional execução da política financeira da administração. Assim, o esforço sobre-humano que agora se realiza no país, buscando enquadrá-lo na realidade de seus recursos, como um dos meios de combate à inflação, foi vitorioso no Paraná já há alguns anos, numa colaboração antecipada ao que, patriôticamente, se procura fazer atualmente em benefício do Brasil.

Quanto ao Banco do Estado do Paraná, foi totalmente liquidada a dívida com a CAMOB, encontrada em 1961, que ascendia a mais de 2 bilhões de cruzeiros, sendo colocados em dia os recolhimentos obrigatórios à ordem da SUMOC, paralisados desde 1956.

O Banco não só foi recuperado como reconquistou seu crédito. Elevou os depósitos de 1,2 bilhões em 1960 para mais de 30 bilhões de cruzeiros em 1964; aumentou o capital de 250 milhões para 500 milhões, devendo logo mais elevá-lo para 2,5 bilhões, antes do que já se situa entre os trinta maiores Bancos do país. Só em 1964 seus empréstimos ao setor público foram superiores a 16 bilhões de cruzeiros.

Não obstante as dificuldades do primeiro ano, quando foi preciso pôr em dia vencimentos atrasados de vários meses do funcionalismo e liquidar débitos com fornecedores e empreiteiros, concluímos a pavimentação asfáltica e entregamos ao tráfego a estrada Curitiba-Ponta Grossa, os trechos Maringá-Mandaguari, Apucarana-Araruva, Cambará-Andirá, Melo Peixoto-Jacarèzinho, num total de 83 quilômetros de asfalto. Ainda no mesmo ano, no setor da Educação, foram concluídas 92 unidades escolares, com um total de 213 salas de aula, além de outras obras em diversos setores da administração. O programa de energia elétrica foi reformulado, retomadas obras paralisadas e estendidas linhas de transmissão a diversas cidades do Litoral e do Norte do Estado, com energia adquirida pela COPEL, enquanto as novas obras por ela encetadas pudessem proporcionar potência instalada adicional.

Um vasto trabalho foi realizado em todos os setores para pôr em ordem a administração, tumultuada e desorganizada, com diversos órgãos desviados de suas finalidades ou estagnados.

Elaborados os programas de trabalho, dentro de novos critérios técnicos, com a convocação de uma equipe de primeira ordem que vem acompanhando o Governo nestes quatro anos, passou-se à execução, com prioridade de investimentos naqueles setores onde mais clamorosas eram as deficiências do Estado.

No setor da energia elétrica, o Paraná realizou nestes quatro anos um esforço que se pode classificar

de verdadeiramente extraordinário, com a conclusão da Usina Termelétrica de Figueira, o funcionamento da Usina Hidrelétrica de Chopim e de Mourão I, com as obras de Capivari-Cachoeira, Salto Grande do Iguaçú e Foz do Chopim, com a ampliação da termelétrica de Paranaguá, com a aquisição da usina de Emergência de Curitiba, a construção de quase 1.200 quilômetros de linhas de transmissão, das quais 900 no Norte do Estado, possibilitando a ligação de 60 localidades, além de 30 subestações transformadoras. Graças a isso, a potência instalada no Estado passou de 128.183 kW para 221.956, o que equivale a quase o dobro em quatro anos, incluindo os serviços a cargo do DAEE.

Como órgão técnico planejador, produtor e distribuidor de energia elétrica, a COPEL transformou-se numa das grandes empresas do país no seu gênero, dividindo com a ELETROCAP, criada pelo atual Governo, a responsabilidade da execução das maiores obras em andamento no Estado. Essas Usinas, juntamente com a de Xavantes, na qual a COPEL tem participação acionária, poderão dar ao Paraná, em 1968, mais de 360.000 kW de potência instalada. São obras que exigem o trabalho de mais de uma gestão, mas cuja iniciativa e mérito estou certo de que a esta serão creditados, como parte de um grande empreendimento infraestrutural destinado a romper, afinal, as barreiras do subdesenvolvimento regional. No empreendimento se inclui, e não poderíamos esquecê-lo, os estudos para o aproveitamento do Rio Negro, que poderá proporcionar cerca de 4 milhões de kW de energia aos Estados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Não foram menos vultosas as realizações, até aqui, no setor dos transportes. Posso afirmar, sem incorrer em erro, que em princípios de 1961 o Paraná não tinha nenhum de seus principais eixos rodoviários em condições adequadas de tráfego nem, portanto, meios razoáveis de acesso, quer para seu principal porto

marítimo, quer para a ligação e o escoamento da produção de uma de suas regiões mais ricas, o Norte do Paraná. Parte das grandes safras anuais se perdia por falta de transportes, enquanto o que se escoava vinha suportando custos quase proibitivos de fretes pelo mau estado das estradas existentes. A baixa utilização do Pôrto de Paranaguá onerava o custo operacional, condenando sua administração a um «déficit» crônico. A BR-2 era a única obra em ritmo acelerado.

Hoje, podemos dizer que contamos, além da BR-2, federal, com mais três eixos pavimentados nas melhores condições de tráfego. Concluímos a BR-87, também chamada a Rodovia dos Cereais, com a entrega, em 1963, de 82 quilômetros de asfalto que faltavam para a ligação Melo Peixoto-Jandaia do Sul; entregamos pavimentada, de Curitiba a Paranaguá, a antiga estrada da Graciosa e vamos entregar, nos próximos meses, inteiramente pavimentada, a Rodovia do Café, (BR-104), ligando Maringá ao Pôrto de Paranaguá, que foi a grande meta dêste Govêrno, plenamente alcançada antes do término da atual administração. Entregaremos também asfaltada parte da Rodovia do Xisto, no trecho Curitiba-Lapa, já estando praticamente concluídas as obras de pavimentação até Contenda.

Mas não é só. Na PR-5, que liga Curitiba à região do Sudoeste, servindo União da Vitória, Pato Branco e Barracão, foram construídos 131 quilômetros e realizado revestimento primário em 171; fêz-se a implantação básica de 247 quilômetros da Estrada do Café, 50 no trecho Relógio a Campo Mourão, 13 no trecho Maringá-Campo Mourão, além de 187 quilômetros em diversas outras estradas. Nada menos de 3.000 metros de obras de arte especiais foram realizadas nos quatro anos. A rede rodoviária passou de 5.898 quilômetros, em 1960, a 7.030 em 1964, elevando-se o total pavimentado no período de 233 para 455 quilômetros.

No binômio energia elétrica-estradas foram investidos nos quatro anos, de recursos exclusivamente do

Estado, cêrca de 56 bilhões de cruzeiros, que corresponde a mais de 50% de todos os investimentos estaduais, o que não parece deixar dúbidas quanto ao vulto das realizações efetuadas para que o Paraná pudesse contar com o mínimo indispensável de infraestrutura que seu vertiginoso desenvolvimento reclamava.

Paralelamente, um extraordinário impulso foi dado ao setor do fomento agropecuário, para o atendimento dos problemas da produção, tendo em vista o dinamismo alcançado pela agricultura que, em 1963, se situou como a terceira do país em volume e valor, somente ultrapassada por São Paulo e Minas Gerais, quando alcançou 197 bilhões de cruzeiros. A COPASA elevou a capacidade de armazenamento de sua rede de 0 em 1960, para 35 mil toneladas de capacidade estática em 1964. A CAFÉ DO PARANÁ, companhia criada pelo atual Govêrno, além dos serviços prestados pelas patrulhas mecanizadas, com 10 Postos organizados no interior, a partir de 1962, revendeu um milhão e 500 mil sacas de sementes, num valor em redor de 5 bilhões de cruzeiros. Dois planos de alimentos para o Brasil foram oferecidos ao Govêrno Federal como contribuição do Paraná à solução do problema do abastecimento. A Secretaria da Agricultura distribuiu cêrca de 4.000 reprodutores bovinos de alta linhagem, além de dinamizar suas atividades no campo das pesquisas, experimentação, extensão, ensino rural e combate às pragas.

A política de diversificação da lavoura, com o estímulo às novas culturas e o fomento às que se apresentam como mais adequadas a cada região, está sendo executada pela Secretaria de Agricultura, em conjunto com a CAFÉ DO PARANÁ.

Visando dar uma estrutura mais equilibrada à economia paranaense, o Govêrno voltou-se para a industrialização, inaugurando no Paraná uma política de efetivo apoio e incentivo ao setor privado para que êle possa ampliar o parque industrial do Estado,

absorver excedentes de mão-de-obra rural e fazer o aproveitamento mais racional de produtos e matérias primas regionais. Esta é uma nova face do Paraná que se revela aos olhos do Brasil, graças à criação da CODEPAR, que para promover o desenvolvimento econômico regional atua em duas frentes, financiando obras de infraestrutura do setor público e empreendimentos industriais do setor privado, com mais de 120 contratos já firmados para implantação e ampliação de indústrias, permitindo adicionar mais de 3.000 novos empregos no setor.

Embora com a perda, pelo Estado, dos Impostos Territorial-Rural e de Transmissão Inter-Vivos, a percentagem de investimentos no setor público foi das maiores verificadas no Brasil, assim traduzida:

Sem o Fundo de Desenvolvimento		Com o Fundo de Desenvolvimento
1961 — 14,6
1962 — 17,6	26,2
1963 — 17,4	30,0
1964 — 19,9	34,2

Os financiamentos já concedidos, beneficiando ramos de atividade de comprovada essencialidade, ascendem a mais de 7 bilhões de cruzeiros, a preços de 1964, com aplicações, preferencialmente à pequena e média empresa, nos grupos de minerais não metálicos, metalurgia em geral, produtos de origem florestal, agrícola e animal, produtos químicos e manufaturas em geral.

Todo o sistema estadual do ensino foi reformulado pelo atual Governo, para ajustá-lo não só às novas diretrizes e bases de educação, mas também às novas exigências do Estado, decorrentes de seu singular desenvolvimento, tanto mais quando faltava ao setor público um mínimo de planejamento na ampliação da rede escolar, notadamente no nível primário, onde mais forte se mostrava a demanda. Os programas elaborados visaram ao atendimento prioritário



das regiões de maior «déficit» em unidades escolares, principalmente áreas de colonização recente. Estamos construindo uma média de duas salas de aula por dia, numa luta contra o tempo para enfrentar o «déficit» permanente, resultante do aumento incessante da população em idade escolar.

Uma das grandes inovações introduzidas foi a elevação de 4 para 6 anos do curso primário, com o propósito de ministrar, nos dois últimos, artes industriais, que preparam o menor para o trabalho remunerado depois dos 14 anos, nos termos da Constituição Federal. A criação da Mobilização Estadual Contra o Analfabetismo-MECA está dando alfabetização em massa à jovens e adultos, ao mesmo tempo em que a expansão da Merenda Escolar nas escolas primárias contribui para melhorar o rendimento das crianças que estudam. Mais de 300 mil crianças foram atendidas em 1964 com a merenda escolar.

Para captar novos recursos e mobilizá-los no setor da educação, foi criada a FUNDEPAR, que, em coordenação com a Secretaria de Educação, colabora na implantação de uma rede escolar mais eficiente, equipando-a e dando-lhe o dinamismo necessário nas áreas mais necessitadas da presença do Estado. O Paraná está gastando em educação muito mais que o limite fixado pela Constituição Federal, sendo um dos únicos no país que possui o maior número de estabelecimentos públicos de ensino secundário em relação aos particulares. A grande participação do Estado no atendimento do ensino primário está representado por 62% do total, cabendo aos municípios 28% e aos particulares apenas 10%.

Elevou-se a proporção das professoras normalistas sobre as não normalistas de 33 para 47%. A legislação do ensino foi revista e consolidada, sendo proporcionadas tôdas as facilidades para que o Conselho Estadual de Educação, já instalado, inicie suas relevantes tarefas.

Nos setores de saneamento e saúde pública, estão

em desenvolvimento programas objetivos para dar melhores condições sanitárias e de higiene à população. Em 1960, das 167 cidades do Estado apenas 57 possuíam serviços de abastecimento de água e somente 13 eram servidas de esgotos sanitários. O Departamento de Águas e Esgotos debatia-se com a falta de recursos mínimos que lhe permitissem atender aos serviços existentes, quanto mais iniciar um trabalho eficiente de atendimento às novas cidades.

As dificuldades para a obtenção de recursos adicionais fora do Estado levaram o atual Governo a criar a SANEPAR, em 1963, com um fundo formado com 2% dos recursos arrecadados pelo Imposto de Vendas e Consignações, pedindo-se ao DAE todo o esforço possível numa reformulação de um plano executável de saneamento. Atualmente, 83 cidades estão sendo atendidas com abastecimento de água e 28 com esgotos sanitários, destacando-se o reforço do abastecimento de água de Curitiba, com um acréscimo diário de 22 milhões de litros, o início dos estudos do emissário de esgotos do Rio Belém e da solução, a longo prazo, para o abastecimento de água da Capital. Numerosas obras estão também em andamento no interior do Estado.

O Governo vem ampliando a rede hospitalar, sendo suas principais obras no setor o Sanatório de Londrina, para 400 leitos; a Colônia do Hospital de Consolidação de Cura da Lapa, para psicopatas, o Hospital Psiquiátrico de Londrina, o Centro de Hidratação de Curitiba e o Hospital Psiquiátrico Infantil. Em 1965, dobrará o número de leitos para tuberculosos.

Grandes campanhas de vacinação foram levadas a efeito, com a média de um milhão de aplicações anuais, além da distribuição de leite em pó, novos postos de puericultura e serviços de abreugrafia em várias unidades hospitalares do interior.

A assistência social ganhou amplitude, com a criação do Instituto de Assistência ao Menor; promoveu-se a dinamização da Fundação de Assistência ao

Trabalhador Rural, com equipes atuando em municípios-chaves do interior, operando serviços médicos, odontológicos e farmacêuticos de caráter volante, além da educação rural e serviço social levados diretamente às comunidades locais e ao lar do lavrador menos favorecido. Foi criado pelo Governo o Instituto de Previdência e Assistência ao Servidor Público-IPE, cujo movimento em 1964 elevou-se a 180.000 atendimentos, com assistência médica e hospitalar, fornecimento de medicamentos, exames de laboratório, empréstimos em consignação, construção de casa própria, significando uma soma de prestação de serviços antes desconhecida pelo funcionário.

Graças à atuação do Instituto de Assistência ao Menor, que mantém 12 estabelecimentos, no mais alto nível de organização e concede auxílios a mais de 40 estabelecimentos particulares (em 1964 foram além de um bilhão de cruzeiros), o Estado passou a realizar um trabalho sério em matéria de assistência ao menor abandonado, dando-lhe educação e preparação profissional para a vida depois dos 18 anos, sem excluir os menores acima de 14 anos que já trabalham e inclusive ajudam, muitos deles, seus familiares menos favorecidos.

Não precisaria, por certo, relatar as medidas tomadas pelo atual Governo no setor de terras e colonização, mesmo porque o Legislativo Estadual tem sido um prestimoso colaborador na obra realizada para resolver os graves litígios que tumultuavam a posse da terra, especialmente nas áreas pioneiras. O Paraná pode proclamar em voz alta que, a bem dizer, antecipou-se à reforma agrária. O Departamento de Geografia, Terras e Colonização, a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração e o Conselho de Desapropriação e Colonização atuam coordenados no sentido de assegurar acesso à terra ao agricultor efetivo, fazendo com que o Estado, quer como mediador, quer como executor, possa oferecer um acervo extraordinário de realizações, inclusive em

cooperação com órgãos federais, que atuam na faixa de fronteira, de atribuições privativas da União, onde o concurso do governo estadual tem sido publicamente proclamado.

A segurança da população e o combate ao crime não foram objeto de menor atenção, procurando-se, para isso, equipar o aparelho policial e elevar o nível profissional e técnico de seu pessoal, ressaltando a organização da Polícia Civil e a ampliação dos efetivos da Polícia Militar do Estado, cuja ação serena e firme nunca me cansei de salientar, seja quanto à correção e eficiência dos componentes da Secretaria de Segurança Pública, seja quanto ao zelo e disciplina de todos, conscientes da responsabilidade de suas funções e por isso mesmo, dignos do aprêço e do reconhecimento de toda a população.

As relações do Estado com os Municípios se caracterizam pelo respeito mútuo no mais alto nível de cooperação, preocupando-se o Governo em oferecer-lhes uma assistência de ordem eminentemente técnica, através do DATM, que tem contado com o apoio do Executivo estadual para o desempenho de suas atribuições. Ela tem sido cada dia mais vultosa, ante à multiplicidade das solicitações que lhe chegam diariamente das Prefeituras e Câmaras Municipais num atestado da qualidade de seus serviços de assessoramento e orientação. Na medida de suas possibilidades, o Governo tem cumprido suas obrigações decorrentes do Art. 20 da Constituição Federal, registrando aqui sua satisfação ante o reconhecimento dos Municípios paranaenses de que o incremento das rendas municipais tem sido, em parte, o fruto das obras de infraestrutura, nos setores dos transportes, energia elétrica, educação, saneamento, fomento agropecuário e industrial, levados a efeito pelo Estado.

Quanto às suas relações com a União, muito ainda teria o Governador a acrescentar ao que repetidamente tem afirmado, em todas as oportunidades, a respeito

do que significou para o Paraná e para o Brasil em geral o movimento de 31 de março do ano passado, que possibilitou a ascensão do Governo Castello Branco, marcando o início de uma época nova nos destinos dêste País, não estivesse disso plenamente consciente o Legislativo Estadual.

Quatorze meses são passados, desde que o País foi reintegrado no seu clima ideal de convivência democrática, de paz social e de segurança nacional, que é o clima compatível com as tradições cristãs de seu povo e o único capaz de possibilitar uma verdadeira tomada do desenvolvimento. Afastado o perigo da subversão, que se instalara na própria cúpula federal, e eliminados os focos de corrupção, partiu-se para o combate efetivo à inflação, com medidas econômico-financeiras tomadas pelo Governo da República cujo rigor somente pode ser medido pela inegável eficácia dos efeitos que está produzindo, a ponto de já estar mudando a expectativa no seio de tôdas as classes, hoje convencidas dos seus resultados, quer a curto, quer a longo prazo.

As reformas pelas quais tanto o Brasil se batia passaram finalmente do plano da demagogia, que politicamente exauriu o Governo passado, para o terreno da realidade, com uma nova estrutura agrária já votada pelo Congresso e em início promissor de execução. A reforma tributária e a reforma bancária são fatos que aí estão para contribuir no sentido de uma nova conjuntura e possibilitar maior participação do povo nos frutos do desenvolvimento. A reforma eleitoral está consubstanciada em Mensagem do Executivo federal ao Congresso, devendo ser lei logo mais, a fim de que o País se aproxime efetivamente da verdade eleitoral, sem as distorções provocadas pelo poder econômico no resultado dos pleitos e sem o irrealismo, hoje ainda dominante, quanto à representatividade dos Partidos Políticos, para que sejam, afinal, a expressão das diferentes correntes de

opinião ou instrumento de doutrinas e ideologias de alto sentido humanista.

O Brasil reconquistou o respeito e o prestígio que estavam se deteriorando no cenário internacional. A confiança internacional no Governo do Presidente Castello Branco mudou a atitude das grandes agências financeiras devotadas à assistência econômica aos países em desenvolvimento, com reflexos benéficos de que o próprio Paraná é testemunha, com os empréstimos que está recebendo da Aliança para o Progresso para o financiamento de suas obras de infraestrutura.

O clima de amplas liberdades públicas, sem prejuízo do prestígio da autoridade e do vigor das manifestações populares, que é a tônica dominante em todo o País, foi assegurado inclusive no Paraná nas recentes eleições municipais que se realizaram e será garantido logo mais quando o povo paranaense for chamado às urnas para escolher seu novo Governador.

Aguardo serenamente e com a consciência tranqüila o momento de transmitir o Governo àquele que o povo indicar como meu sucessor. Estou convicto de que não traí a confiança dos que me delegaram a grande honra e a enorme responsabilidade de dirigir a administração do Paraná. Vou entregá-la em muito melhores condições de que a recebi, permitindo ao que me suceder, desenvolver sua ação com dificuldades menores do que as que me foram legadas. Tenho consciência de que, ao assumir, compreendi o momento histórico do Paraná: ou se impulsionava o seu desenvolvimento com a execução de obras básicas ou se o condenava irremediavelmente à estagnação, destruindo-se, assim, uma das maiores esperanças de libertação econômica do Brasil. Por isso, foi equacionado e posto em execução o plano de obras realizado e em andamento. Para conseguí-lo, extraordinária foi a participação do Legislativo e do Judiciário, indesviá-



veis no patriótico cumprimento de suas atribuições específicas.

Negaria a mim mesmo se não proclamasse, também, o esforço e o acêrto do funcionalismo público, civil e militar, a notável colaboração de meus companheiros e auxiliares mais imediatos, sem os quais nada poderia ter sido feito em favor do Paraná. Somente com o seu auxílio, sua inteligência e sua bondade, pude cumprir a minha missão. A todos agradeço do mais profundo do meu coração. Essa equipe honraria qualquer Governo do Brasil e o Paraná ainda receberá muito dela.

Com a ajuda de Deus, que sempre invoquei humildemente e nunca me faltou, vou chegando ao fim do mandato que o generoso povo do Paraná me confiou. Não peço reconhecimento, senão compreensão. Deus é testemunha de que, em todos os momentos, em todos os instantes, tudo fiz procurando acertar, sem outro objetivo senão o bem do meu Estado e de seu povo.

Curitiba, 1.º de maio de 1965.

NEY BRAGA

Governador do Estado.

II — A CONJUNTURA ECONÓMICO-FINANCEIRA

EVOLUÇÃO DA ECONOMIA

A evolução da economia paranaense continua a se processar sob o estímulo do setor primário (agricultura, pecuária e produtos extrativos florestais), responsável por cerca de dois terços da renda estadual.

O dinamismo desse setor advém da exportação, cujo principal produto é o café, assim como anteriormente eram sucessivamente o mate e a madeira, que continuam a ser correntes regulares do comércio paranaense com o exterior, embora com crescente perda de substância econômica.

Até a década de 1940 o Paraná respondia a reflexos provenientes de outras economias reflexas: madeira e alimentos para o mercado nacional e madeira e erva mate para o Rio da Prata. A partir dessa década, os estímulos passaram a vir diretamente das economias dinâmicas industrializadas: café para os Estados Unidos e a Europa Ocidental. Hoje, o Paraná econômico é o produto dessas duas fases distintas, que coexistem, se bem que em proporção bastante desigual.

Na renda gerada pela lavoura, que representa 75% de todo o setor primário, o café entra com 52% do valor total, enquanto na renda gerada pelos produtos extrativos florestais, que se reduzem a 7,9% do total do setor primário, a madeira entra com 75% e a erva mate com somente 6,1% (média do período 1951-61 a preços correntes).

Por força do alto valor monetário do café, que deu às exportações do Paraná uma expressão nacional, a ponto de fazê-lo o primeiro do país na produção de divisas líquidas em dólares, o setor secundário, representado pelas atividades industriais, ficou comprimido e reduzido a uma participação inexpressiva na formação da renda estadual.

No decurso de 18 anos, entre 1942 e 1960, a participação do setor secundário, em lugar de aumentar em consonância com o processo de industrialização do país em geral, diminuiu, passando de 14,3% no total da renda interna para 10,2%.

Em relação ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que formam com o Paraná a chamada região do Extremo Sul, nosso Estado é o que apresenta menor participação da indústria na geração da renda interna, sendo também o menor dos três quanto ao índice de urbanização de sua população. Os dados percentuais abaixo, extraídos de quadro do Conselho Nacional de Economia, elaborado com elementos da Fundação Getúlio Vargas, referentes a 1960, são elucidativos:

Região	Renda interna	Renda interna	População	
	da agricultura	da indústria	Rural	Urbana
Sul	48,9	14,5	62,3	37,7
Paraná	63,5	10,1	68,9	31,1
S. Catarina	50,4	20,2	67,6	32,4
Rio G. Sul	40,4	16,6	55,1	44,9

O dinamismo da economia cafeeira provocou, entretanto, no Paraná um fato que nenhuma outra unidade da Federação, nem mesmo São Paulo, conheceu: a ocupação total do âmbito geográfico do Estado e a quase quadriplicação de sua população num período extremamente curto, que não excede o tempo de duas décadas. As implicações dêsse impetuoso crescimento são fáceis de imaginar pelo que representam como reclamo e pressão coletiva legítima, em obras e serviços, sôbre o setor público.

Ocorre que pela própria natureza de sua composição, o setor primário é o mais exposto às perturbações climáticas e às crises de mercado, especialmente em se tratando do mercado internacional, que está fora do contrôle nacional e estadual. Assim, a renda estadual fica sujeita a fortes oscilações, comunicando instabilidade ao sistema e, portanto, insegurança quanto à programação do setor público na obtenção dos recursos para execução de suas tarefas de maior porte.

Por outro lado, as possibilidades de que o setor primário no Paraná se mantenha capaz de continuar a gerar alta rentabilidade econômica, à base do café, não são muito animadoras.

A produção cafeeira tende a estabilizar-se, em primeiro lugar, porque no Paraná o café já atingiu a fronteira do frio, abaixo da qual a ocorrência frequente e até violenta de geadas desaconselha seu cultivo e, em segundo lugar, porque a garantia de estabilidade dos preços no mercado internacional deve obedecer à procura efetiva, à base de quotas entre os países produtores e a uma crescente exigência de qualidade, o que acarreta para o produtor nacional e para o cafeicultor paranaense, em particular, a necessidade de mobilizar maiores capitais por unidade de área, para compensar inclusive a fertilidade decrescente de solos virgens.

O Paraná chega, assim, ao meio desta década privado do dinamismo do fator decisivo de seu crescimento. Deverá manter sua produção de maior produtor mundial de café, pois a sua cafeicultura é a que dispõe de melhores terras, maior produtividade e custos mais baixos, mas não poderá confiar só no café para manter os níveis de atividades econômica que o produto proporcionou e, muito menos, para prosseguir crescendo na proporção necessária para seu desenvolvimento econômico e social.

Na fase da grande expansão cafeeira, os demais setores da economia não puderam acompanhar o ritmo de crescimento do produto dinâmico. A produção agrícola, principalmente de gêneros alimentícios, cresceu lentamente, em parte ligada à própria cultura do café. Seus excedentes encontraram mercado nas regiões urbanas do centro do país, porém, em concorrência com a produção de diversas outras regiões brasileiras.

Até 1961 nada foi feito em termos de procurar corrigir as deficiências estruturais da economia. Como a expansão cafeeira nada mais era que um prolongamento da cafeicultura paulista, a maior parte dos investimentos nela realizados (assim como a maior parte da mão-de-obra empregada) provinha de São Paulo, de modo que a renda gerada no Paraná ou era reinvertida no próprio setor, ou retirada para a região industrial do centro do país. À medida que as novas inversões no café se foram tornando proporcionalmente menores, a tendência passou a ser a de uma drenagem crescente da economia regional em benefício de outras regiões.



A relação de trocas entre o Paraná e o resto do país mostra, segundo dados provisórios levantados em São Paulo, que o Paraná é o maior importador de produtos da região industrial do centro. Entretanto, o preço dos produtos agrícolas que exporta não chegam a crescer proporcionalmente aos produtos manufaturados que importa, o que determina, ao longo do período, a deterioração nos termos da relação de trocas.

O setor público, por sua vez, não pôde responder às novas exigências que o crescimento demográfico e a ocupação do território criaram. A estrutura administrativa, herdada da fase anterior, não possuía o dinamismo necessário. Essa incapacidade estrutural do setor público de realizar os investimentos necessários à criação de uma infraestrutura favorável à diversificação e à industrialização, manteve baixa a capacidade competitiva da região na atração de capitais.

Parte do dinamismo perdido pela estabilização do café foi mantida pela colonização das regiões Sudoeste e Oeste do Estado, para onde, desde a década de 1950, passou a dirigir-se um fluxo cada vez maior de imigrantes provenientes do Rio Grande do Sul, atraídos pelo fator mais abundante da região, a terra. À parte dos problemas sociais ali criados, devidos ao conflito pela posse, essa região, voltada exclusivamente para a produção de alimentos e a exploração florestal, não possui condições para, em futuro próximo, comunicar à economia do Estado impulso que sequer possa ser comparado ao dado pelo café. Ao contrário, representa, inicialmente, mais um centro de exigências de investimentos de tipo infraestrutural, não apenas para consolidar-lhe o desenvolvimento, mas mesmo para dar-lhe as condições mínimas de vida.

Duas décadas de grande formação de riqueza pouco ou quase nada deixaram de base para as décadas seguintes em termos de infraestrutura. Até 1960 o comportamento do setor público parecia pautar-se na premissa de que uma situação transitória, a expansão cafeeira, seria, no Paraná, permanente.

Mas essa situação nada tem de estranha e paradoxal, sendo decorrência natural da própria estrutura da economia regional. A consciência de sua problemática surge geralmente após a estagnação do dinamismo que se julgava eterno. No caso específico do Paraná a consciência chegou mais cedo, tornando

possível aproveitar parte do dinamismo original para preparar o desenvolvimento futuro, em bases mais sólidas.

Em 1964 a renda interna no Paraná, segundo cálculos realizados pela CODEPAR, chegou a 914,3 bilhões de cruzeiros, o que, a preços correntes, representa substancial aumento sobre 1960, quando seu valor foi de 126,7 bilhões. A evolução nos quatro anos foi a seguinte, em bilhões de cruzeiros:

1961	—	184,7
1962	—	313,7
1963	—	437,7
1964	—	914,3

Entretanto, a preços constantes, tomados sobre valores de 1964, a renda na realidade decresceu a partir de 1963. Para isso são apontados vários fatores, entre os quais, a recessão da economia nacional, a estabilização da cafeicultura, as geadas de 1962 e 1963, seguidas de grandes secas e incêndios. O índice a valores constantes, com 1953 como ano base, indica o seguinte comportamento da renda interna no quadriênio:

1961	—	168
1962	—	189
1963	—	153
1964	—	171

Esses índices demonstram que a economia paranaense, em 1964, não conseguiu proporcionar o nível de renda obtido em 1962, fato que forçosamente se reflete nas finanças públicas do Estado e na disponibilidade de recursos para fazer frente aos investimentos de infraestrutura.

Tais perspectivas contribuem, sem dúvida, para confirmar o acerto da política econômica adotada pelo atual Governo, ao concentrar recursos maciços preferencialmente em obras de obras de infraestrutura, no período 1961-64, a fim de criar as pré-condições para diversificar a economia estadual e abrir caminho a uma industrialização em maior escala.

AS FINANÇAS PÚBLICAS

A análise da evolução da economia paranaense lança

muita luz sôbre os problemas mais importantes que devem ser considerados pelo setor público na boa administração dos recursos que a coletividade coloca à sua disposição.

O Paraná precisa urgentemente realizar investimentos de vulto para criação de uma infraestrutura favorável à diversificação agrícola e à industrialização, para assegurar níveis mais altos de renda e maior estabilidade econômica às suas populações.

Mas a capacidade tributária dessas populações tem limites, além dos quais não pode ir o setor público na captação de recursos, sob pena de comprometer o desenvolvimento que pretende impulsionar.

No período de vinte anos, de 1941 a 1960, a receita tributária arrecadada pelas três esferas de Governo — federal, estadual e municipal — foi no Paraná a que mais cresceu, devendo levar-se em linha de conta que a grande fonte de recursos financeiros do Estado é o Imposto de Vendas e Consignações, que não obstante sua grande rentabilidade fiscal, apresenta graves defeitos, inclusive pelos encargos que acarreta à população, já que incide várias vezes sôbre sua circulação.

Entretanto, o extraordinário crescimento da capacidade tributária no Paraná só em parte era consequência da grande intensificação de suas atividades produtivas, pois se deve também ao processo inflacionário e a revisões na legislação tributária, em muito maior escala que a uma maior produtividade dos impostos cobrados.

Mas mesmo sendo o Estado que teve o maior índice de crescimento quanto à arrecadação de todos os impostos (diretos e indiretos) constantes das rendas tributárias da União, do Estado e dos Municípios, a percentagem dos impostos sôbre a renda interna tem se mantido baixa em relação a muitos outros Estados, mais desenvolvidos ou menos desenvolvidos que o Paraná. O quadro a seguir, sôbre a percentagem dos impostos na renda interna, referente ao ano de 1960 é bastante significativo:

São Paulo	—	29,8
Guanabara	—	25,1
Pernambuco	—	16,8

Rio Grande do Sul	—	15,5
Pará	—	14,9
Rio de Janeiro	—	14,0
Bahia	—	10,7
Paraíba	—	10,2
Santa Catarina	—	10,1
PARANÁ	—	9,6

Para fazer frente à realização dos planos determinados pela política econômica do atual Governo, a solução simplista teria sido a da majoração dos impostos, pela elevação da alíquota do Imposto de Vendas e Consignações, que tem sido a solução tradicionalmente adotada, tanto mais quando a situação financeira do Estado, ao iniciar-se o quadriênio, era gravíssima. Preferiu-se, porém, antes de apelar para a captação de maiores recursos do contribuinte, restaurar o crédito do Estado e reformular a política fazendária.

Ao finalizar o ano de 1960, o endividamento do Estado atingia a 105% da receita arrecada durante o exercício. Em 31 de janeiro de 1961 a dívida já alcançava 12,4 bilhões de cruzeiros, incluindo 1,8 bilhões de vencimentos do pessoal em atraso de vários meses. Esse endividamento era igual à receita prevista para o exercício de 1961.

Diversos órgãos auxiliares do Estado, bem como os principais departamentos incumbidos da realização de obras ou à prestação de serviços estavam igualmente endividados: a COPEL, com uma dívida de mais de 100 milhões de cruzeiros; o DER, devendo 1,7 bilhões a funcionários e a firmas construtoras; o Banco do Estado, sob intervenção da SUMOC, com uma dívida de 8 bilhões de cruzeiros na CAMOB, com 1,5 bilhões de empréstimos praticamente perdidos, e com os recolhimentos compulsórios a SUMOC paralizados desde 1956.

A desorganização campeava através da máquina administrativa, com a comprovada existência de um mecanismo de enriquecimento ilícito, deturpando todo o processo de compra e pagamento por parte do Estado, a ponto de encorajar a sonegação de impostos em proporção elevada, sob a alegação, publicamente manifestada pelo contribuinte, de malbarato dos recursos públicos.

As medidas de saneamento adotadas, fortaleceram a confiança geral nos propósitos do novo Governo, permitindo-lhe estabelecer com êxito um esquema de pagamento das dívidas mais prementes e a realização simultânea de investimentos inadiáveis. Em junho de 1961 foi obtido junto ao Banco do Brasil um empréstimo de 1 bilhão de cruzeiros, atendendo a que a maior parcela da arrecadação que incide sobre o café se dá no segundo semestre do exercício financeiro.

Com as medidas adotadas foi possível ao Estado dar execução ao seu programa de inversões e, ao mesmo tempo, reduzir a mais de metade a taxa de endividamento, reduzida a um nível em que passa a significar uma forma de financiamento do desenvolvimento estadual. A dívida, encontrada em 105% em 1960 baixou para 74% em 1961; para 55% em 1962; para 42% em 1963 e para 22% em 1964.

Política semelhante foi seguida em relação ao endividamento para com os Municípios, quanto às obrigações do Art. 20 da Constituição Federal.

O esforço saneador das finanças públicas foi acompanhado de um trabalho de atualização e consolidação da legislação tributária, com a introdução gradativa da incidência única do Imposto de Vendas e Consignações, que inicialmente recaiu sobre o café e o algodão. As vantagens oferecidas pelo novo sistema de cobrança além dos resultados financeiros, se refletiram na crescente correção das distorções que antes determinavam a fuga de grandes massas de mercadorias para outros pórtos nacionais, em prejuízo do Pôrto de Paranaguá.

Introduziu-se também o processo de estimativa para a cobrança do IVC, o que veio atingir uma área contributiva que há muitos anos estava fora da legítima ação fiscal. Em certas localidades o aumento da arrecadação de um ano para outro foi de 136%, havendo caso até de 1.580%.

O Serviço de Estimativa da Secretaria da Fazenda representou uma inovação no sistema tributário do Estado. Criado pela Lei 4.686, éle facultou à Secretaria da Fazenda o sistema de lançamento por ofício, pago pelo contribuinte em 12 prestações mensais, em substituição ao autolancamento, possibilitando um incremento considerável na receita do Imposto de Vendas e Consignações.

O Serviço de Estimativa realiza uma coleta inicial dos dados do movimento do comerciante e, no setor próprio, faz a análise desses dados, projetando o provável movimento econômico do comerciante; sobre os totais apurados é lançado o IVC por estimativa. Todo o comerciante enquadrado no sistema inovado poderá recorrer do lançamento, bastando para tanto, juntar ao requerimento documentos que comprovem ter sido lançado com exorbitância em relação ao seu movimento.

Graças ao regime mais eficiente de controle do próprio lançamento, o Serviço de Estimativa está produzindo altos resultados, com uma reduzida equipe de pessoal. Aliás, com o Plano Geral de Reequipamento da Secretaria da Fazenda, visando dar melhores meios para a consecução da atividade fiscalizadora e controladora da receita tributária, um considerável aumento no rendimento dos serviços foi alcançado. Em 1963 concretizara-se a reorganização da estrutura fazendária, quando diversos órgãos sofreram radicais transformações. A reforma da legislação tributária, iniciada em 1961, prosseguiu durante todo o quadriênio.

Dentro da programação que a Secretaria da Fazenda vem adotando, pretende-se fazer de 1966 o ano da orientação fiscal, assim como o ano de 1964 foi o do combate à sonegação. É sabido que muitas vezes o tributo devido deixa de ser recolhido, não por motivo de sonegação ou fraude mas, sim, em virtude do incorreto conhecimento do contribuinte da legislação tributária.

Pela Lei 4.804, de 1963 logrou o Estado a regulamentação de um processo administrativo fiscal, até então inexistente no Paraná. Por esse diploma, foram atualizadas as penas pecuniárias, atribuindo-se-lhes caráter flexível baseado nas elevações do salário mínimo, cabendo lembrar que com o criação dessas penalidades o quadro contributivo do Estado procurou obter maior consciência fiscal. Passou a ser contabilizada na receita estadual uma rubrica até então inexpressiva, atingindo somente em 1964 o índice de meio bilhão de cruzeiros, renda essa superior a certos impostos e muitas taxas ainda em vigor.

Através dessa lei implantou-se a participação dos fiscais nas multas efetivamente recolhidas, antigo anseio da administração fazendária, propiciando grande estímulo ao quadro de

fiscais estaduais, malgrado concessão de anistias tenha anulado em parte essa interpretação.

Foram revogadas as leis que autorizavam a cobrança do imposto sobre bebidas alcoólicas e da taxa de assistência social, por serem tributos de pouca expressão e de caro custo de exação.

Revogou-se uma inexplicável isenção para criadores invernistas bem como a isenção integral aplicada às cooperativas em geral, aceitando-se redução tributária em favor das mesmas; os débitos que essas entidades avolumaram em governos anteriores puderam ser saldados e mesmo compensados nos termos da Lei 4.804.

Com essas reformulações na legislação fiscal, malgrado ter sido o Estado supreendido com a subtração de dois tributos durante a execução de um exercício fiscal, o orçamento de receita estadual, ascendeu de 10 bilhões em 1961 para 168 bilhões de cruzeiros em 1965, índice êsse muito superior a qualquer elevação vegetativa e mesmo à influência da evolução inflacionária.

A SUPLAN, organismo da Secretaria da Fazenda destinada ao combate à sonegação, de existência transitória, revelou-se tão eficiente no combate à evasão de rendas (em 1964 a ela se deve uma arrecadação de três bilhões de cruzeiros) que sua vigência foi prolongada por mais um ano, até que seus métodos sejam definitivamente incorporados ao complexo fazendário.

Do êxito de tôdas essas medidas bastaria talvez ressaltar o fato de pretender o IBC, em reunião dos Secretários da Fazenda, sugerir à todo o país a adoção do sistema de cobrança única do IVC sobre o café, valendo lembrar ainda que o Estado de São Paulo, após verificados os resultados positivos alcançados no Paraná, adotou sistemática tributária similar.

Com o objetivo de dar flexibilidade ao emprêgo de certos recursos destinados a setôres específicos foram criados vários fundos, formados por parcelas retiradas da arrecadação geral, entre os quais o Fundo de Água e Esgotos (2% da arrecadação do IVC); o Fundo Estadual de Ensino (3% da arrecadação do mesmo tributo); o fundo destinado ao Instituto de Assistência ao Menor (1% da arrecadação geral de Impostos). Já existia, desde 1951, a Taxa de Eletrificação cujos recursos advêm de

um adicional de 10% sôbre o IVC e formam o Fundo de Eletrificação.

A conjugação de várias medidas conseguiu aumentar sensivelmente a arrecadação estadual. O Imposto de Vendas e Consignações, representando nos últimos anos uma média de 80% de tóda a receita, passou de 5,7% da Renda Interna em 1960 a 7% em 1964, incremento êsse conseguido sem aumento de sua alíquota, pelo que reflete apenas a maior eficiência do aparelho-fisco-arrecadador.

Mas todo êsse esforço não seria suficiente para mobilizar a massa de recursos necessários à programação que o atual Govêrno se propôs a cumprir. O que se necessitava era não apenas o aumento do montante total de recursos disponíveis, como um mecanismo que permitisse o aproveitamento dêsses recursos adicionais à melhor taxa possível de eficiência.

A solução encontrada foi a criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico, formado por um adicional restituível correspondente a 1% do movimento de vendas no Paraná. É arrecadado sob a forma de um empréstimo compulsório resgatável em cinco anos e administrado pela Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná-CODEPAR. Dos recursos assim arrecadados 40% se destinam ao financiamento de investimentos públicos no setor de energia elétrica, 40% para financiamento de outros investimentos públicos, e 20% para financiamentos à iniciativa privada, em empreendimentos industriais considerados essenciais à política de industrialização incentivada pelo Govêrno. Em fevereiro de 1964 a Lei 4.826 elevou o adicional restituível para 2%, dando também maior flexibilidade ao uso dos 80% destinados ao setor público.

O quadro seguinte apresenta o total dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico desde sua criação, em bilhões de cruzeiros (valores de 1964):

Anos	Receita	F.D.E.	Total
1961	83,5	—	83,5
1962	87,7	11,6	99,3
1963	71,9	12,7	84,6
1964	77,6	19,8	97,4

Sem o Fundo de Desenvolvimento Econômico teria sido impossível ao Estado a execução de seus planos e, também, a maior eficiência na aplicação dos recursos públicos conseguida através desse novo mecanismo. É que na execução orçamentária do Tesouro os gastos de custeio e outros gastos absorvem a maior parte da receita arrecadada deixando margem muito limitada aos investimentos. O quadro seguinte documenta a afirmativa:

Anos	% dos investimentos sem FDE	% dos investimentos com FDE
1961	14,6	— (não existia o Fundo)
1962	17,6	26,2
1963	17,4	30,0
1964	19,9	34,2

Não obstante o extraordinário aumento dos custos em razão da aceleração do processo inflacionário, que justamente no último quadriênio sofreu um ritmo descontrolado, foi possível ao atual Governo manter o equilíbrio orçamentário, com a verificação de superavit em todos os exercícios, em contraste com o que ocorreu no quadriênio anterior, que teve superavit apenas no exercício de 1959, quando se fez o último aumento da alíquota do IVC de 3,6% para 4,5%.

Exercício de 1964

No exercício de 1964 a receita do Estado totalizou Cr\$ 77.633.128.997 assim compreendida:

Receita tributária	
— IMPOSTOS	68.453.642.806
— Sêlo Adesivo	249.723.433
— Sêlo por Verba	527.314.917
— Transmissão de Propriedade «C. Mortis»	375.919.020
— Vendas, Consignações e Transações	67.297.159.504
— Bebidas Alcoólicas	3.525.932
— TAXAS	7.132.374.676
— Emolumentos e Custas Judiciárias	34.464.548

— Serviço de Trânsito	166.779.538
— Sôbre o Café	40.476.558
— Assistência Social	38.940.881
— Valorização Agrária	39.027.387
— Fiscalização do Leite	13.899.527
— Aposentadoria dos Servent. da Justiça	41.326.170
— Demarcação de Terras	166.260
— Eletrificação	6.757.293.807
— TOTAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA	75.586.017.482

Receita Patrimonial

— Aluguéis dos Próprios do Estado	260.000
— Aforamento de Terras	—
— Juros de Depósitos	83.555.038
— Participações e Dividendos	31.784.640
— TOTAL DA RECEITA PATRIMONIAL	115.599.678

Receita Industrial

— Renda do Teatro Guaira	—
— Renda da Penitenciária Central do Estado	296.476
— Renda da Secretaria de Saúde e Repartições Subordinadas	761.220
— Renda do Depart. de Imprensa Oficial	139.736.849
— TOTAL DA RECEITA INDUSTRIAL	140.794.545

Transferências Correntes

— Quota Parte do Imposto sôbre Energia Elétrica	263.004.600
— Contribuição dos Municípios para Serviço de Saúde	140.995.474
— TOTAL DA RECEITA TRANSF. CORRENTES	404.000.074

Receitas Diversas

— Multas	425.637.179
— Cobrança da Dívida Ativa	83.425.119
— Cota de Fiscalização de Contratos	—
— Renda líquida da Exploração do Serviço Lotérico	330.281.493

— Renda Eventual	13 273.690
— TOTAL DAS RECEITAS DIVERSAS	852.617.481

Receitas de Capital

— Operações de Crédito (Apólices)	—
— Operações de Crédito (Empréstimo)	411.199.745
— Vendas de Bens e Próprios do Estado	13.454.254
— Venda e Legitimação de Terras	109.445.738
— TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	534 099.737

TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	77.633.128.997
-------------------------------	----------------

Despesa Orçamentária

I — DESPESAS CORRENTES	59.648.879.501	82,36%
a) Custeio	41.820.084.756	57,74%
b) Transf.		
Correntes	17.828.794.745	24,62%
II — DESPESAS DE CAPITAL	12.777.008.790	17,64%
a) Invests.	6.252.144.767	8,63%
b) Inversões		
Financeiras	720.765.835	1,00%
c) Transf.		
de Capital	5.804.098.188	8,01%
TOTAL DA DESPESA ORÇAM.	72.425.888.291	100,00%

Receita Nominal e Receita Real

A evolução da receita nominal (a preços correntes) e da receita real (a preços constantes), tendo como base o ano de 1953, foi a seguinte, em milhões de cruzeiros, com indicação dos respectivos índices de crescimento:

Anos	Receita Nominal		Receita Real	
	Cr\$ Milhões	Índice	Cr\$ milhões/64	Índice
1953	1.910,3	100	53.750,1	100
1954	2.479,5	130	54.940,8	102
1955	2.863,2	150	54.443,7	101
1956	2.958,2	155	47.029,5	87

1957	3.529,0	185	49.162,5	91
1958	4.331,4	227	53.224,2	99
1959	6.944,4	363	61.839,9	115
1960	10.781,4	564	74.542,6	139
1961	16.591,0	868	83.502,5	155
1962	26.422,0	1.383	87.668,2	163
1963	37.650,7	1.970	71.912,8	134
1964	77.633,1	4.064	77.633,1	144

O comportamento do Imposto de Vendas, Consignações e Transações no mesmo período apresentou-se como segue:

Anos	Preços Correntes		Preços Constantes	
	Cr\$ Milhões	Índice	Cr\$ milhões/64	Índice
1953	925,7	100	26.046,4	100
1954	982,5	106	21.770,2	83
1955	1.360,0	147	25.860,4	99
1956	1.669,1	180	26.535,3	102
1957	2.124,4	230	29.595,0	114
1958	2.767,2	299	34.003,3	130
1959	4.748,0	513	42.280,9	162
1960	7.193,1	777	49.733,1	191
1961	11.937,9	1.290	60.083,4	232
1962	21.290,0	2.301	70.640,2	271
1963	30.638,5	3.309	58.519,5	225
1964	67.297,1	7.270	67.297,1	258

A Análise da Receita apresentou a seguinte Distribuição Percentual:

Anos	A	B	C	Receita	Outras Fontes	Total
	Imposto de Vendas, Consig. e Transações	Outros Impostos	Taxas Diversas	Tributária	de Receita	
	A+B+C = D			E	D+E	
1953	48,4	16,3	5,1	69,8	30,2	100
1954	39,6	11,1	7,0	57,7	42,3	100
1955	47,6	11,8	8,2	67,6	32,4	100
1956	56,1	17,5	8,5	82,1	17,9	100
1957	60,1	12,8	8,9	81,8	18,2	100

1958	63,8	11,5	10,5	85,8	14,2	100
1959	68,4	9,1	9,7	87,2	12,8	100
1960	66,7	7,2	9,4	83,3	16,7	100
1961	71,9	8,6	5,4	85,9	14,1	100
1962	80,6	2,6	9,3	92,5	7,5	100
1963	81,4	2,2	9,0	92,6	7,4	100
1964	86,7	1,5	9,2	97,4	2,6	100

Quanto à despesa, sua análise, a preços correntes e a preços constantes, teve a evolução, que se segue, com 1953 como ano base (em milhões de cruzeiros):

Anos	Preços Correntes		Preços Constantes	
	Cr\$ Milhões	Índice	Cr\$ milhões/64	Índice
1953	1.597,2	100	44.940,4	100
1954	2.110,3	132	46.760,0	104
1955	2.633,2	165	50.070,3	111
1956	2.675,1	180	42.528,7	95
1957	4.328,2	271	60.296,1	134
1958	5.004,9	314	61.500,2	137
1959	6.118,6	384	54.486,1	121
1960	15.754,0	988	108.923,1	242
1961	15.176,0	959	76.380,8	170
1962	26.152,0	1.640	86.772,3	193
1963	37.595,2	2.354	71.806,8	160
1964	72.425,9	4.534	72.425,9	161

Evolução da Dívida Pública do Estado

a) FLUTUANTE

— Restos a Pagar:		
Processados e a Processar	13.832,0	
— Depósitos:		
Depósitos de Diversas Origens	2.758,0	
— Diversos:		
Diversas Contas	360,9	16.950,9

b) FUNDADA INTERNA		
— Portadores de Apólices	811,2	
— Empréstimos do Bco. Brasil S.A.		
Contrato de 16-06-1955 - Conta n. 3	92,3	
Empréstimo de Emergência	556,0	
Contrato de 09-06-1961	1.509,6	
— Letra do Tesouro Nacional	200,0	
— Petróleo Brasileiro S.A. operação de crédito - Dec. 1345 de 31-08-1962	559,7	
— Govêrno Federal C/Empréstimo em Letras do Tesouro Nacional	555,0	
— Bco. do Estado do Paraná — C/Em- préstimo	128,3	
— Bco. do Estado do Paraná — C/Con- trato de 13-11-1963	171,5	4 583,7
	<hr/>	
c) FUNDADA EXTERNA		
— Empréstimos Externos		574,0
d) DIVERSOS		
— Diversas Contas		149,7
	<hr/>	
TOTAL GERAL		22.258,4
	<hr/>	<hr/>

Arrecadação por Exatorias

Receita Anual	N.o de Exatorias	Cr\$ milhões
Mais de 100 milhões	87	63.835,3
Mais de 90 milhões até 100	7	655,4
Mais de 80 milnões até 90	9	766,1
Mais de 70 milhões até 80	15	1 116,8
Mais de 60 milhões até 70	10	640,1
Mais de 50 milhões até 60	13	709,7
Mais de 40 milhões até 50	20	926,3
Mais de 30 milhões até 40	23	774,8
Mais de 20 milhões até 30	37	930,5
Mais de 10 milhões até 20	33	483,0
Mais de 0 milhões até 10	35	205,0
	<hr/>	<hr/>
Totais	289	71.043,0

Despesa por Unidades Orçamentárias — 1964

	Cr\$ milhões	%
Assembléia Legislativa do Estado	1.989,8	2,8
Tribunal de Contas do Estado	629,5	0,9
Governo do Estado	1.719,0	2,4
Secretaria de Agricultura	3.221,1	4,4
Secretaria de Educação e Cultura	20.421,3	28,2
Secretaria da Fazenda	14.949,5	20,6*
Secretaria do Governo	466,9	0,6
Secretaria do Interior e Justiça	1.041,4	1,4
Secretaria de Saúde Pública	4.174,3	5,8
Secretaria do Trabalho	1.581,3	2,2
Secretaria de Viação e Obras Públicas	11.189,5	15,5
Secretaria de Segurança Pública	9.165,3	12,6
Poder Judiciário	1.876,8	2,6
Total	72.425,9	100,0

(*) A grande participação da Secretaria da Fazenda decorre das despesas vinculadas a receita contidas sob o título Administração Geral do Estado.

CRÉDITO DO ESTADO

O ano de 1964 marcou a consolidação definitiva do Banco do Estado do Paraná S.A., tradicional estabelecimento oficial de crédito do Estado, cuja recuperação, face à situação calamitosa em que foi encontrado em 1961, constitue talvez um dos maiores resultados da confiança do povo paranaense na administração empossada em 31 de janeiro de 1961.

O Banco do Estado não só foi recuperado como passou a ocupar uma posição de destaque no financiamento às atividades públicas e privadas, conseguindo situar-se entre os trinta maiores Bancos do País.

No início de 1964 seu capital foi elevado de 250 milhões para 500 milhões de cruzeiros, sendo êsse aumento prontamente subscrito. Em função da reavaliação do ativo uma nova ele-

vação do capital deverá verificar-se, passando a 2 bilhões e 500 milhões de cruzeiros.

Em 1964 o Banco efetuou o último pagamento, no valor de 1.300 milhões de cruzeiros, de uma dívida com a CAMOB que em 1961 ascendia a Cr\$ 2.033.158.518 (exclusive juros).

Igualmente em 1964 foram pagos 1.278 milhões de cruzeiros, correspondentes ao saldo existente em 1963 (862 milhões de cruzeiros) e a parcela de 1964 (416 milhões de cruzeiros). Desta forma, o Banco do Estado colocou em dia os recolhimentos obrigatórios referentes ao Empréstimo Compulsório com a SUMOC, que estavam paralizados desde 1956 e somente foram reiniciados a partir de 1961.

Os depósitos alcançaram em 1964 a importância de 30,1 bilhões de cruzeiros. Sua evolução foi a seguinte nos últimos cinco anos, em bilhões de cruzeiros:

1960	—	1,2
1961	—	3,7
1962	—	8,3
1963	—	12,9
1964	—	30,1

Em relação a 1963 o aumento dos depósitos em 1964 representou 133% enquanto que de 1960 para 1964 o aumento correspondeu a 2.500%. Os depósitos populares em 1963 representaram 11,3% do movimento geral de depósitos, enquanto em 1964 sua participação foi de 40,8% o que bem demonstra uma crescente preferência pelos serviços do Banco do Estado.

O movimento de empréstimos em geral teve a seguinte evolução:

Anos	Cr\$ bilhões
1962	19,3
1963	41,3
1964	71,3

Os aumentos verificados foram da ordem de 114% em 1963, em relação a 1962, e de 72,7% em 1964, relativamente a 1963. Os empréstimos ao setor público em 1964 atingiram a cifra de 16.632 milhões de cruzeiros, dos quais 7.500 milhões se destinaram ao setor rodoviário. Nesse mesmo ano, os empréstimos agrícolas, inclusive à lavoura cafeeira, representaram 27,5% dos empréstimos em geral concedidos no exercício.



O movimento de cobranças indica um crescimento nos anos de 1962, 1963 e 1964 de, respectivamente, 94%, 153% e 320% em relação ao ano de 1961.

Em 1964 o patrimônio do Banco do Estado foi ampliado com os prédios da sede da Agência Urbana «Monsenhor Celso» e as sedes das agências de Cascavel, Foz do Iguaçu e Rio Negro. Acham-se em construção as sedes de Cambé, Barracão, Francisco Beltrão, Rolândia e Terra Rica, estando em reformas a de Maringá. Em 1965, deverão ser instaladas mais duas agências urbanas em Curitiba e as da Guanabara e Santos, bem como as de Ivaiporã e Cruzeiro do Oeste, no interior do Estado.

A partir de 1965, a Carteira Agrícola deverá funcionar como instrumento de fomento aos pequenos produtores do «cinturão verde» de Curitiba.

A P O L Í T I C A E C O N Ô M I C A

A definição de uma política econômica de âmbito estadual esbarra numa série de limitações e está sujeita a umas tantas dependências que não podem ser deixadas de lado, a menos que se queira ficar, na matéria, apenas numa programação teórica, sem o correspondente e necessário empenho de levá-la à prática.

Essas dependências e limitações decorrem não só das próprias características de comercialização dos produtos que constituem a base das atividades e da renda estadual, como também das relações com a política econômica de âmbito nacional, que exatamente por ser nacional tem competência mais ampla, e, dêse modo, invade a competência menor ou mais restrita.

Por consequência, o êxito maior ou menor da política econômica está em relação com o grau de controle exercido pelo Estado e por suas classes produtoras deliberantes sobre sua própria economia.

Desde logo, cabe salientar, por exemplo, que os três principais produtos da exportação do Paraná, os quais somados a alguns outros, produziram o ano passado, somente pelo Pôrto de Paranaguá, um total em divisas para o país da ordem de 400 milhões de dólares, são produtos que têm sua política eco-

nômica confiada a autarquias federais: o café, através do IBC; a madeira, através do INP e a erva mate, através do INM. Há, igualmente, outros produtos em exploração, de grandes possibilidades econômicas, em situação semelhante, como o açúcar, o trigo, o xisto, o carvão, etc.

O Governo do Paraná participa dos órgãos deliberativos de algumas autarquias ou comissões executivas, mas evidentemente não tem a decisão em suas mãos para formular e resolver os problemas de interesse econômico da maneira mais adequada ou conveniente ao Estado. Quando há razoável entrosamento entre êsses diversos níveis de poder, notadamente da União com o Estado, as tarefas ficam muito facilitadas.

Portanto, como a maior parte dos mecanismos de estímulo à produção são controlados pela União, o sucesso da política econômica estadual só pode ser alcançado quando a primeira se orienta no mesmo sentido.

Tem-se que reconhecer, outrossim, que nem sempre a União dispõe de todos os instrumentos legais ou normativos para dar atendimento aos interesses superiores do Estado, no campo econômico, senão na medida em que se operem reformas estruturais em tôda a economia nacional, onde grandes distorções, disparidades regionais, tensões, se foram acumulando e aprofundando ao longo do tempo, contribuindo inclusive para deformar o processo do desenvolvimento econômico, com a repetição no plano interno de fenômenos de deterioração dos termos das relações de troca inter-estaduais tal como ocorrem no plano internacional.

A análise da evolução da economia paranaense demonstrou que, como região de economia primária de exportação, o Paraná apresenta problemas estruturais básicos semelhantes aos de tôdas as outras regiões do mundo de estrutura igual ou parecida: baixa produtividade, por escassez de técnica e de energia mecânica; renda «per capita» instável, que é quase totalmente consumida, deixando reduzido saldo para poupança e inversões; infraestrutura deficiente e escassez de capitais disponíveis para o desenvolvimento. Condições peculiares de sua própria estrutura fazem com que êsses problemas, e os correlatos, se apresentem com características próprias e inconfundíveis, de que é um dos traços o vertiginoso ritmo da ocupação

agrícola, o crescimento acelerado da população, determinando vultosos reclamos em obras e serviços públicos, inclusive de ordem assistencial.

Ao lado da evolução da economia está também o comportamento das finanças públicas, cujo crescimento nominal sem dúvida elevado não está, no entanto, em correspondência com as exigências reais de atendimento reclamadas pelo setor público.

Assim, tudo parece indicar que o caminho para atenuar a composição quase monocultora do setor primário e possibilitar um desenvolvimento mais harmônico e de maior nível da renda regional está em alcançar o duplo objetivo da diversificação agrícola e da industrialização, entendida a industrialização não como um esforço distinto e independente da agricultura, da pecuária e das atividades extrativas, mas como todo um processo de civilização.

A diversificação agrícola

A diversificação agrícola é uma das formas de consolidar a ocupação de grandes áreas do território paranaense cujo desenvolvimento se deve ao café. As condições naturais do Paraná, quer no solo, quer no clima, favorecem a produção de uma ampla gama de gêneros e artigos de consumo e de transformação industrial.

A localização geográfica do Estado, por sua vez, dá-lhe condições excelentes para abastecer os grandes mercados consumidores do centro do país, aproveitando, inclusive, parte da infraestrutura surgida em função do café.

Apesar de que também neste caso os mecanismos de estímulo federais são importantes, é possível ao Estado, dentro de sua esfera de responsabilidades, oferecer a maior parte dos incentivos necessários.

No setor agrícola, um dos grandes entraves à diversificação dinâmica desejada era a inexistência de uma política racional de crédito, baseada num zoneamento nacional. Sendo praticamente impossível ao Estado arcar com essa política, passou a procurar obter o apoio federal, o que foi tentado desde o início da atual administração.

Outro grande problema era o das deficiências de transportes. O plano rodoviário em execução objetiva exatamente facilitar o escoamento da produção com destino aos grandes centros consumidores e através de seu principal pôrto, corrigindo inclusive as distorções provocadas por um sistema voltado exclusivamente para a exportação.

A escassez de capacidade de armazenamento era outro aspecto negativo. O plano de armazens em execução é uma maneira de oferecer aos produtores armazenamento adequado, o que lhes possibilita inclusive negociar melhor seus produtos.

O baixo índice de mecanização agrícola, a baixa qualidade das sementes utilizadas, a dificuldade em adquirir fertilizantes e corretivos de solo, a quase geral incapacidade de combate às pragas agrícolas, a pobreza qualitativa dos rebanhos, retratado no seu baixíssimo desfrute, a escassez de técnicos, particularmente de nível médio; todos êsses aspectos, cuja correção é indispensável para o aumento da produção agrícola do Estado, mereceram a atenção dos programas elaborados pelos organismos responsáveis pelo setor e estão em plena execução.

A solução dos problemas ligados à posse da terra, principalmente nas regiões de colonização recente, do Sudoeste e Oeste do Estado, é uma das formas de fomentar a produção agrícola. A instabilidade constante que caracteriza as áreas em litígio desestimula os investimentos, impedindo a obtenção de maior produtividade, além de prejudicar a regularidade da produção.

A industrialização

Mas a diversificação agrícola, por si só, não poderá dar ao Paraná o dinamismo que sua evolução reclama. A produtividade econômica na agricultura é sempre mais baixa que na indústria, além de que, no caso específico do Paraná, há o aspecto de alta densidade de mão-de-obra exigida pelo café, que não é atingido por quase nenhum dos produtos que o devem substituir em certas áreas. Quer para absorver a mão-de-obra liberada pelas áreas produtoras marginais de café, quer para dinamizar o ritmo de crescimento da renda regional, é indispensável o estímulo à industrialização.

Do mesmo modo que na agricultura, o setor industrial tem excelentes possibilidades de desenvolver-se. A própria variedade da produção agrícola e pecuária assegura o fornecimento de matérias-primas abundantes. A existência comprovada de certos minérios (xisto piro-betuminoso, carvão e chumbo, entre outros) pesa também como fator favorável à industrialização, assim como as reservas florestais, como última região produtora de pinho do Brasil.

O futuro industrial do Estado é, igualmente, facilitado pelo fato do Brasil já haver alcançado certo grau de adiantamento no seu próprio processo de industrialização. Isso não só torna mais fácil a aquisição de bens de capital (reduzindo a necessidade de importá-los, com a conseqüente utilização de divisas), como oferece um excelente mercado para produtos manufaturados de utilização intermediária.

O principal ponto de estrangulamento para a industrialização era a escassez quase completa de energia. Todos os demais fatores favoráveis ao desenvolvimento do setor ficavam tolhidos pela limitação assim imposta. A própria execução de uma política de estímulos fiscais e financeiros seria inútil na medida em que a oferta de energia não viesse a crescer paralelamente.

Além da escassez de energia, a política de industrialização encontrava como obstáculo a própria fraqueza e estratificação do setor. Os estímulos fiscais estaduais, por si sós, não poderiam despertar o dinamismo inexistente. A criação de um mecanismo flexível de crédito ao setor privado, foi a única solução encontrada capaz de propiciar o crescimento e a diversificação da produção manufatureira.

Por outro lado o desenvolvimento econômico exige uma melhoria do nível educacional da população. Os planos de ampliação do ensino técnico e profissional e de erradicação do analfabetismo atingem simultaneamente problemas econômicos e sociais.

Êsses, em linhas gerais, os fundamentos e os aspectos principais da política econômica do atual Governo. A sua filosofia básica é a concepção humanística do desenvolvimento, sua premissa básica, no que se refere à posição do Paraná no Brasil, é a da necessidade de que a União propicie ao Paraná

os recursos mínimos indispensáveis para que o Estado, pelo seu próprio dinamismo, passe a desempenhar papel cada vez mais decisivo para o desenvolvimento global do país.

Na fase de expansão cafeeira, o Paraná transformou-se no maior fornecedor de divisas para a economia nacional. O que a política econômica do Governo pleiteia para o Paraná é que uma parte dessa contribuição seja devolvida ao Estado, na forma de recursos para a realização dos planos de diversificação agrícola e industrialização.

Entendemos que os recursos federais devam vir acompanhados de um planejamento conjunto, da União com os Estados, de sorte que cada um dos Estados-membros saiba o que mais convém ao Brasil como um todo, devendo retratar uma procura de conciliação entre os interesses das várias regiões do país, a fim de que ao fomento estadual do desenvolvimento some-se o federal, sem que a supremacia do interesse nacional caia no erro de só considerar nacional o que é federal, já que o certo em política econômica está em harmonizar o progresso regional com o bem-estar da Nação.

No período de 1961 a 1964 sucederam-se os planos econômicos nacionais e os planos setoriais de obras. O Programa Trienal 1963/65 por exemplo foi elaborado levando em consideração o Plano Trienal da União, assim como o plano rodoviário foi inicialmente elaborado de acordo com o Plano Quinquenal de Obras Rodoviárias do 1961.

Nenhum desses planos nacionais foi pôsto em execução de acordo com o fixado. E o que é mais grave, nenhum deles previa a íntima coordenação entre os níveis federais e estaduais. Como se isso não bastasse, muitas agências da União seguiram sempre agindo de acordo com sua própria orientação, independentemente dessa orientação ser ou não compatível com os planos nacionais em vigor.

Essa verdadeira balbúrdia tornava praticamente impossível qualquer previsão exata sobre recursos disponíveis para investimentos, levando a consideráveis atrasos e produzindo uma elevada taxa de desperdício.

A recente instalação do CONSPLAN, organismo nacional de planejamento, promovida pelo Governo Revolucionário e de cujo órgão o Paraná foi chamado a participar, através

de alguns de seus técnicos experimentados, abre uma nova perspectiva para a execução global do desenvolvimento nos termos em que o Governo do Paraná tem pleiteado.

PLANEJAMENTO

O planejamento no setor público, no Paraná, já deixou de ser uma simples exposição ou declaração generalizada de intenções para se transformar num elemento precioso de execução da política de desenvolvimento econômico que o atual Governo definiu a curto e longo prazo.

Essa é, a nosso ver, a melhor função do planejamento, que não poderá ser eficaz se ficar na pura e simples elaboração do documento programático inicial. Ele deve ser um processo permanente de atualização, revisão e ampliação do plano, a fim de ajustá-lo às novas situações que vão surgindo durante sua execução, notadamente no âmbito de uma região como a paranaense, ainda em fase de crescimento, com uma hierarquia de fatores em mutação.

Mas o planejamento deve ser também uma tarefa da qual a comunidade participe, pois o desenvolvimento em bases planejadas não deve ser feito só «para o povo», por uma cúpula altamente centralizada, impessoal ou ditatorial, mas sempre que possível, «pelo povo» através de seus órgãos representativos.

A vantagem dos métodos democráticos de organizar as tarefas de interesse público e de desenvolver recursos subempregados ou ociosos reside no fato de concorrer como meio de liberar a capacidade inventiva e criadora dos indivíduos e das comunidades para as quais os planos afinal são elaborados e se dirigem.

Quando o atual Governo criou organismos novos, mais flexíveis, para realizar tarefas novas, reclamadas pelo atual estágio do desenvolvimento paranaense, procurou-se dar oportunidade a que o setor privado, suas instituições e categorias sociais, dêles participem. Assim foi com o Conselho de Investimentos da CODEPAR, que é o órgão executor do planejamento e financiamento do desenvolvimento econômico paranaense; com a recente criação do Conselho de Indústria e Comércio,

com o Conselho Estadual de Educação e com as diversas companhias de economia mista criadas.

Não é outro o critério adotado no planejamento das obras de saneamento básico, visando a incentivar os Municípios para que criem suas sociedades de economia mista para implantação e exploração de serviços públicos, inclusive como condição para receberem a assistência administrativa, técnica e financeira da SANEPAR. Não é outra a política no setor do ensino primário, através da conjugação de esforços com os municípios e a iniciativa particular para realização dos investimentos que visam a enfrentar o déficit de salas de aula na zona rural durante o correr do ano de 1965, que se deseja fazer, por excelência, o «Ano da Educação» no Paraná.

É claro que não podemos nos colocar na posição de tudo esperar do planejamento. Tanto mais quando obstáculos de magnitude se antepõem à sua plena realização. De um lado, são obstáculos resultantes da escassa coordenação dos três níveis de govêrno, de outro lado, é a reduzida disponibilidade de pessoal adestrado na técnica do planejamento e, inclusive, na elaboração ou apreciação de projetos básicos.

O Paraná, antes de 1960, não aplicou o planejamento à programação de seus investimentos públicos. A Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná — PLADEP, criada em 1955, dedicou-se ao estudo dos principais setôres da economia regional e à formação de pessoal especializado. Esses estudos, inexistentes até então, formaram uma base valiosa para a compreensão da realidade paranaense, apontando os principais característicos de sua estrutura, analisando os pontos de estrangulamento e traçando a linha mestra para a solução da maior parte dos problemas levantados. Esse trabalho foi completado com a elaboração de um estudo global da economia que, apesar de suas limitações, foi o primeiro trabalho no gênero realizado no Estado.

A partir de 1961, o Govêrno passou a encarar com mais seriedade a necessidade do planejamento. Já existia o conhecimento geral da realidade estadual e do que era necessário fazer para corrigi-la. Faltava pessoal qualificado na quantidade necessária e inexistia um conhecimento científico exato, em têrmos globais, dos problemas setoriais.

A solução encontrada foi a de encarregar os organismos executivos dos principais setores da elaboração de seus planos, cabendo ao PLADEP, como órgão de assessoramento do Executivo, a coordenação e o controle dos diversos planos e programas setoriais. Nesse período foram elaborados os principais planos de obras e investimentos ainda em execução, destacando-se os de energia elétrica, rodovias, sistema portuário, armazenamento e planos específicos para certos setores agrícolas, bem como para a pecuária de corte.

Paralelamente, o Governo procurou suprir as deficiências de pessoal especializado promovendo diversos cursos, dos quais o mais importante foi o Xº Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico CEPAL-PARANÁ, em colaboração com a Universidade do Paraná e sob o patrocínio da Comissão Econômica para a América Latina — CEPAL, do Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, realizado nos meses de julho a outubro de 1963.

Por outro lado, para suprir as deficiências de recursos financeiros necessários às atividades dos órgãos de planejamento estadual foi criado o Fundo Especial de Planejamento Econômico e Social — FEPES.

O Programa Trienal de Investimentos 1963/65, elaborado no início de 1963, foi a primeira tentativa de globalizar os diversos planos setoriais. Sua principal limitação foi dada pelos setores cujos planos eram menos consistentes. De qualquer forma, permitiu uma visão geral da situação existente, e traduziu-se numa exposição sistemática das principais intenções do Governo no campo dos investimentos públicos.

A não obtenção dos recursos externos previstos no Programa Trienal 1963/65 levou, no final de 1964, à necessidade de reformulação dos diversos planos. Esse o sentido do Programa 1965/67 que corrige o programa anterior e projeta os planos para mais dois anos.

Os dados abaixo mostram os investimentos totais no período 1961/64, por setor, indicando na segunda coluna a parte

dos recursos do Estado nos investimentos (em milhões de cruzeiros de 1964):

Setores	Total	Estado
Rodovias	62.235	34.325
Ferrovias	1.748	382
Portos	3.136	1.426
Aeroportos	434	434
Telecomunicações	990	430
Energia Elétrica	33.781	22.551
Agricultura	12.582	12.582
Fomento Industrial	8.200	8.200
Saneamento	4.044	3.899
Educação	6.270	6.270
Saúde e Assistência	2.890	2.890
Outros	5.632	5.209
Total	140.593	97.249

O aspecto que ressalta é a participação do Estado nos investimentos, representado por 70% do total, no primeiro esforço realmente sério de planejamento, quer da programação dos recursos, quer de sua aplicação, para o desenvolvimento econômico e a industrialização do Estado.

III — A FUNÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO

ENERGIA ELÉTRICA

O Paraná tem hoje uma política definida em matéria de energia elétrica. A execução dessa política permitirá, como já está permitindo, mudanças estruturais em sua economia no sentido da diversificação e da transformação industrial da grande produção regional do setor primário, o que somente será possível com maiores disponibilidades públicas de energia.

Os quocientes de consumo «per capita» de energia mecânica constituem o índice mais seguro para aquilatar o grau de desenvolvimento de um país ou de uma região. Sob esse aspecto o Paraná deixava e ainda deixa muito a desejar.

Em 1960, a disponibilidade «per capita» era de apenas 23 watts, correspondente a um terço da disponibilidade por habitante registrada no Brasil na mesma época (86 watts), já considerada das mais baixas do mundo. A capacidade total instalada para uso público se encontrava em torno de 100.000 kW. O setor público proporcionava uma oferta de apenas 22.800 kW, a maior parte da qual fornecida por motores diesel de produção anti-econômica. O serviço prestado não era só deficitário para o Estado, mas também de péssima qualidade, pelas insuficiências e interrupções prolongadas, não raro provocando irritação popular e manifestações públicas de desagrado, que em mais de uma localidade chegou a colocar em risco a ordem e a segurança da população. Isto para não falar no caso de indústrias que se instalaram no interior e foram compelidas a fechar suas portas por falta de energia elétrica regular.

A atuação do setor público, a cargo da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL e do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, limitava-se à instalação de

novos motores diesel, ao prosseguimento da termelétrica de Figueira (à base do carvão) em ritmo lento e à construção da hidrelétrica de Cotia, projeto tènicamente inviável.

A primeira medida do atual Governo, nesse setor, foi instrumentalizar sua política energética, com a recuperação, aparelhamento e dinamização de seus organismos responsáveis. A COPEL, empresa de economia mista de estrutura industrial, foi confiada a realização dos novos empreendimentos programados. Ao DAEE atribuiu-se função normativa e de fiscalização, ainda que mantendo provisoriamente sob sua responsabilidade as usinas diesel de pequeno porte das áreas consideradas pioneiras, onde o Governo dá um atendimento de emergência, inclusive subsidiando com tarifas abaixo do custo o consumo local.

Os planos existentes foram revistos, reformulados e complementados no sentido de proporcionar, dentro das diretrizes da política econômica que o Governo se propoz a seguir, o desenvolvimento da capacidade de geração e distribuição de energia. O objetivo principal é a interligação de todos os sistemas do Estado entre si, bem como aos sistemas dos Estados vizinhos, de sorte a levar o Paraná a integrar-se no grande sistema Centro-Sul, para maiores volumes de intercâmbio energético e cooperação financeira, conforme as linhas da política nacional de eletrificação.

Sem desprezar os recursos da energia térmica, visa-se a obter um aumento da participação da energia de origem hidráulica por apresentar, no caso do Paraná, custo de produção inferior em razão das condições naturais propícias do Estado, muito favorecido pela riqueza de seu sistema hidrográfico e por fortes desníveis do relêvo.

Deu-se, de início, maior prioridade às regiões de Curitiba e Ponta Grossa que, representando área com grande possibilidade de expansão industrial, apresentava déficits elevados e encontrava-se sob ameaça de racionamento nos invernos secos. Seguiu-se, pela ordem, o atendimento da região Norte, do Litoral, do médio Iguaçu, do Sudoeste e do Oeste.

Como meta quantitativa fixou-se a elevação da capacidade instalada do total de 100.000 kW, encontrada em 1960, para 350.000 kW em 1965, meta essa depois transferida para

1967 em conseqüência da não obtenção dos recursos adicionais, nacionais e externos, previstos no plano inicial.

Dentro dessas linhas gerais, a COPEL elaborou, em princípios de 1961, o Plano de Eletrificação do Estado, com uma previsão de recursos globais, que alcançava, ao seu início, um montante de 110 bilhões de cruzeiros (valores de 1964).

As disponibilidades de origem estadual para essa inversão atingiam 40 bilhões de cruzeiros, provenientes da taxa de eletrificação (adicional de 10% sobre o Imposto de Vendas e Consignações). Assim, foram preparadas diversas solicitações de financiamento para projetos específicos, encaminhados a organismos nacionais e internacionais.

RECURSOS ADICIONAIS

Até 1963 nenhuma dessas solicitações havia sido atendida, o que determinou alterações na previsão dos recursos para as obras em andamento, alterações essas incluídas no programa de investimentos 1963/65 e que serviriam de base para futuras solicitações de recursos adicionais. A nova previsão, num total de 36,4 bilhões de cruzeiros, passou a contar com recursos de fontes federais num montante de 6,1 bilhões de cruzeiros e de fontes externas em torno de 13,4 bilhões, cabendo 16,9 bilhões ao Tesouro do Estado e ao Fundo de Desenvolvimento Econômico em partes iguais.

Nos dois primeiros anos do programa (1963/64) os recursos externos não foram obtidos. Desta forma, as aplicações realmente realizadas representaram 63% da programação prevista para 1963, cabendo ao Estado participar com 73% de sua parte e ao Governo Federal 103% de seu compromisso. Em 1964 as aplicações totais atingiram 47% da previsão desse ano, participando o Estado com 71% e a União com 86%, respectivamente, da parte a cargo de cada um.

Com novas modificações, determinadas pelas circunstâncias dos anos anteriores, foi elaborado afinal o Programa . . . 1965/57 que pode ser considerado como o resultado de uma revisão atualizada do último ano do Programa 1963/65, com sua projeção por mais dois anos.

Entre as circunstâncias acima mencionadas, cumpre as-

sinalar, em primeiro lugar, a crise de energia em Curitiba, em 1962, que se apresentou com possibilidade de agravamento no ano seguinte. A solução encontrada foi a instalação de três usinas diesel, de tipo móvel, cada uma com dois geradores de 1.750 kW, com uma potência total de 10.500 kW. Essas usinas poderão futuramente ser utilizadas em outras regiões do Estado. Iniciada sua instalação em janeiro de 1963 e concluída em junho do mesmo ano, êsse conjunto da COPEL evitou que a forte estiagem desse ano afetasse o fornecimento; enquanto a crise atingiu grandes áreas urbanas do Centro-Sul, em Curitiba houve sobra de oferta.

Outra circunstância ponderável, que levou a alterações dos planos iniciais, foi a não obtenção dos recursos adicionais externos, o que não se deu somente no setor da energia elétrica, mas em todos os demais, comprometendo parcialmente o ritmo de obras.

Damos em seguida indicação do Plano de Eletrificação, do seu andamento e do que já se conseguiu no período 1961/64.

Sistema Tronco

Este sistema compreende a região de Curitiba e Ponta Grossa. Baseia-se em duas hidrelétricas de grande porte, Xavantes (USELPA-SP), com 400.000 kW e Capivari-Cachoeira (ELETROPAR-PR.), com 230.000 kW; e em duas usinas menores, a termelétrica de Figueira (UTELFA-PR), na bacia carbonífera do Norte Velho, com 20.000 kW na primeira etapa, e a hidrelétrica de Marumbí (RVPSC-PR), na Serra do Mar, com 12.000 kW.

Essas usinas serão interligadas por uma linha de transmissão de 220 kV de Xavantes a Figueira (112 km), dali a Ponta Grossa (137 km) e daí a Curitiba (93 km), num total de 342 km, e outra, com a mesma tensão, de Capivari-Cachoeira a Curitiba (55 km), além de uma linha em 33 kV ligando a Usina de Marumbí ao sistema, que incluirá diversas subestações, a maior das quais em Campo Comprido (Curitiba), em 200 MVA.

Com referência à Usina de Xavantes, a COPEL tem nela uma participação societária, que lhe assegura uma disponi-

bilidade de 160 mil kW quando de sua conclusão em 1967. Essa participação foi de 300 milhões de cruzeiros em 1962, 370 milhões em 1963 e 480 milhões em 1964, somando 1.150 milhões.

Quanto à Usina Capivarí-Cachoeira, suas obras, antes a cargo da COPEL, foram transferidas para uma sociedade de economia mista, a ELETROCAP, da qual a COPEL participa juntamente com a ELETROBRÁS. Esta última obteve para 1965 um financiamento de 4,8 milhões de dólares do BID. As obras preliminares foram iniciadas em 1961, ficando a cargo do DNOS a construção da barragem do Capivarí, à margem da BR-2. No quadriênio foram investidos na Usina 2.481 milhões de cruzeiros.

A Usina Termelétrica de Figueira foi concluída em abril de 1963. É uma sociedade de economia mista, com a União como parte majoritária. Está atendendo à região de Ponta Grossa e logo reforçará Curitiba, logo que fique concluída a subestação de Campo Comprido. Os investimentos realizados, incluindo a linha de transmissão de Figueira a Ponta Grossa, somaram 2.644 milhões de cruzeiros, dos quais 1.089 couberam ao Estado e 1.553 milhões à União. No período 1961/63 a participação do Estado montou em 969 milhões de cruzeiros.

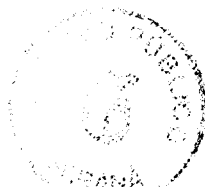
A Usina de Marumbí entrou em funcionamento em 1961, fornecendo 9.600 kW.

Dentro do Sistema Tronco, os investimentos realizados no sistema de distribuição atingiram até o 1º semestre de 1964 o montante de 1.212,6 milhões de cruzeiros.

A COPEL assinou contrato de financiamento com o BNDE em 1964, no valor de 680 milhões para a Linha Ponta Grossa Curitiba, dos quais 300 milhões foram recebidos nesse ano como adiantamento. Estão em andamento as obras da linha em 220 kV Ponta Grossa-Curitiba, da subestação de 100 MVA de Campo Comprido, das linhas em 66 kV de Campo Comprido a Campo Largo e Santa Quitéria e da linha de 33 kV de Marumbí a Capivarí-Cachoeira.

Sistema Centro

O Sistema Centro baseia-se na energia do Sistema Tronco, obtida através da subestação abaixadora de Ponta Grossa



(40 MVA). Destina-se às cidades da região em torno de Ponta Grossa, que serão atingidas por linhas de transmissão de 33 kV a 13,2 kV, servindo Castro, Pirai do Sul, Palmeira, Pôrto Amazonas e Ibituva. A linha de transmissão em 66 kV entre Irati e Ponta Grossa (63 km) fará a interligação do Sistema Tronco com o Sistema Sul. Em 1964 foi iniciada a construção da linha em 66 kV entre Ponta Grossa e Irati.

Sistema Litoral

Este é outro sistema baseado no Sistema Tronco, devendo inicialmente utilizar apenas energia da hidrelétrica de Marumbi. Inclue uma linha de transmissão em 66 kV, Marumbi-Morretes-Paranaguá (48 km) e uma extensão de 11 kV Morretes-Antonina, bem como uma linha em 13 kV de Paranaguá a Guaratuba. O sistema inclue também a diesel-elétrica de Paranaguá, cuja capacidade passará de 1.700 kW para 5.500 kW.

Com exceção da rede de distribuição de Paranaguá, já estão concluídos todos os empreendimentos relativos ao sistema de distribuição do Litoral, ou seja, as linhas troncos Marumbi-Morretes-Paranaguá e Paranaguá-Guaratuba, as subestações de Morretes e Paranaguá, de Caiobá-Matinhos-Guaratuba e da Praia de Leste bem como as redes de distribuição desse balneário e de Guaratuba. Até o 1º semestre de 1964 os investimentos somaram 390,8 milhões de cruzeiros.

Região de Curitiba

Compreende as linhas de transmissão e subestação destinadas ao atendimento das cidades vizinhas. Beneficiará Araucária, Contenda, Lapa e Balsa Nova.

Sistema Sul

Este sistema tem como base o aproveitamento hidrelétrico de Salto Grande do Iguaçu, cuja usina apresentará uma capacidade final de 15.200 kW (o potencial permitirá um aproveitamento futuro de 130 mil kW). A energia será distribuída por linha de transmissão em 66 kV que atingirá União da Vitória,

Rio Azul, Iratí, Guarapuava e Palmas (261 km) e linhas de 33 kV e 13,2 kV, atingindo General Carneiro, Bituruna, Cruz Machado, Mallet, Dorizon, Paulo Frontin, assim como Rebouças, Teixeira Soares, Prudentópolis, São Mateus do Sul e São João do Triunfo.

As obras civis da hidrelétrica de Salto Grande do Iguaçu foram iniciadas em junho de 1962 e até 1964 os investimentos seguem num crescendo anual, totalizando 800 milhões de cruzeiros. As obras pertinentes à tomada d'água estão concluídas e a concretagem do canal de adução em vias de conclusão, tendo sido executada também a primeira fase da barragem-vertedouro, equivalente a 40% do total. Durante 1964 foi efetivado o reconhecimento, estudo do traçado e levantamento topográfico da linha entre a usina e União da Vitória bem como das linhas Salto Grande-Iratí-Rio Azul-Ponta Grossa e Iratí-Guarapuava, tôdas previstas para operar em 66 kV.

Sistema Sudoeste

O sistema tem como base o aproveitamento do Rio Chopim, com duas hidrelétricas, a de Chopim (Pato Branco) com 2.200 kW e a de Fóz do Chopim, com 42.000 kW. Como fontes locais de energia incluem-se as pequenas hidrelétricas de Ocoí (2.000 kW), Cavernoso e Melissa (1.200 kW) e a diesel-elétrica de Cascavel. Como complemento há a opção entre o aproveitamento piloto de Guaira (50.000 kW), sob responsabilidade da União, e a hidrelétrica de São Francisco Verdadeiro (10.000 kW). O sistema beneficiará 37 cidades entre Guaira e Clevelandia, interligadas por linhas em 66 kV, 33 kV e 13,2 kV.

Os primeiros 1.100 kW da hidrelétrica de Chopim estão sendo fornecidos desde julho de 1963, traduzindo providência inicial para atendimento do Sudoeste. Em 1964 a COPEL duplicou a potência instalada com o objetivo de atender Francisco Beltrão, para onde foi estendida linha de transmissão em 33.000 volts, cujos serviços já estão concluídos.

A primeira etapa (1.000 kW) da hidrelétrica de Ocoí está em funcionamento desde 1962. As obras da usina de Melissa (1.200 kW) estão em fase de conclusão.

Quanto à hidrelétrica da Fóz do Chopim (42.000 kW) suas

obras preliminares foram iniciadas em agosto de 1964, achando-se em plena execução os serviços de terraplenagem e rede de drenagem do canteiro de obras e da vila residencial definitiva, para próximo início das obras civis.

Além das aplicações feitas pelo Estado no Sistema Sudoeste, no montante de 474 milhões de cruzeiros, a COPEL recebeu em 1962 e 1963 um total de 163,2 milhões de cruzeiros da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira do País, na forma de participação societária, destinada à parte do Plano que beneficia os municípios da fronteira.

Sistema Norte

É o maior de todos os sistemas previstos no Plano de Eletrificação. Baseia-se inicialmente na energia da USELPA, recebida através da linha de 132 kV entre Salto Grande (SP) e Londrina (127 km). Desta cidade parte a linha tronco de 132 kV até Apucarana e Maringá (102 km), onde a linha se bifurca, partindo uma para Alto Paraná e Planaltina do Paraná (102 km) e outra para Cianorte e Cruzeiro do Oeste (118 km). De Londrina parte também uma linha de 88 kV até Florestópolis (55 km). Em todas essas cidades subestações abaixadoras de grande porte redistribuirão a energia através de linhas de menor tensão, para os sub-sistemas que atenderão às cidades da região. O sistema de Florestópolis inclui 16 cidades, o de Apucarana 29 cidades, o de Alto Paraná 21 cidades, o de Planaltina do Paraná 10 cidades, o de Cianorte 5 cidades e o de Cruzeiro do Oeste 9 cidades, num total de 102 cidades.

Em complementação à energia de Salto Grande, o sistema deverá receber energia de Xavantes, através da linha de transmissão de 220 kV entre Figueira e Apucarana (108 km).

Durante o quadriênio, o Sistema Norte foi o que recebeu a maior concentração de recursos de todo o Plano, num montante de 2,2 bilhões de cruzeiros até o 1º semestre de 1964.

Três linhas em 132 kV já entraram em serviço: Londrina-Apucarana, em 1961; Apucarana-Maringá, em 1962 e Maringá-Alto Paraná, em 1964. A linha em 88 kV de Londrina-Florestópolis entrou em funcionamento em julho de 1964 e as linhas

em 33 kV e 13,2 kV do subsistema de Florestópolis estão concluídas, com a maioria delas ligada em 1964.

Igualmente as linhas do sub-sistema de Apucarana permitiram ligar Sabáudia, Astorga, Munhoz de Melo, Flórida, Tupinambá, Iguaraçu, Fernão Dias, Santa Fé, Cambira, Jandaia do Sul e Pirapó.

Na sub-estação de Maringá está em serviço a linha em 33 kV de Maringá a Mandaguacú. No sub-sistema de Alto Paraná estão concluídas e já ligadas em 33 kV a linha Nova Esperança e Paranavaí.

Outrossim, estão concluídas e em serviço, as sub-estações seguintes: Provisória de Londrina e de Apucarana e Londrina, Apucarana, Maringá, Alto Paraná, Florestópolis, Paranavaí, Nova Esperança, Jandaia do Sul, Cambira, Sabáudia, Astorga, Munhoz de Melo, Marialva, Mandaguacú e Mandaguari.

Como obra de emergência, para o atendimento do extremo Noroeste, enquanto não se conclue a sub-estação de Planaltina do Paraná, foi construída, entre agosto de 1963 e setembro de 1964, a diesel-elétrica de Santa Isabel do Ivaí, com 1.350 kW, que, por uma linha de 132 kV abastece também a cidade de Loanda e Santa Cruz do Monte Castelo. Para a construção dos sistemas Norte e Centro Oeste (Rio Mourão), a COPEL obteve financiamento do GERCA, tendo recebido 520 milhões de cruzeiros em 1963 e 420 milhões em 1964.

Sistema do Rio Mourão

Destina-se este sistema ao atendimento da região delimitada pelos rios Ivaí e Piquiri, baseando-se no aproveitamento do Salto de São João, previsto em três etapas: a Usina Piloto (1.300 kW), a Usina de Mourão I (8.400 kW) e a Usina de Mourão II (15.000 kW). O sistema de distribuição será ligado com o sistema Norte em Cianorte.

Inicialmente foram realizadas obras de ampliação da Usina Piloto, cujos trabalhos começaram em setembro de 1961 e ficaram concluídos em agosto de 1962, funcionando até novembro de 1964 quando entrou em operação a primeira unidade da Usina Mourão I. As obras desta usina estavam paralizadas desde 1958. Está com uma potência instalada de 2.125 kW,

passando a suprir de energia elétrica Campo Mourão e Peabirú. Dois novos conjuntos geradores estão sendo montados para quadruplicar a potência (8.500) e expansão de sua área de influência, devendo atender, além das duas cidades citadas, Araruna, Engenheiro Beltrão, Jussara, Terra Boa, Cianorte e Cidade Gaúcha. Foi também construída a rede de distribuição de Campo do Mourão. Os investimentos efetuados, que, nos 13 anos anteriores, não ultrapassaram a 82 milhões de cruzeiros, ascenderam no atual Governo a mais de 2 bilhões de cruzeiros.

Programa 1965/67

A execução do Programa 1965/67 significará a realização completa do Plano de Eletrificação aprovado em 1961, com as modificações posteriormente introduzidas. É possível esperar que em 1968 a potência instalada do Estado atinja a 361.000 kW, com a conclusão da primeira etapa de Capivari-Cachoeira, de Salto Grande do Iguaçu e das usinas menores do sistema Sudoeste e de usinas diesel-elétricas.

Nos anos imediatos, com a conclusão da Usina da Fóz do Chopim e da segunda etapa da Usina Capivari-Cachoeira, a potência instalada deverá subir para 518.000 kW.

O Programa prevê ainda dispêndios em estudos e projetos, não só para uma adequada formulação técnica e econômica dos empreendimentos como porque eles se tornam vitais à continuidade futura do Programa Estadual de Eletrificação.

Com financiamento da CODEPAR, a COPEL levou a efeito o estudo preliminar do aproveitamento do Rio Negro, que possibilitará a instalação de 4 milhões de kW para o atendimento de quatro Estados meridionais: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A demora na obtenção dos recursos externos previstos, nacionais e internacionais, por um lado, e o aceleramento do processo inflacionário, de outro lado, nos quatro anos do atual Governo (1961/64), embora minimizassem os recursos não desencorajaram o setor público no que se refere à sua política de energia elétrica, contribuindo para redobrar o zelo do Governo no sentido de evitar que o desenvolvimento do Estado e da região de Curitiba, em processo de expansão industrial, venha a sofrer maiores abalos, nos próximos anos.

A COPEL apresentou a USAID pormenorizado pedido de financiamento, nos planos da «Aliança para o Progresso», da ordem de 12 milhões de dólares, a fim de adquirir dez usinas diesel-elétricas de 3.000 kW cada uma, destinadas a complementar as disponibilidades atuais em várias regiões do Estado, inclusive Curitiba.

Recursos Movimentados

Além de participar societariamente de empreendimentos estaduais, como a UTELEFA, ELETROCAP e COMIPARA (Companhia Mista de Energia Elétrica de Paranavaí), a COPEL pela sua participação na USELPA e na CELUSA, ambas de São Paulo, tem assegurada uma quota de energia dessas empresas para o Estado. No quadriênio 1961/64 a COPEL realizou, nesse sentido, as seguintes transferências, em milhões de cruzeiros:

UTELEFA	—	1.591
COMIPARA	—	95
CELUSA	—	141
USELPA	—	2.282
Outras	—	32
		<hr/>
Total	—	5.487

Entre 1961 e 1964 a COPEL recebeu recursos das seguintes fontes, com indicação de seus valores, em milhões de cruzeiros:

Tesouro do Estado	—	17.538
CODEPAR	—	11.336
Próprios	—	4.125
Privados do Estado	—	418
Privados Nacionais	—	577
Governo Federal	—	5.972
		<hr/>
Total	—	39.966

No mesmo período, os gastos realizados foram os seguintes em milhões de cruzeiros:

Usinas	9.100
Sistemas de Transmissão ..	9.500

Rêde de Distribuição	610
Estudos e Projetos	357
Administração do Plano ..	2.796
Custeio	8.667
Transferências	5.488
	<hr/>
Total Geral	36.518

No quadriênio, a potência instalada no Paraná evoluiu na base de um acréscimo de 73% graças aos grandes empreendimentos realizados especialmente no ano de 1964. No período 1960/63 o acréscimo de capacidade instalada foi de 63%, contra 32% de acréscimo no mesmo período para o Brasil. Os números abaixo dão uma idéia da evolução da potência instalada, em kW:

1960	—	128.183
1961	—	155.743
1962	—	173.309
1963	—	211.006
1964	—	221.956

RODOVIAS

Com um vasto hinterland, de ocupação econômica recente, o Paraná se apresentava como um território muito pouco penetrado por rodovias de 1.ª classe. Isto ocorria no exato momento em que o desenvolvimento da indústria automobilística nacional transformava o caminhão e o jeep em rápidos desbravadores de sertão, lançando compactas correntes pioneiras a grandes distâncias dos centros de civilização.

Aí surgiram transbordantes celeiros agrícolas em razão da extraordinária fertilidade natural das terras paranaenses, contribuindo para agravar êsse quadro paradoxal da conjuntura brasileira em que as grandes áreas de consumo do país sofrem com a escassez e com os preços proibitivos dos alimentos, enquanto nas áreas de produção se verificam, anualmente, desencorajadoras perdas parciais de safras abundantes e substancial absorção do valor da parte que consegue ser escoada

em fretes que, no entanto, mal cobrem o prematuro desgaste de peças e acessórios e dos próprios veículos, pelo máu estado das estradas.

Além desse impacto negativo do transporte deficiente, o sistema rodoviário existente no Paraná, antes de atender às necessidades de suas diferentes regiões, se orientava no sentido dos interesses da região Centro-Leste do país e de outros portos, determinando um processo distorsivo no fluxo de bens e na expansão do mercado regional.

Articulação à Rede Federal

O Paraná é cortado por oito estradas federais (BRs), das quais três apresentam no seu traçado um alto interesse regional pelo sentido de penetração e articulação com o Oeste, Noroeste e Sudoeste, tôdas devendo atingir, em diferentes pontos, as barrancas do rio Paraná.

São elas a BR-87, de Melo Peixoto a Jandaia do Sul, que atravessa parte importante do setentrião, devendo numa segunda etapa infletir para Campo Mourão e Guaíra, junto aos Saltos de Sete Quedas; a BR-104 que parte da região de Curitiba e atravessa o Estado numa impetuosa diagonal, em direção ao Norte até Paranavaí, desse ponto devendo mais tarde alcançar o Pôrto São José, na divisa com Mato Grosso; a BR-35 que começa no Pôrto de Paranaguá e atravessa todo o território paranaense até alcançar Fóz do Iguaçú, na fronteira do rio Paraná com o Paraguai.

As outras cinco estradas federais tem diretriz por assim dizer vertical, ou norte-sul, cortando o Estado ao longo dos quatro terraços que configuram, em sucessivos degraus, o relêvo paranaense. Integram o sistema nacional de ligação do Extremo Sul com o Centro-Leste e o resto do país. (O número-símbolo das rodovias federais foi recentemente alterado, mas aqui ainda são referidos os antigos.)

São elas, a BR-6 projetada através da costa litorânea; a BR-2, no primeiro planalto, desde a divisa com São Paulo até a divisa com Santa Catarina; a BR-14, no segundo planalto, de Melo Peixoto a Alto do Amparo e, numa segunda etapa, ligando Iratí a União da Vitória; a BR-19 projetada, no tercei-

ro planalto, devendo ligar Terra Rica-Paranavaí-Campo Mourão-Laranjeiras do Sul-Pato Branco, finalmente, a BR-59, que parte de Curitiba a Joinvile, no Vale do Itajaí.

A menção desse sistema federal de estradas é necessária para que se possa compreender o grau que êle determina no entrosamento com a União para definição da política rodoviária do Estado. Queremos dizer com isso que o sistema estadual tem o papel complementar e supletivo de atender às regiões menos penetradas pela malha federal ou não alcançadas pelas grandes rodovias troncos. São os casos, por exemplo, da PR-4 de Relógio a Campo Mourão, PR-5 de Curitiba a Barracão ou PR-13 de Campo Mourão ou Maringá para só citar as que têm merecido uma segunda prioridade. O aspecto mais importante dessa interdependência reside no fato de que o Estado dificilmente pode dar execução às obras rodoviárias a seu cargo sem a execução dos troncos federais, pelos hiatos que acarretaria na circulação, com estrangulamentos danosos ao escoamento da riqueza regional.

O observância dessa hierarquia está em função dos recursos disponíveis da União e do Estado, que nem sempre podem ser ou são devidamente dosados, especialmente se não houver um critério coincidente de prioridades entre os dois níveis de govêrno, já que há uma desigual disponibilidade de recursos para o setor.

Situação em 1960

Ao iniciar-se o atual Govêrno, o único grande empreendimento que estava sendo executado pelo Estado, no setor rodoviário, era a BR-87, no Norte do Estado, enquanto a União, através do DNER concentrava tôdas as suas atenções na rápida conclusão do trecho paranaense da BR-2 que, do litoral paulista alcança Curitiba e daí segue, através de Rio Negro, para o sul do país.

Duas obras certamente importantes, embora desligadas entre si do grande eixo rodoviário que as exigências da economia cafeeira paranaense indicavam como a diretriz fundamental, quer para a fixação da renda regional, quer para a integração social do Estado, ou seja, a BR-104.

A importância da BR-87 decorria da necessidade de dar escoamento aos excedentes agrícolas do setentrão, cujo mercado natural é São Paulo e Guanabara. As perdas parciais das safras já não podiam ser resolvidas apenas com o armazenamento, por sinal quase inexistente, mesmo porque vinha em crescendo o clamor dos grandes centros de consumo do país. Quanto à BR-2, tem-se que admitir que ela constitui um fator de unificação do mercado nacional e um desafio para a área mais industrializada do país, da qual o Paraná não pode prescindir inclusive para expansão futura de seu próprio parque industrial, que tende a adensar-se na chamada área de Curitiba.

Entretanto, o ritmo por demais lento de construção de outras rodovias federais, como a BR-104 e a BR-35 tendia a acentuar a deformação da economia regional, com a captação de seu mercado em proveito de outras áreas do país, acelerando o processo de fuga da renda paranaense, não obstante seus índices de crescimento elevado.

Programação Inicial

O plano inicial traçado pelo atual Governo previa o asfaltamento, até 1965, da BR-87 até Jandaia do Sul; da BR-104 de Ponta Grossa a Paranavaí; da BR-35 de Paranaguá a Fóz do Iguaçu; da BR-59 de Curitiba a Garuva e da PR-5 (estadual) de Curitiba a União da Vitória. Esse plano estava articulado em função de planos rodoviários nacionais. As alterações que estes sofreram, agravadas pelo não recebimento dos recursos externos programados, nacionais e internacionais, por razões que são do conhecimento público, modificaram a programação básica, que previa também empreendimentos de menor porte, em trechos de importância local, além de obras de melhoramento de toda a rede sob responsabilidade estadual.

Reformulado o plano inicial, pela não obtenção dos recursos esperados nos dois primeiros exercícios da atual administração, o Programa Trienal de Investimentos 1963/65 passou a prever, no setor rodoviário, recursos no montante de 44,8 bilhões de cruzeiros, oriundos de três fontes, a saber: 12,4 Estaduais, sendo 7,3 bilhões do Tesouro e 5,1 do Fundo de

Desenvolvimento Econômico; 18,9 bilhões Federais e 13,5 Externos.

Com êsses recursos se previa a conclusão da construção e asfaltamento, até 1965, dos seguintes trechos rodoviários:

- BR-87 até Jandaia do Sul
- BR-104 de Ponta Grossa a Paranavaí
- BR-35 de Curitiba a Paranaguá e de Ponta Grossa a Laranjeiras do Sul
- PR-5 de Curitiba a Barracão.

Nos anos de 1963 e 1964 mais uma vez falharam os recursos de origem externa; a União concorreu com 88 e 68%, respectivamente, do total previsto, tendo o Estado, graças ao Fundo de Desenvolvimento Econômico complementado a insuficiência parcial do Tesouro no exercício de 1963 e, no ano seguinte, juntamente com êste último, proporcionado recursos muito acima dos programados, para fazer frente inclusive à elevação dos custos decorrente do processo inflacionário.

A elaboração do novo Programa Trienal 1965/67 no setor rodoviário incorporou o produto do resultado do anterior, acrescido dos primeiros financiamentos externos, obtidos a partir de 1965. A previsão do programa anda em redor de 139,5 bilhões de cruzeiros.

A situação nos últimos quatro anos, em relação a 1960 e de acôrdo com o programa de obras previsto para 1965/67 oferece um quadro positivo e animador, que em grande parte se deve à operosidade do Departamento de Estradas de Rodagem, encontrado pelo atual Govêrno em situação financeira precária e hoje numa posição de invejável relêvo.

Pela ordem de prioridade é a seguinte a situação das obras rodoviárias:

Rodovia do Café

A BR-104 constitue básicamente a rodovia conhecida por êsse nome, por ser a principal via de escoamento das safras cafeeiras, destinadas à exportação por Paranaguá. Compreende o trecho Ponta Grossa à Paranavaí, parcialmente em comum com a BR-35 (Ponta Grossa-Curitiba) e com a BR-87 (Apucarana-Jandaia do Sul). O percurso total de Curitiba a

Paranavaí, excluído o trecho comum com a BR-87, é de 449 km.

Em 1960 havia sido realizada a implantação básica em apenas 154 km, estando asfaltados os trechos de Jandaia do Sul a Maringá (25 km), Apucarana a Califórnia (13 km) e parte de Curitiba a Ponta Grossa (72 km), num total de 100 km.

No quadriênio 1961/64 foi realizada a implantação básica em 247 km, tendo sido asfaltados 220 km.

O programa prevê a conclusão ainda no primeiro semestre deste ano, mediante a aplicação de 14,8 bilhões de cruzeiros, na implantação básica em 37 km e a pavimentação asfáltica em 128 km.

A Rodovia do Café, que também tem importante função no escoamento da produção agrícola e de produtos necessários à transformação industrial na área de Curitiba, reduz em 142 km a ligação com o Pôrto de Paranaguá em relação à atual estrada do Cerne e em 463 km em relação à estrada de ferro da RVPSC.

Rodovia dos Cereais

É assim conhecida a BR-87, cujo traçado ideal vai de Melo Peixoto até Cascavel, num total de 658 km. O trecho aqui referido é o de Melo Peixoto a Jandaia do Sul, num total de 226 km.

É a grande via de escoamento da produção agrícola do Norte do Paraná em direção aos maiores mercados nacionais, com uma densidade de tráfego que, nas proximidades da divisa com São Paulo, chega a 5.000 veículos/dia, durante os períodos de safra.

Em 1960 faltava o asfaltamento de 82 km, que foi concluído pelo atual Governo em 1963. Para recuperação da pavimentação em diversos trechos onde o tráfego pesado danificou o leito da estrada, o programa prevê um investimento da ordem de 9,9 bilhões de cruzeiros, ou seja 1,9 bilhões em 1965 para atender 30 km e 8 bilhões em 1966 para atender 133 km.

BR-35

Esta rodovia atravessa o Estado de leste a oeste no eixo

de maior comprimento. Liga Paranaguá a Curitiba, Iratí, Guaruapuava, Laranjeiras do Sul e Fóz do Iguacu, num percurso de 773 km. Através da ponte internacional, sôbre o rio Paraná, agora inaugurada, articula-se com a Ruta 7 do Paraguai, que parte de Assunção até o Pôrto Presidente Stroessner, com 330 km já totalmente pavimentados, em busca de Paranaguá, pôrto livre da República vizinha, em alternativa ao Rio da Prata.

Em têrmos nacionais é a mais importante rodovia paranaense, dando acesso à região turística das Cataratas de Santa Maria, no rio Iguacú, assegurando escoamento à produção florestal e agrícola da região Oeste do Estado, de colonização recente e grande potencial econômico; articulando-se, quer para o exterior, via Paranaguá, quer para o mercado nacional, via Curitiba e BR-2.

O trecho de Curitiba a Paranaguá, de pista dupla prevista para o futuro, é o de maior densidade de tráfego de todo o Estado. Esse trecho é o que exige maior concentração de recursos, pois inclue a descida da Serra do Mar. Corresponde a um total de 86 km, encurtando em 26 km a distância atual entre as duas cidades, além de oferecer substancial melhoria das condições técnicas. A dificuldade para obtenção dos recursos federais específicos tornou inviável sua conclusão em 1965, como estava anteriormente previsto. Como alternativa temporária, decidiu-se completar o asfaltamento da estrada atual (BR-2/PR-51/PR-52/BR-35=112 km) que exigiu obras em apenas 32 km, concluídas em 1964. A conclusão do novo traçado, já implantado em tôda a sua extensão, ficou sob a responsabilidade da União, através do DNER.

O trecho Curitiba-S. Luiz do Purunã, em comum com a Rodovia do Café, teve seu asfaltamento concluído pelo atual Governo em 1961.

Finalmente, o restante até Fóz do Iguacu, de 584 km, está sob a responsabilidade de comissão especial do Exército com supervisão do DNER. Mesmo assim, o DER realizou obras de implantação básica e revestimento primário entre São Luiz do Purunã e Palmeira (18 km).

BR-59

Esta rodovia, ligando Curitiba-Joinvile-Itajaí-Florianópolis

e daí, pelo litoral, a Pôrto Alegre, é de grande importância para o intercâmbio entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, principalmente no trecho Itajaí-Curitiba, dando acesso à região Centro-Leste do país, através da BR-2, aos produtos do Vale do Itajaí.

Dos 90 km em território paranaense, 12 já estavam asfaltados em 1960 (Curitiba-São José dos Pinhais), facilitando o acesso ao Aeroporto de Afonso Pena. Os 78 restantes até Itajaí estão sob a responsabilidade da União, não havendo previsões de investimentos estaduais no triênio 1965/67 em nenhum trecho.

PR-5

Conhecida em parte como rodovia do xisto ou da madeira em tôda a sua extensão, a PR-5 é a estrada estadual que se segue em importância à BR-104. Tem uma extensão de 571 km, ligando Barracão, na fronteira da Argentina, com Curitiba, passando por Pato Branco, Palmas, Clevelândia, União da Vitória, São Mateus do Sul e Lapa. Assegura escoamento à produção de cereais do Sudoeste, da madeira de todo o vale do médio Iguagu e do núcleo industrial que deverá surgir em tôrno do aproveitamento do xisto piro-betuminoso em São Mateus do Sul, por iniciativa da Petrobrás.

Em 1960, estavam construídos 303 km, não havendo, porém, nenhum trecho asfaltado ou sequer revestido.

No período 1961/64 foram construídos mais 131 km, concluído o revestimento primário em 171 km e o asfaltamento em 12 km (BR-2 a Araucária).

O programa prevê para o triênio investimentos de 28,9 bilhões de cruzeiros com a conclusão da implantação básica (137 km) e do revestimento primário (275 km) e o asfaltamento de 206 km, de Araucária até União da Vitória, cabendo ressaltar que para o asfaltamento do trecho Curitiba-São Mateus do Sul o DER firmou contrato de financiamento com a Petrobrás, devendo receber recursos para êsse fim.

Outras rodovias

Foram ainda realizadas obras de implantação básica na

PR-4 entre Relógio e Campo Mourão num total de 50 km, elevando para 70 km esse tipo de serviço e ainda 13 km na PR-13 de Campo Mourão a Maringá, bem como revestimento primário e pavimentação asfáltica em diversos trechos de outras rodovias.

Para o triênio 1965/67 está programada a implantação básica em 54 km na BR-6 entre Cacatú e Guaraqueçaba; 150 km na PR-4 entre Relógio e Campo Mourão; 48 km na PR-13 entre Campo Mourão a Maringá; 170 km entre BR-104 a Pôrto Alvorada, 100 km entre Pato Branco e BR-35 e 3 km entre a BR-35 e Pôrto da Passagem.

Em obras de revestimento primário, estão programadas obras em 62 km na BR-6 entre Cacatú e Guaraqueçaba; 220 km na PR-4 entre Relógio e Campo Mourão; 48 km na PR-13 entre Campo Mourão a Maringá; 170 km entre BR-104 a Pôrto Alvorada e 100 km de Pato Branco a BR-35.

Em obras de pavimentação asfáltica, o programa prevê 100 km na PR-13 entre Campo Mourão e Maringá e 30 km entre a BR-35 e o Pôrto da Passagem.

Obras de arte especiais

Em obras de arte especiais o DER construiu 3.000 metros de extensão, aplicando no período 1961/64 em tórno de 2,8 bilhões de cruzeiros, estando programados para o triênio 1965/67 investimentos no montante de 4,3 bilhões.

Conservação

No período 1961 a 1964 os gastos do DER com a conservação de rodovias absorveram um valor correspondente a 24,6% do total dos investimentos, no qual estão incluídos. Para o triênio 1965/67, graças à maior extensão da réde dotada de pavimentação asfáltica, essa proporção deverá alcançar apenas 16,3%.

Réde Rodoviária

Em síntese, o atual Governo encontrou a réde rodoviária do Estado, em 1960, com 5.898 km dos quais estavam asfalta-

dos 233. Em fim de 1964 a r ede estava ampliada para 7.030 km com 455 km de pavimentação asf altica.

Os investimentos no período foram os seguintes, em milhões de cruzeiros:

Estudos e Projetos	—	788
Implantação básica	—	22.653
Obras de arte especiais	—	2.898
Revestimento primário	—	1.306
Pavimentação	—	30.629
Melhoramentos	—	744
Equipamentos e instalações	—	3.218
		<hr/>
Total do quadriênio	—	62.235

O Programa 1965/67 prev e o aumento da r ede para 8.534 km, com uma extensão asfaltada que deverá chegar no fim do período a 1.089 km. Os investimentos ascender o a 103,6 bilhões de cruzeiros, assim distribuidos:

1965	—	38.620	milhões
1966	—	34.988	"
1967	—	29.990	"

Convênios com Prefeituras

Em convênio com as Prefeituras, o DER realizou um grande número de obras, tendo a seu cargo inclusive o maquinário obtido pelo Grupo Executivo das Terras do Sudoeste do Paraná-GETSOP, que entregou ao Departamento a incumbência das obras rodoviárias nas terras da faixa de fronteira a seu cargo, com s de em Francisco Beltrão, onde o DER criou e tem em funcionamento um Distrito Especial.

FERROVIAS

A abertura de novas frentes de ocupação agrícola no Estado, os estímulos últimamente criados   industrialização, particularmente nas áreas de Curitiba e Ponta Grossa, já com tradição industrial, a tendência   eletrificação rural e   mecanização da lavoura, ao determinarem maior fluxo de massas

consideráveis de mercadorias — bens de produção, materiais de construção, adubos, produtos pesados agrícolas, gado em pé, produtos manufaturados de todos os tipos, máquinas industriais, etc. — abrem ao transporte ferroviário novas oportunidades como o mais adequado ao deslocamento, em rápidos comboios, sôbre grandes distâncias.

O esforço recente de modernização e reequipamento das ferrovias nacionais integrantes da Rêde Ferroviária Federal resultou em acréscimos sensíveis de movimentação de mercadorias das estradas desse «holding» ferroviário da União, com a retomada do mercado de cargas terrestres, agora multiplicado com o surto industrial que anima o país, complementada com a nova política de fortalecimento da agricultura.

O sistema ferroviário paranaense, contando com 1.932 quilômetros de estradas em tráfego, assenta-se básicamente na Rêde de Viação Paraná - Santa Catarina, subsidiária da RFF, com 1.872 quilômetros de linhas dentro do Estado. Essa estrada foi em grande parte construída em fins do século passado e nas primeiras três décadas do presente século, para servir de travessia e ligação com o Extremo Sul, atravessando uma região paranaense agropastoril e extrativa então de nítida feição colonial. Suas deficiências técnicas e econômicas só agora começam a ser corrigidas sob o impacto dos reclamos da economia regional. Mas sua importância está crescendo nos últimos anos.

Incorporada à RFF em 1957, a RVPSC é atualmente a sexta ferrovia brasileira; a terceira em toneladas transportadas, em receita e em unidades de tráfego, superada somente pelas estradas de ferro Central do Brasil e Santos - Jundiá. É a segunda estrada de ferro do país em tonelagem-quilômetro transportada.

A grande demanda dos transportes no Paraná, com safras em volume crescente de um ano para outro, está encorajando vultosos investimentos para reequipamento da RVPSC. Mais de 200 quilômetros de linhas férreas estão sendo renovados anualmente. O alargamento dos túneis entre Paranaçuá e Curitiba, em fase adiantada de execução, permitirá a eletrificação do trecho e a utilização de locomotivas e vagões de maior capacidade. A eletrificação desse trecho vai ser substituída por sistema mais moderno de corrente alternada industrial.

As maiores cargas da Rêde são constituídas de madeira, café, combustíveis e lubrificantes, papel, cimento, cereais etc., que representaram em 1964 um total de 145 mil vagões despachados. Seu plano de expansão prevê a penetração do Sudoeste paranense, o prolongamento da Linha Norte até Guaíra e a diminuição do percurso entre o Norte do Paraná e o Pôrto de Paranaguá.

Por outro lado, a RFF está ultimando a ligação em bitola larga do chamado Tronco Principal Sul-TPS, no trecho Itararé a Maíra, com o trecho Maíra-Engenheiro Bley praticamente concluído, esperando-se a conclusão, no próximo triênio, do trecho Engenheiro Bley-Itararé, o que permitirá a ligação, com conexão em Curitiba, de todo o sistema centro-sul do país, levando os trilhos da Central do Brasil de São Paulo a Pôrto Alegre.

A E.F.C.P.

Todos êsses fatos estão a indicar a importância do prosseguimento, em ritmo mais acelerado, das obras da Estrada de Ferro Central do Paraná, em construção pelo Estado, entre Ponta Grossa e Apucarana. Com 334 km de extensão, essa ferrovia encurtará as distâncias entre o Norte e o Sul do Paraná em cêrca de um têrço: entre Apucarana e Paranaguá a distância atual, hoje de 928 km, passará a 624 km. Só êsse fato dispensa quaisquer outros comentários sôbre a magnitude dessa estrada, nesta hora em que o país entra na fase industrial de sua economia, com a expansão do mercado regional paranaense integrado num sistema nacional de trocas cada vez mais complexas, exigindo os mais variados modos de circulação e escoamento.

Em Ponta Grossa a EFCP entrará em tráfego comum com a RVPSC e em Apucarana entroncará na Linha Norte da mesma ferrovia, que corta a região setentrional do Estado desde Marques dos Reis até Maringá. Nos permeios, a EFCP atravessa, como seu nome indica, a região central do Estado, hoje a menos desenvolvida, beneficiando um conjunto numeroso de municípios. Na altura de Monjolinho poderá vir a ligar-se ao ramal de Monte Alegre da RVPSC.

A Comissão da Estrada de Ferro Central do Paraná iniciou suas atividades em 1948, tendo sofrido várias paralizações até 1961. O Estado chegou a promover gestões para a transferência do empreendimento para a RVPSC, entregando-lhe o acêrvo, em caráter provisório, em 1960. Com a reversão da obra para o órgão estadual responsável, sob a coordenação da Secretaria de Viação e Obras Públicas, em setembro de 1961, é que os trabalhos de construção voltaram a ter andamento.

Até 1961, ou seja, em 13 anos, haviam sido realizados obras de terraplenagem e assentamento em 57 km e lastreamento em 34 km. De 1961 a 1964 a terraplenagem abrangeu 60 km, o assentamento 55 km e o lastreamento 31 km. Foram adquiridos, entre outros equipamentos, 100 km de trilhos com acessórios e 55.000 dormentes. O valor dos investimentos nesse período do atual Governo alcançou 63 milhões de cruzeiros em pré-investimentos; 1,6 bilhões em obras e 56 milhões em equipamentos e instalações, num total de 1,7 bilhões de cruzeiros. Dêsses recursos, 382 milhões foram oriundos do Estado e 1,3 bilhões da União.

O Programa de Investimentos para 1965/67 prevê uma inversão de 4,6 bilhões de cruzeiros, dos quais 88,8% de origem federal, obtidos através do Departamento Nacional de Estradas de Ferro. A meta a atingir é a conclusão e entrega ao tráfego do trecho Ponta Grossa-Campina Bela, de 130 km, o que somado ao trecho de 34 km, entre Apucarana e Araruna, dará um total concluído de 164 km, equivalente a 49% do traçado total.

Últimamente, realizam-se gestões junto do Governo Federal para que a EFCP passe à esfera da União, ficando o Paraná com a responsabilidade de prosseguir as obras, levando os trilhos da ferrovia até Reserva.

PORTOS

A importância do Pôrto de Paranaguá, do qual o Estado é concessionário, e que forma com o de Antonina um complexo portuário único, sob a responsabilidade de uma autarquia, a Administração do Pôrto de Paranaguá-APP, pode ser aquila-

tada pelo fato de ser o maior exportador de café do mundo e aquele, em razão mesma dessa posição, que produz o maior saldo em divisas líquidas para o Brasil.

Está situado na margem sul da baía do mesmo nome, a terceira do país, onde se verificam condições de águas amplas, abrigadas e tranquilas, com contôrno de 184 km. No reentrante meridional do continente, a baía aproxima o grande tronco oceânico do interior da América do Sul mais que qualquer outro pôrto organizado do litoral brasileiro. Daí sua natural escolha como pôrto livre do Paraguai, ao qual está ligado pela BR-35 até Assunção.

Assim, sua área de influência cobre não só todo o território paranaense, parte de São Paulo e Santa Catarina e sul de Mato Grosso, mas também a República do Paraguai, funcionando, além disso, como opção para o Pôrto de Santos na eventualidade de congestionamento do importante pôrto paulista. Por outro lado, a baía tem comunicação direta com o chamado mar pequeno, no litoral paulista, através do Canal do Varadouro, (com 1 metro de calado em águas mínimas) alcançando os trilhos da linha litorânea da estrada de ferro Sorocabana.

No período 1961/64 o Govêrno do Estado seguiu, como orientação básica, em relação ao Pôrto, uma política que visou, de um lado, a reorganização administrativa e o saneamento financeiro da autarquia e, de outro lado, o equipamento da faixa portuária de modo a aumentar seu rendimento operacional para melhor servir aos usuários.

A reformulação da política portuária nacional, baseada no propósito de considerar como unidades de operação conjugada o navio e o pôrto, eliminando o êrro de concebê-los divorciados, a preocupação de uma articulação efetiva do fluxo do trabalho portuário, com a supressão dos hiatos entre estiva, capatazia, conferência e arrumação de cargas, sem esquecer, por outro lado, o desenvolvimento da indústria de construção naval e os esforços da União para elevação da produtividade portuária são indícios animadores da recuperação dos transportes marítimos, justificando o aparelhamento de portos, especialmente para um Estado como o Paraná, com uma produção crescente, em processo de diversificação.

Primeiros Objetivos

O primeiro objetivo do programa portuário do atual Governo foi integralmente atingido. A autarquia, em que se transformou a APP, com a reforma administrativa introduzida pelo Decreto 9.568, de 17 de setembro de 1962, passou a viver de seus próprios recursos, dispensando auxílios estaduais para o custeio de suas operações. A partir de 1963 apresentou saldo positivo no confronto da receita com a despesa da ordem de 88 milhões de cruzeiros.

Para conseguir o segundo objetivo, foi elaborado o Plano de Expansão e Melhoramento do Pôrto para o período 1962/66 que previa uma inversão total de 3,3 bilhões de cruzeiros. Esse plano integrou o Programa de Investimentos 1963/65, elaborado em 1963, que previa investimentos, no triênio, em torno de 2,2 bilhões de cruzeiros. Em 1963 foram aplicados 35% e em 1964 42% dos recursos programados. A não obtenção dos recursos federais já comprometidos tornou impossível a aquisição de parte do equipamento necessário, assim como o início e a conclusão de diversas obras.

No quadriênio 1961/64 as principais obras realizadas foram as seguintes em milhões de cruzeiros:

— Dragagem: bôca de evolução dos canais geral e de inflamáveis (1.000.000 m ³); redragagem do Canal do Varadouro (para 2 metros de calado); canais de acesso (136.000 m ³)	174,0
— Atêrro na retaguarda do cais comercial (600.000 m ³)	105,8
— Armazens externos (2 : 4.400 m ²)	54,7
— Galpões para madeira (2 : 8.00 m ²)	92,0
— Ampliação da rêde de energia	84,4
— Sistema de suprimento de água para navios e combate a incêndios	36,7
— Construção de linhas férreas (5.700 m)	153,5

A aquisição de equipamentos no período montou a um total de 318,2 milhões de cruzeiros, destacando-se 6 sugadores para cereais (50,3 milhões) e 9 tratores de 50 HP (32,3 milhões).

Para êsses investimentos a origem dos recursos indica que

1,4 bilhões foram oriundos do orçamento estadual e 1,7 bilhões de fontes federais, sendo 1,1 bilhão do Fundo Portuário Nacional e 524 milhões do Fundo de Melhoramento de Portos.

Ante a constatação de que os recursos investidos até 1964 representaram apenas 23% do plano original, a Administração do Pôrto de Paranaguá elaborou nôvo programa, que faz parte do Programa de Investimentos 1965/67. Aí estão previstas aplicações de recursos estaduais e federais para realização das obras anteriormente programadas, e não executadas, inclusive em obras cuja necessidade ficou constatada no decurso do quadriênio.

Investimento Total

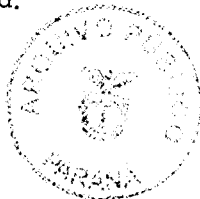
O montante do investimento total está fixado ao redor de 11,7 bilhões de cruzeiros, destinando-se, principalmente, à dragagem num volume de 2 milhões e 100 mil metros cúbicos, prolongamento do caes em 650 metros e sua mecanização, construção de 104 mil metros quadrados de pátios e ruas, 30 mil metros quadrados de armazéns, silos para cereais com capacidade para 10 mil toneladas, além da construção de prédios, aquisição de equipamentos, instalações e outras obras complementares.

Os recursos serão oriundos de fontes federais, no montante de 9,3 bilhões e de fontes estaduais, no montante de 2,3 bilhões, dos quais 1,3 bilhões da CODEPAR e 1 bilhão do orçamento do Estado.

Dêsses totais 1,2 bilhões serão destinados ao Pôrto de Antonina, cuja administração está a cargo de uma Divisão especial da APP, através da qual já foram aplicados 250 milhões pelo atual Govêrno em obras portuárias. As novas aplicações programadas em Antonina prevêm 440 milhões de cruzeiros para o cais de minérios, 230 milhões para o cais comercial, 220 milhões para construção de armazéns, 150 milhões em trabalhos de dragagem e 250 milhões para obras diversas.

AEROPORTOS

O Paraná possui atualmente 193 campos de pouso, dos quais 70 homologados pelo Ministério da Aeronáutica.



A recente fase de colonização do terceiro planalto, especialmente a região Norte do Estado, provocou um grande desenvolvimento do transporte aéreo que permitiu a ligação regular de núcleos e cidades pioneiras virtualmente isoladas por terra. Grande número dos campos de pouso exerceu a função de suprir, na emergência do desbravamento, as lacunas das comunicações terrestres, até que em regiões novas, insuladas, chegassem os trilhos das ferrovias e as rodovias.

Com a sedimentação dessas regiões e em função dos investimentos públicos realizados em outros meios de transporte, a importância relativa da aviação civil tende a diminuir, restringindo-se cada vez mais ao atendimento de grandes distâncias através de aeroportos regionais.

Por outro lado, a grande proximidade entre muitos campos de pouso, recomenda que se adote um critério de alta prioridade na escolha dos que devem ter atendimento de maior vulto e maior urgência. Algumas zonas do Estado ainda não estão consolidadas, de sorte que repentinamente alteram-se prioridades e problemas, antes secundários, passam ao primeiro plano, exigindo revisão nos programas de investimentos. A escassez de recursos, entretanto, desaconselha uma política de múltiplo atendimento em muitas obras de conclusão problemática, em prejuízo daquelas zonas mais distantes que não podem prescindir de comunicações regulares, como é o caso da vasta zona de fronteira que apóia seus contatos com os maiores centros do Estado e do país, na aviação civil e, inclusive, através do Correio Aéreo. É o caso, por exemplo, de Fóz do Iguaçu ou de Guaíra, onde, além do mais, existe um fluxo turístico internacional de porte apreciável que precisa ser estimulado e não desencorajado pelos transportes aéreos irregulares e inseguros dadas as condições precárias dos seus aeroportos.

Há também, entre outros, a considerar o caso de Paranaçuá, pela sua importância portuária na comercialização internacional do café, a reclamar melhores condições de pouso para o contato por via aérea com Santos, São Paulo e Rio de Janeiro.

Dos aeroportos do Estado, apenas dois, Curitiba (Afonso Pena) e Londrina, apresentam condições completas para o trá-

fego normal. Nos demais há sempre a ausência de um ou mais requisitos. Sòmente os dois, e o de Maringá, são pavimentados, faltando concluir no último a estação de passageiros.

A ação do Estado no setor de aeroportos é apenas suplementar, cabendo a maior parte dos investimentos ao Ministério da Aeronáutica. O órgão estadual responsável é o Departamento Aeroviário, da Secretaria de Viação e Obras Públicas. Ele está incumbido do transporte aéreo de carácter oficial, transporte do correio aéreo (malá postal) do Govérno do Estado, expedição de normas para maior segurança de vôos, bem como instalação e melhoria de campos de pouso.

No período 1961/64 o Departamento Aeroviário realizou investimentos num total de 200 milhões de cruzeiros na construção e melhoramento de aeroportos em Cascavel, Jacarèzinho, Guaratuba, Paranavaí, Paranaguá, Curitiba (Hangar do Bacacheri), Francisco Beltrão e Cândido de Abreu, além de outros investimentos.

O programa de investimentos para 1965/67 prevê investimentos totais da ordem de 5.970 milhões de cruzeiros, dos quais 93% de origem federal (através do Ministério da Aeronáutica) para obras entre as quais cumpre mencionar o prosseguimento e conclusão dos seguintes aeroportos:

Fóz do Iguaçu	1.300
Paranaguá	1.000
Curitiba (Afonso Pena) ..	700
Paranavaí	700
União da Vitória	500
Pato Branco	300
Campo Mourão	225
Curitiba (Bacacheri)	207
Jacarèzinho	140
Guaíra	120
Cascavel	110
Outros (24)	426

Investimentos no valor de 69 milhões de cruzeiros serão aplicados na conservação da rêde de aeroportos em convênio

com o DER e ainda 180 milhões, igualmente para conservação, em convênio com 30 Municípios.

TELECOMUNICAÇÕES

Talvez porque tenha estado durante muito tempo com suas correntes de exportação voltadas para a área do Prata, o Paraná ficou como um dos Estados mais mal dotados de serviços de telecomunicações para o contato rápido com o centro-leste do país e o exterior, especialmente Europa e Estados Unidos, que se tornariam, mais recentemente, áreas de importância vital para o intercâmbio paranaense. Por outro lado, como é recente a expansão do seu hinterland, praticamente inexistem serviços dentro do Estado para a ligação das principais regiões com Curitiba e com o Pôrto de Paranaguá.

Em vista das interligações internacionais e interestaduais serem de responsabilidade exclusiva da União, através do Conselho Nacional de Comunicações — CONTEL e da Embratel, o Governo do Estado concentrou suas atenções e atividades na elaboração e execução de um plano de telecomunicações para atendimento interno.

O órgão administrativo estadual responsável pelo setor é o Departamento de Telecomunicações — DETEL, da Secretaria de Viação e Obras Públicas, incumbido de estabelecer os planos e programas que traduzam as necessidades do Estado, definindo normas e instruções para o funcionamento do sistema oficial e orientação às empresas privadas. É órgão de criação recente, pois a sua instituição se deu em novembro de 1962.

Em agosto de 1963 foi criada a Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, sociedade de economia mista encarregada do planejamento e execução da política governamental, cabendo-lhe promover a implantação, melhoria e exploração dos serviços de telecomunicações do Estado, para o que pode inclusive firmar acórdos ou convênios com empresas particulares, concessionárias de serviços públicos e associar-se com organizações congêneres. É supervisionada pela Secretaria de Viação e Obras Públicas, através do DETEL, que além da função normativa e fiscalizadora acumula também o

encargo de atender os serviços de telecomunicações do Governo do Estado.

A DETEL forneceu e instalou equipamentos telefônicos PBX nas Secretarias de Estado e demais órgãos da administração, instalou centrais novas e realizou recuperação de centrais, construiu ramais, procedeu a ampliações, concertos e reparos. Durante o ano de 1964 o plano de aplicações realizado pela DETEL para atendimento dos serviços na faixa da administração representou um investimento no valor de 82 milhões de cruzeiros.

O Plano Diretor do Sistema de Telecomunicações a cargo da TELEPAR consiste em um estudo da situação dos serviços telefônicos no Estado e no dimensionamento dos meios necessários para o atendimento da demanda em 1970 e em 1980. Esse documento foi elaborado por firma especializada, fixando as diretrizes gerais a seguir para a implantação de uma rede de alto padrão internacional. Já está aprovado pelo Governo Estadual, encontrando-se na CONTEL para homologação final.

O Plano prevê a construção de um grande tronco de micro-ondas, de troncos principais de ondas portadoras e de linhas físicas de corrente direta, conforme a demanda de tráfego nas rotas respectivas.

A primeira etapa do Plano foi incluída no Programa de Investimentos 1965/67, compreendendo as seguintes obras (com os anos de conclusão indicados entre parêntesis):

Tronco principal de Micro-ondas:

— Paranaguá-Curitiba-Ponta Grossa	(1965)
— Ponta Grossa-Londrina	(1966)
— Londrina-Maringá	(1967)
— Londrina-Cornélio Procopio	(1967)

Linhas novas de Ondas Portadoras:

— Curitiba-São Mateus-União da Vitória-Francisco Beltrão	(1965)
— Cascavel-Toledo-Guaíra	(1966)

Ondas Portadoras sôbre linhas atuais:

— Ponta Grossa-Iratí-Guarapuava	(1964)
— Londrina-Apucarana	(1965)
— Maringá-Paranavaí	(1966)
— Maringá-Campo Mourão	(1966)
— Ponta Grossa-Castro	(1964)

Além da execução das obras incluídas no Plano, a TELEPAR tomou a si o encargo de concluir a construção da Linha Tronco Sul, de ondas portadoras, pertencente ao D.C.T., no trecho entre Curitiba e São Paulo. Quando concluída esta linha permitirá quadruplicar o número de canais em fonia e a instalação de 42 novos canais de telex.

Estão sendo realizadas gestões para possibilitar a concretização da participação financeira do D.C.T. nos eixos Paranaguá-Curitiba e Maringá-Paranavaí-Loanda, bem como da Superintendência do Plano de Valorização da Fronteira Sudoeste do País nos eixos Cascavel-Fóz do Iguaçu e Pato Branco-Barracão.

No quadriênio 1961/64 as aplicações no setor de telecomunicações foram as seguintes (em milhões de cruzeiros de 1964):

Investimentos DETEL/TELEPAR	—	919
Recursos federais:		
Orçamento	—	140
D.C.T.	—	310
Petrobrás	—	110
Recursos estaduais:		
Tesouro e outros	—	150
Banco do Estado	—	30
CODEPAR	—	46
Diversos	—	133
		<hr/>
Total das aplicações		1.838

Para o período 1965/67 o valor dos investimentos (a preços de 1964) está previsto em 15,7 bilhões de cruzeiros dos quais 9,2 são representados por investimentos da DETEL e da TELEPAR e 4,4 de outras fontes estaduais.

FOMENTO INDUSTRIAL

O fomento ao desenvolvimento industrial no Paraná limitava-se à concessão de facilidades fiscais, sob a forma de isenções, à atividades que fossem consideradas pioneiras ou de relevante interesse social.

A modesta participação do setor público na vida econômica decorria não somente da estrutura administrativa inadequada para esse fim como das limitações legais impostas ao fluxo de recursos públicos que seriam necessários para uma atuação mais dinâmica no incentivo e na ordenação das atividades produtivas.

A verdade, no entanto, é que o livre jogo das forças de mercado estava operando distorções na composição e no ritmo da economia paranaense, com fortes desequilíbrios tendentes à fuga da renda regional em crescimento para outras áreas por falta de pré-condições para investimentos reprodutivos, capazes de oferecer melhores e maiores oportunidades de emprego à população, não obstante sua elevada taxa de crescimento demográfico.

A expansão da lavoura cafeeira, não obstante registrar taxas vultosas de crescimento do produto, não se constituiu em fator de incentivo suficiente para um processo de diversificação da estrutura produtiva do Estado. À este faltou até há poucos anos uma política dirigida ao estabelecimento das pré-condições à um processo de industrialização, pela retenção das poupanças do setor dinâmico e sua canalização aos setores de capital social básico.

Nos últimos anos da década dos 50, com as mudanças ocorridas na estrutura mundial de oferta do café e a consequente política de desestímulo à extensão das áreas de cultivo por parte do governo federal, tornou-se imperativa a criação de um novo polo dinâmico de sustentação dos níveis de renda e emprego da economia paranaense.

Consciente dessa necessidade, a única alternativa encontrada pelo atual Governo foi a criação de organismos novos e a captação de recursos adicionais, visando, de um lado, o financiamento direto ao setor privado para inversões em capital fixo, preparando, por outro lado, as condições para uma cres-

cente capitalização através de vultosos investimentos na infra-estrutura: usinas elétricas, estradas, aparelhamento de portos, saneamento, educação.

A atual administração encontrou algumas entidades novas, embora prematuramente deficientes e relativamente estagnadas, como a COPEL, a COPASA, a APP, a FATR. Outras, nos moldes de sociedades de economia mista, foram criadas, como a CAFÉ DO PARANÁ, a TELEPAR, a SANEPAR, a CODEPAR. Vários órgãos públicos de execução e inversão foram transformados em autarquias, como DER, o DEOE e o próprio APP. Fundos com destinação específica foram igualmente criados.

De tôdas essas iniciativas, a mais importante foi a criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico e, juntamente com êle, a CODEPAR, empresa mista encarregada da administração dêsse fundo. Com o novo organismo foi possível obter uma grande massa adicional de recursos, livres da rigidez tradicional, aplicando-os através de um organismo igualmente flexível. Essa iniciativa permitiu não apenas o atendimento da demanda de recursos para investimentos públicos como o financiamento direto ao setor privado.

O FDE e a CODEPAR regulam-se pelas leis 4.529 de 10.01.61, 4.775 de 20.11.63, 4.826 de 20.02.64 e 4.863 de 11.05.64.

Dos recursos totais do FDE (2% sôbre o valor das transações que pagam o Imposto de Vendas e Consignações) 20% líquidos são legalmente destinados ao setor privado, canalizando-se o complemento à eliminação dos pontos de estrangulamento infraestruturais da economia regional.

Os recursos são aplicados segundo um «Quadro Geral de Essencialidades», embora sem uma rigidez absoluta, se bem que procurando deixar muito nítida a diferença entre atividades altamente essenciais ao desenvolvimento econômico, como a implantação de frigoríficos modernos, refinarias de óleos vegetais, indústrias metalúrgicas, fábricas de papel, celulose e pasta mecânica, etc. e os grupos de atividades tradicionais, como o beneficiamento de café, as serrarias e a elaboração do mate.

Visou-se, outrossim, contrabalançar a tendência espontânea de concentração de iniciativas nas regiões sôlidamente

abastecidas de capital social básico, como Curitiba e Ponta Grossa, através de um sistema de quotas regionais, que beneficiasse prioritariamente as regiões Norte e Oeste do Estado.

A análise e o enquadramento dos projetos de financiamento ao setor privado obedecem à uma série de princípios, a saber:

Potencialidades regionais:

- 1) Expansão harmônica do setor primário (agrícola, florestal e mineral), através da elaboração regional das matérias primas, substituindo gradativamente a simples exportação de produtos brutos ou semi-elaborados.
- 2) Ampliação e diversificação do parque industrial do Estado, com efeitos diretos sobre o crescimento da renda secundária.
- 3) Expansão do emprêgo da mão-de-obra industrial.
- 4) Capacidade de mobilizar, fixar e reter poupanças geradas na economia estadual, assim evitando a drenagem para outras áreas, como também atrair recursos complementares de fora do Estado, face às vantagens relativas do empreendimento do ponto de vista técnico.

Fatores de Mercado

- 5) Aptidão a suprir competitivamente o mercado local ou estadual de bens ou serviços, em substituição parcial ou total de importações de outras regiões do país e do exterior, assim contribuindo para a melhoria do intercâmbio comercial do Estado.
- 6) Capacidade, em nível de técnica e de preço, de suprir os mercados extra-estadual e internacional, com vantagens para a região e para o país.

Fatores Técnicos

- 7) Incorporação de técnicas modernas de produção, com o conseqüente aumento de produtividade, em com-

paração com os padrões pré-existentes em escala estadual.

- 8) Capacidade de aperfeiçoar o processo de uso de matérias primas e de obter grãos superiores de elaboração de produtos e de valor adicional de produção.
- 9) Utilização de fatores locais especiais (matéria-prima, tradição, técnica e outros) em determinada região ou no Estado.

Desde sua criação, em 1962, até 31 de Dezembro de 1964, a CODEPAR firmou com o setor privado 108 contratos de financiamento, no valor de 7 bilhões de cruzeiros a preços correntes e 9 bilhões à preços de 1964.

Os financiamentos se concentraram em maior número e valor nos setores da metalurgia em geral, produtos de origem florestal e produtos de origem agrícola, possibilitando assim uma transformação industrial de produtos da economia regional que antes saíam para fora do Estado sem qualquer transformação, alguns deles retornando depois industrializados para o consumo interno.

A distribuição regional dos financiamentos cobriu as sete regiões de planejamento do Estado, com maior concentração nas regiões de Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, Jacarèzinho e Guarapuava, seguidos de União da Vitória e Maringá, onde foram menores as solicitações em condições de enquadramento nos critérios adotados.

A concentração dos financiamentos, segundo os níveis de participação indicou que os créditos foram concedidos de preferência às indústrias de médio e pequeno porte, que absorveram a maior parte dos recursos aplicados.

Os quadros que se seguem detalham as aplicações da CODEPAR ao setor privado, mostrando a distribuição setorial dos financiamentos, sua distribuição geográfica e concentração por níveis de participação.

Setor Iniciativa Privada

Anos	Contr.	P. Cor.	Valor dos Financ.		Valor Liberado	
			(Em milhões de cruzeiros)		(Em milhões de cruzeiros)	
			P. de 1964	P. Cor	P. de 1964	
1962	16	406	1.344	257		853
1963	33	1.470	2.808	1.117		2.133
1964	59	3.346	3.346	3.976(*)		3.976
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>		<hr/>
	108	5.222	7.498	5.350		6.962

Distribuição Setorial dos Financiamentos

Setores	N.o de Financ. Concedidos	Valor dos Financiamentos	
		(Em milhões de cruzeiros)	
1 — Minerais não metálicos	10		228
2 — Metalurgia em geral	24		1.274
3 — Produtos de Origem Florestal	22		1.274
4 — Produtos de Origem Agrícola	14		1.281
5 — Produtos Animais	18		883
6 — Prod. Quim. e Manufaturas	12		215
7 — S/Enquadramento Industrial	8		67
	<hr/>		<hr/>
	108		5.222

Distribuição Regional dos Financiamentos

Região	N.o de		Valor Cr\$ 1.000.000
	Contr.		
1 — Curitiba	66		2.756
2 — Ponta Grossa	9		497
3 — União da Vitória	6		204
4 — Guarapuava	7		415
5 — Jacarèzinho	8		486
6 — Londrina	9		740
7 — Maringá	3		124
	<hr/>		<hr/>
	108		5.222

(*) 415 milhões referente a parte societária
202,5 milhões referente ao Imposto Adicional de Renda.

Concentração dos Financiamentos

Níveis de Participação	N.º de Contr.	Preços Correntes Valor Cr\$ 1.000.000
Até 10 milhões	35	200
Mais de 10 a 20 milhões	23	378
Mais de 20 a 50 milhões	19	768
Mais de 50 a 100 milhões	15	1.062
Mais de 100 a 200 milhões	14	1.984
Mais de 200 a 300 milhões	1	300
Mais de 300 milhões	1	530
	108	5.222

Do total dos financiamentos concedidos à indústria 71 contratos foram considerados de 1.ª essencialidade, tendo 18 dê-les se dirigido a setores complementares.

De um modo geral, as aplicações se processaram de acôrdo com a distribuição percentual previamente fixada, excluindo o setor de indústrias químicas e manufaturas em geral, cuja quota de participação se manteve muito aquém do limite estabelecido, atribuindo-se o fato à ausência de conhecimentos técnicos do setor empresarial.

Objetivando a promoção de um desenvolvimento harmônico do parque industrial, a CODEPAR tomará a seu cargo, doravante, o apoio e incentivo especial às atividades retardatárias, elaborando seus projetos e interessando empresários paranaenses na sua realização.

Outrossim, é importante assinalar que os investimentos de infraestrutura econômica se integram na política de fomento ao desenvolvimento econômico com repercussão direta no processo de expansão industrial.

Os quadros que se seguem mostram os montantes aplicados nos setores de infraestrutura e de iniciativa privada, a preços correntes e a preços constantes, nos três anos de atuação da CODEPAR:

ATUAÇÃO DA CODEPAR

- 1 — Aplicações efetuadas — por setores
(Valor em milhões de Cr\$ — Preços Cor.)

Anos	Infraes- trutura	Iniciativa Privada	Total
1962	3.234,0	257,0	3.491,0
1963	5.541,0	1.117,0	6.658,0
1964	15.804,7	3.976,0	19.780,7
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	24.579,7	5.350,0	29.929,7

Preços Constantes
(Milhões de cruzeiros de 1964)

1962	10.730,4	852,7	11.583,1
1963	10.583,3	2.133,5	12.716,8
1964	15.804,7	3.976,0	19.780,7
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	37.118,4	6.962,2	44.080,6

2 — Setor Infraestrutura

Setores	Preços Correntes (Valor em milhões de cruzeiros)				Preços Constantes (Valor em milhões de cruzeiros 1964)			
	1962	1963	1964	TOTAL	1962	1963	1964	TOTAL
Rodovias	1.270,0	2.621,0	10.417,8	14.308,8	4.213,9	5.006,1	10.417,8	19.637,8
Telecomunicações	—	40,0	—	40,0	—	76,4	—	76,4
Energia Elétrica	1.526,0	2.107,0	3.531,9	7.164,9	5.063,3	4.024,4	3.531,9	12.619,6
Agricultura	438,0	705,0	35,0	1.178,0	1.453,3	1.346,5	35,0	2.834,8
Saneamento	—	60,0	850,0	910,0	—	114,6	850,0	964,6
Educação	—	—	300,0	300,0	—	—	300,0	300,0
TOTAL	3.234,0	5.533,0	15.134,7	23.901,7	10.730,5	10.568,0	15.134,7	36.433,2
		(*)	(**)					

(*) — Exclusive 7.866 mil cruzeiros de juros.

(**) — Exclusive 670 milhões de cruzeiros de participação societária.

AGRICULTURA E PECUÁRIA

Durante o ano de 1964 o atual Governo desenvolveu um intenso e proveitoso programa de fomento e incentivo ao setor agropecuário como parte do plano de diversificação da lavoura e de renovação de seus rebanhos, que vem sendo levado a efeito com especial atenção desde 1961.

Isto permitiu elevar os investimentos totais no setor agrícola a 12,5 bilhões de cruzeiros (a preço de 1964, ou 7,2 bilhões a preços correntes). A Companhia de Armazens e Silos-COPASA elevou a capacidade de armazenamento de sua rede de 0, em 1960, para 35.000 toneladas de capacidade estática, em 1964, equivalente a 150.000 toneladas/ano, construindo armazens em zonas de recente desbravamento.

A Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná-CAFÉ DO PARANÁ, além dos serviços prestados pelas patrulhas mecanizadas, em número de 10 organizadas a partir de 1962, revendeu nada menos de 1.577.137 sacas de sementes, principalmente algodão, feijão, arroz e trigo. A Secretaria de Agricultura distribuiu cerca de 4.000 reprodutores bovinos de alta linhagem, além de executar suas tarefas específicas de pesquisa, experimentação, extensão, ensino e combate às pragas.

O impetuoso desenvolvimento da agricultura paranaense vinha se fazendo pela iniciativa espontânea de compactas correntes pioneiras, atraídas pelas facilidades de aquisição de terras férteis em zonas distantes do hinterland. As safras agrícolas cresciam de ano para ano em volume considerável, pela adição de novas áreas de cultivo em terras onde a fertilidade natural de solos virgens é geralmente elevada, por unidade de área.

O fator determinante dessa «corrida» às terras paranaenses foi o café, sob o forte estímulo dos altos preços internacionais do produto, no começo da década de 50 e da política governamental de defesa sistemática do nível interno da renda dos cafeicultores, que lhes assegurava, de um lado, preços compensadores e de outro, a garantia da compra de toda a safra. O café exige, no período de safra, uma mobilização intensa de mão de obra que durante a entressafra, procura complementar sua remuneração na produção de cereais. Além disso, o milho, o feijão e o arroz funcionam como culturas intercalares do café, tentando os formadores de novos cafezais tirar o melhor rendimento possível das terras enquanto o cafeeiro não entre em produção. Essas culturas intercalares nem sempre estão ajustadas à procura efetiva.

Em 1948 o café ocupava 19,5% do total da área cultivada em 1955 a área ocupada subiu a 28,5% e em 1960 a 40,5% do

total, quando o Paraná passou a produzir 20 milhões de sacas de café, ou seja, um terço da produção mundial.

O desenvolvimento da cultura cafeeira trouxe consigo o aumento da cultura cerealífera e, posteriormente, da algodoeira, ultimamente acrescida pela expansão da cultura da cana de açúcar. O Norte do Paraná tornou-se uma área produtora de excedentes agrícolas, sem se levar em conta a possibilidade de escoamento e a distância dos centros de consumo.

Um outro eixo de expansão se definiu em direção ao Oeste, partindo do Sul e do Norte, revelando a crescente força da lavoura do trigo, ao qual se associou, mais recentemente, a ocupação agrícola do Sudoeste.

Problemas existentes

Com exceção dos produtos de exportação, especialmente o café, que conta com um tradicional mecanismo da defesa, o desenvolvimento da agricultura paranaense se processava praticamente sem qualquer apoio ou orientação oficial.

A inexistência de uma política agrária objetiva e concreta criara no meio rural uma situação de instabilidade constante. As grandes safras não tinham seu escoamento ordenado ou sua comercialização assistida, de modo que criavam apenas novos problemas para a maior parte dos produtores, em função da acentuada queda dos preços. Esse desestímulo traduzia-se em safras pequenas nos anos imediatamente seguintes, quando a escassez dos produtos voltava a elevar os preços, produzindo novas safras de vulto, donde o mecanismo tornava a repetir-se, formando verdadeiro círculo vicioso de insegurança e instabilidade, que somente a ação coordenada dos governos estaduais e federais poderia ter condições de romper.

A partir da primeira Reunião de Governadores da Região Sul, em Florianópolis, em março de 1961, o Govêrno do Paraná passou a reivindicar um planejamento agrícola consistente, acompanhado dum zoneamento nacional e apoiado numa política de preços mínimos, compra e armazenagem de excedentes, que levasse aos produtores os benefícios de seu trabalho e os estímulos para uma produção maior, contornando os setores intermediários, maiores beneficiários da situação existente. A



importância de uma política dessa natureza pode ser aquilardada pelo fato de que a incapacidade do setor agrícola de crescer ao mesmo ritmo do restante da economia é uma das principais causas da inflação brasileira.

Ainda em 1961, o Governo do Paraná elaborou o Plano de Alimentos para o Brasil, destinado a obtenção de recursos nacionais e internacionais para o desenvolvimento do ensino agrícola, da pesquisa e experimentação, da extensão rural e, principalmente, do fomento intensivo, incluindo implementos agrícolas fertilizantes, corretivos, sementes e reprodutores para renovação dos rebanhos. Em sua primeira concepção o Plano previa investimentos da ordem de 1.960 milhões de cruzeiros, limitado a recursos nacionais. Em 1962 o Plano foi ampliado, prevendo investimentos no montante total de 13 bilhões de cruzeiros, em um programa quadrienal para o qual se esperava contar com a ajuda externa.

Era um esforço interno do Paraná, visando mobilizar recursos próprios e externos para institucionar na sua agricultura os critérios racionais que solicitava à União sem resultados positivos. Era, afinal, uma oportunidade de extrair da pujante agricultura paranaense todos os rendimentos possíveis para servir à economia nacional e responder ao desafio do abastecimento de suas grandes áreas de consumo.

A colaboração externa para o Plano não foi obtida, decidindo então o Governo concentrar seus esforços naqueles empreendimentos onde era mais urgente e possível a sua intervenção.

CAFÉ DO PARANÁ

Foi organizada a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CAFÉ DO PARANÁ, criada pela lei 4.393, de agosto de 1961, que se encarregou da distribuição de sementes e da prestação de serviços mecanizados. Por ocasião das crises de abastecimento de feijão e arroz, em 1962, foi possível através dessa Companhia, realizar intervenções no mercado, assim como exportar excedentes de batata inglesa para o Nordeste brasileiro no início de 1963.

O programa da CAFÉ DO PARANÁ se propõe diversificar

a produção agrícola e, ao mesmo tempo, elevar a oferta do setor pela introdução crescente de insumo de origem não agrícola, como máquinas e implementos, fertilizantes e técnicas agrícolas modernas, visando elevar a produtividade do homem e atribuir uma capacidade competitiva as lavouras paranaenses em relação àquelas mais próximas dos grandes centros de consumo do país. Tem à seu cargo também a função de intervir no processo de comercialização das lavouras, retirando parcelas do mercado na ocorrência de grandes safras, para manter uma relativa estabilidade de preços, ou comprando em outros mercados quando a produção local é insuficiente.

Um sistema de 10 patrulhas mecanizadas está instalado nos municípios de Curitiba, Guarapuava, Iratí, Londrina, Maringá, Paranavaí, Ponta Grossa, Pato Branco, Santo Antônio da Platina e Cornélio Procópio, atendendo a baixas taxas de remuneração às solicitações dos agricultores da região.

A operação de revenda de sementes realiza-se através dos Postos de Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Pato Branco, Iratí, Cambará, Londrina, Jaguapitã, Maringá, Paranavaí, Cianorte, Cruzeiro do Oeste e Assai, inclusive com financiamento para venda de sementes, máquinas e implementos agrícolas. A seleção e aprimoramento das sementes é feita nos chamados Campos de Cooperação de Sementes, iniciativa de particulares, aos quais a CAFÉ DO PARANÁ presta toda a orientação e assistência. Em 1964 foram instalados 2 campos de cooperação de sementes de trigo, estando previstas a instalação de campos para produção de sementes de amendoim (150 alqueires) e 300 campos para multiplicação de sementes de algodoeiro, com 55 hectares cada um.

Em seus três anos de funcionamento a CAFÉ DO PARANÁ fez investimentos em torno de 7.945 milhões de cruzeiros em sementes, 341 milhões em máquinas, veículos e acessórios e 294 milhões em imóveis e outras inversões. Para o período 1965/67 os investimentos estão previstos em torno de 21,1 bilhões de cruzeiros, devendo ser instaladas mais 7 patrulhas mecanizadas, em Santa Mariana, Assaí, Campo Mourão, União da Vitória, Cambará, Cruzeiro do Oeste e Cascavel, inclusive aquisição de novos equipamentos.

COPASA

A Companhia Paranaense de Armazens e Silos-COPASA foi criada por Lei estadual em 1956, depois modificada pela Lei 4.440, de 1961, ano em que efetivamente entrou em atividade, como sociedade de economia mista destinada a complementar a rede de armazens privados, principalmente nas regiões de desbravamento recente.

Do plano geral, que prevê a implantação de uma rede com 90 unidades, especialmente para o armazenamento de produtos alimentícios (arroz, feijão, trigo, milho e grãos oleiros em geral), entre armazens e silos, estão concluídas e em operações sete armazens, com capacidade estática total de 35.000 toneladas: Curitiba (5.000 t), Maringá (5.700 t), Assaí (5.300 t), Campo Mourão (5.000 t), Pato Branco (5.000 t), Guarapuava (5.000 t) e União da Vitória (4.000 t).

Nesses armazens foram investidos recursos num total de 1.164 milhões de cruzeiros, dos quais 820 milhões de fundos próprios e 344 milhões da CODEPAR.

Os cálculos efetuados pela Comissão Executiva de Armazens e Silos-CEAS, estimaram para 1964 uma solicitação de armazenagem para cereais de 942.195 toneladas, desde que o aparelho de comercialização funcionasse sem entraves, o que, confrontado com as 35.000 toneladas de capacidade estática da COPASA dá uma idéia da insuficiência dessa rede se condições normais prevalecerem no setor.

Por ora, os baixos índices de aproveitamento registrados na rede são explicáveis por anomalias do aparelho de comercialização. O Governo entende, outrossim, que seria inócua uma política isolada de armazens e silos, impondo-se o estabelecimento da política integradora e coordenada para o setor agrícola como um todo, conforme o Paraná sempre tem reclamado da União.

Para o período 1965/67 estão previstos recursos para a COPASA em torno de 900 milhões de cruzeiros, fazendo parte de seu programa a construção de mais sete unidades armazenadoras de 5.000 toneladas de capacidade estática cada uma, a serem situadas em Paranaíba, Cruzeiro do Oeste, Ivaiporã, Cornélio Procopio, Cambará, Cascavel e Iratí.

A real execução desse plano dependerá dos estudos que se processarem sobre o baixo aproveitamento da capacidade instalada existente.

A criação da CAFÉ DO PARANÁ e a dinamização da COPASA são porém apenas parte do esforço do poder público para dar melhor atendimento ao setor agropecuário.

Ação da Secretaria de Agricultura

A Secretaria de Agricultura, como principal organismo de ação no setor, foi encontrada pelo atual Governo completamente paralizada, limitada a atividades marginais, incapaz de fornecer os estímulos e o apoio de que a agricultura carecia. Hoje ela se constitui numa das Secretarias de Estado mais dinâmicas, cuja ação se desenvolve segundo um programa previamente elaborado, à base de um estudo de profundidade sobre a estrutura agrária do Paraná, que apontou as lavouras prioritárias a incrementar, cafeeiros a erradicar, zoneamento das culturas e tôdas as demais providências para elevar a produtividade do setor.

A pesquisa e a experimentação receberam grande impulso, o mesmo se verificando no setor de extensão, com técnicos em mais de 70 municípios do Estado. Duas dezenas de Casas Rurais, Postos Rurais e Postos de Revenda estão situados estrategicamente em várias regiões proporcionando assistência ao homem do campo. A presença da Secretaria de Agricultura é sentida no interior.

O ensino agrícola está sendo ministrado através de Ginásios Agrícolas em Rio Negro, Palmeira, Guarapuava e Apucarana, do Colégio Agrícola de Ponta Grossa, das Escolas Agrícolas de Preparação Pré-ginasial em Clevelândia, Foz do Iguaçu, Faxinal de Catanduvas e Santa Mariana, de Centros de Treinamento em Castro e Santo Antonio e da Escola Doméstica e Rural de Ivaí.

A assistência ao cooperativismo traduziu-se em iniciativa do Governo através de redução de impostos, de orientação técnica e de fiscalização, visando evitar irregularidades que possam comprometer esse sadio movimento associativista, bem

como de divulgação sôbre as vantagens da organização cooperativa para os produtores.

O Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, órgão ligado à Secretaria de Agricultura, está realizando estudos sôbre o solo e, em convênio com outros organismos, realiza pesquisas sôbre o declínio de fertilidade, fixação do fósforo e o grau de laterização nos solos da região cafeeira; sôbre o reconhecimento geológico do Município de Ortigueira após os incêndios ocorridos naquela região, tendo à seu cargo, entre outras tarefas, a elaboração da Carta Geológica do Paraná. No setor das pesquisas veterinárias, realiza estudos sôbre o contrôle das principais zoonoses que incidem nos rebanhos, problemas de epidemiologia e de profilaxia das doenças animais e interesse médico-sanitário, treinamento de estudantes e técnicos no setor da patologia animal, exames diagnósticos de laboratório. Outrossim, o IBPT prepara uma série de produtos veterinários, de elevada categoria e preço acessível, como antígenos, vacinas, produtos quimioterápicos, etc.

A renovação do rebanho do Estado é talvez uma das maiores iniciativas do atual Govêrno, realizada através da Secretaria de Agricultura, com a entrega de 4.000 reprodutores de raça, principalmente Nelore e Gyr, de comprovada adaptabilidade ao Paraná. Outras raças, como Holandesa, Jersey e Charolesa foram adquiridos para melhorar o plantel leiteiro. Quanto aos suínos, um plano de vendas está difundindo as raças Duroc-Jersey, Wessex e Landrac através de produtos produzidos pelos plantéis da Secretaria de Agricultura.

As atividades de fomento foram realizadas através do Fundo de Equipamento Agropecuário, com a compra e venda de semente e mudas, produtos veterinários, maquinários novos, animais reprodutores, forragens e rações, adubos, inseticidas e fungicidas e arame farpado. O valor das vendas no período 1961/64 ascendeu a cêrca de quase um bilhão de cruzeiros.

O Programa de Investimentos 1965/67 prevê a ampliação dos trabalhos de fomento por intermédio do Fundo de Equipa-

mento Agropecuário com os seguintes recursos em milhões de cruzeiros:

1965	—	894
1966	—	1.278
1967	—	1.720

Globalmente, os recursos a serem investidos no setor agropecuário são os seguintes em milhões de cruzeiros:

Secretaria de Agricultura	—	3.000
CAFÉ DO PARANÁ	—	21.169
COPASA	—	900
		<hr/>
Total Geral		25.069

IV — A FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO

EDUCAÇÃO E CULTURA

Os esforços realizados pelo Governo, no período 1961 a 1964, no setor da Educação, podem ser traduzidos em números significativos, que embora não representem a solução dos problemas encontrados, quanto à demanda no nível do ensino primário, face ao incessante crescimento da população em geral, revelam um considerável progresso sobre a situação existente em 1960.

Em 1960 existiam no ensino primário 5.987 unidades escolares, das quais 3.579 eram estaduais; em 1964 o número de unidades escolares passou a 12.570, das quais 5.949 estaduais, com um acréscimo no período de 2.370. (Dados provisórios).

Em 1960 o Paraná possuía 17.612 professores no ensino primário, sendo 5.332 normalistas e 12.280 não normalistas; em 1964 o número de professores normalistas passou a 12.355 e o de não normalistas a 13.791, num total de 26.196 professores. A proporção de normalistas no total subiu no quadriênio de 33% para 47%, num evidente aumento do grau de melhoria técnica do corpo docente. Hoje não menos de 40% do total do funcionalismo mantido pelo Estado são constituídos pelo professorado, proporção que tende a crescer com o aumento da rede escolar, com as novas unidades escolares em construção e programadas, a serem entregues em 1965, dentro de um esforço conjunto com os Municípios para responder ao déficit no setor do ensino primário.

Em 1960 a matrícula geral no ensino primário era de 410.776 alunos, subindo em 1964 para 616.000 de cujo total 62% se referem à matrículas em escolas mantidas pelo Estado, 28% pelos Municípios e 10% por particulares. Os resultados do Censo Escolar, realizado em fins de 1964 e ainda sujeito à

crítica dos órgãos especializados, acusou uma população escolar (de 7 a 14 anos) acima de um milhão de crianças, o que bem mostra o vulto do déficit escolar face à matrícula geral.

Pelos dados preliminares do Censo Escolar verifica-se que é na zona rural que ocorre o grande excedente de crianças sem escolas. Os municípios lutam com grandes dificuldades financeiras para acompanhar a demanda em suas respectivas circunscrições, embora se reconheça que o número de escolas municipais cresceu bastante no período 1961/64, com um aumento de 2.198 unidades para 5.900. A solução encontrada será uma maior ajuda aos municípios de menores recursos através de um plano de auxílio de manutenção de novas escolas primárias, proporcionalmente ao número de alunos que mantiverem.

Educação para o desenvolvimento

Os dispêndios do Estado no setor da Educação já excedem o limite obrigatório estabelecido pela Constituição Federal. Em 1964 o Paraná apareceu nas estatísticas nacionais como o 4º do país, com cerca de 27% de sua receita orçamentária vinculada à educação, não obstante os grandes investimentos, de carácter prioritário e inadiável, que estão sendo feitas em sua infraestrutura econômica.

O atual Governo do Paraná, por sinal, encara a Educação não só como um dever do Estado, mas inclusive como um fator de desenvolvimento econômico, pelo que pode representar como qualificação do trabalho humano, abrindo novas perspectivas de emprego especializado. Dentro dessa concepção foi que se introduziu no Paraná, por iniciativa da administração empossada em janeiro de 1961, a elevação de 4 para 6 anos do curso primário, com a implantação do ensino de artes e ofícios industriais nas últimas duas séries, o que assegura um preparo elementar para os menores que, de acôrdo com a Constituição Federal, podem exercer atividade remunerada acima dos 14 anos. A inovação prevê também o acesso à 2ª série do ciclo secundário daqueles que tiverem concluído a 6ª série do curso primário, uma vez aprovados no exame de admissão. O Paraná é, assim, um dos primeiros Estados do Brasil a responder às reco-

mendações de Punta del Este sôbre os problemas do ensino relacionados com o desenvolvimento das áreas em processo de desenvolvimento e industrialização.

Iniciada a execução da reforma do ensino em 1963, ela se completará em 1967 e em 1968, quando estarão funcionando em todos os Grupos Escolares as 5^{as} e 6^{as} séries do ensino primário. Para atingir êsse objetivo o Plano Estadual de Educação prevê a construção e o equipamento, até 1968, das oficinas de artes industriais nos Grupos Escolares mantidos pelo Estado. Professôres já participam de cursos de ciências, que vem sendo estimulados pelo setor público, ensejando inclusive a aquisição de laboratórios nas escolas primárias.

A elevação do nível de preparo do professorado é fundamental nesta etapa da reforma do ensino paranaense. Em 1964 foram realizados cursos para professores leigos, com uma frequência de 1.426 professôres de aproximadamente 50 municípios; promoveram-se Semanas Educacionais em 6 Inspetorias Regionais, compreendendo cêrca de 30 municípios, com a participação de 2.746 professôres, tanto normalistas como inabilitados; desenvolveu-se, em cooperação com Ministério da Educação e Cultura, o programa de supervisão dos professôres das Escolas Isoladas e mais um curso intensivo de formação, com a participação de 45 professôres, muitos dos quais já estão desempenhando suas missões em longínquas regiões do interior do Estado; para prover o professor dos métodos e das técnicas mais adequadas, foram publicados o Manual do Professor Primário, agora para o 2º ano, História e Geografia do Paraná, para o 3º ano e está em fase de impressão o Manual para o 3º ano; promoveram-se Encontros Educacionais nas sédes das Inspetorias de Bocaiuva do Sul, Lapa, Rio Negro, Ponta Grossa, Irati e Capital, reunindo professôres de 40 municípios, com um total de 3.850 professôres.

Atendendo à realidade de que a assimilação dos benefícios da educação se condiciona à uma série de fatores, o setor público através da SEC está atendendo a grande parte da população escolar de nível primário com a Merenda Escolar, em colaboração com o Programa «Alimentos para a Paz». A medida não só dá um atendimento alimentar suplementar à criança como lhe permite adquirir noções elementares sôbre os valores

alimentícios, novos hábitos alimentares e de higiene. Em 1964 foram atendidas, em 169 municípios, um total de 338.676 alunos fornecendo merendas escolares num total de 22.867.458 unidades. Ainda em 1964 foi executado o plano-pilôto com a distribuição da sopa escolar em 40 municípios, proporcionando resultados que orientam o setor público a aprovar a sua expansão no ano de 1965. O Serviço de Saúde e Higiene Escolar atendeu, em 1964, a 48.772 escolares, sendo acrescentado tal serviço de mais 8 consultórios odontológicos, totalizando 16 unidades em várias cidades do Estado. A educação de excepcionais foi ampliada com a nomeação de mais 26 professores, com especialização no assunto, os quais estão prestando assistência a diversas instituições do Estado.

FUNDEPAR

Visando mobilizar maiores recursos para o setor da Educação, bem como uma maleabilidade mais ampla dentro dos quadros institucionais da educação, o atual Governo criou a Fundação Estadual de Ensino-FUNDEPAR, entidade de fins não lucrativos, tendo como objeto administrar o Fundo Estadual de Ensino, instituído pela Lei 4.599, de 2 de julho de 1962.

Seus recursos são constituídos de: contribuições do próprio Estado, no valor de 3% sobre o Imposto de Vendas e Consignações; contribuições da União, inclusive os que cabem ao Paraná à conta dos Fundos Nacionais de Ensino Primário, Médio e Superior; contribuições de empresas industriais e de proprietários rurais; donativos de particulares; auxílios e subvenções e produtos de operações bancárias.

Constituída nos moldes da empresa privada, a FUNDEPAR conta com uma organização mais flexível, funcionando imune ao processo burocrático à que a imensa rede escolar é geralmente levada pela multiplicidade de seus problemas administrativos e pela avalanche de processos que acarreta. Além das funções próprias, ela está dando grande contribuição na administração e gestão financeira dos recursos do plano de educação, inclusive os oriundos da CODEPAR.

Para o período 1965/67 o programa prevê a construção de 3.160 salas de aula, das quais 1.139 para o ensino primário

rural, 1.146 para o ensino primário urbano e 617 para os outros ramos.

Para o ano de 1965 os recursos previstos são os seguintes, em milhões de cruzeiros:

a) Recursos do Estado

— Orçamento da SEC (já com redução do plano de economia)	31.262.226	
— Auxílio do Estado para a FUNDEPAR	2.473.470	
— Orçamento da SVOP (parcial para obras de educação) ..	1.000.000	
— Financiamento CODEPAR ..	3.450.000	
— Salário Educação (quota) ..	1 000.000	39.185.696

b) Recursos Federais

— Plano Trienal de Educação ..	4.000.000	
— Convênio com a CONABE ..	400.000	4.400.000

TOTAL GERAL 43.585.696

Como se vê pelo quadro acima, o Estado participa com 89,90% dos recursos, o que em relação à receita tributária prevista para 1965 significará um gasto no setor educacional em torno de 30% bem acima do limite de 20% estabelecido pela Constituição Federal. Do total dos recursos relacionados 7,4 bilhões serão destinados a novos investimentos, ficando o saldo para atender as despesas correntes de manutenção e conservação da vasta rede escolar e demais atividades à cargo do Estado no setor de educação e cultura.

Durante o quadriênio 1961/64 os dispêndios do Estado no setor educação são apresentados no quadro abaixo, em milhões de cruzeiros:

Anos	Despesas		Total	% do Investimento no gasto público
	Custeio Invest.	(1)		
1961	15.428	1.311	16.739	22,5
1962	17.809	2.232	20.041	23,7
1963	18.611	1.668	20.279	28,9
1964 (2)	19.850	1.059	20.909	27,8

(1) Inclue pessoal; (2) Estimado



Ensino Médio

Quanto ao ensino médio, o Paraná se apresenta como o Estado brasileiro que possui a maior rede de estabelecimentos, sendo propósito do Governo voltar-se para os incentivos à melhoria qualitativa do ensino médio particular, visando estimulá-lo à complementação do equipamento e das instalações dos colégios com laboratórios, oficinas e bibliotecas, pois quanto a disponibilidade de vagas não há, por ora, maiores problemas a enfrentar.

A rede de escolas do ensino normal está assim compreendida segundo dados referentes a 1964:

Escolas Normais de Grau Ginásial	—	121
Escolas Normais de Grau Colegial	—	86
Instituto de Educação	—	3

Em 1964 foram ultimadas as construções de prédios próprios para o Instituto de Educação de Londrina e para a Escola Normal (grau colegial) de Rolândia. Diplomaram-se em 1964 precisamente 1.491 professores em Escolas Normais Colegiais e 1.412 em Escolas Normais Ginasiais, sendo alentador observar que uma grande parte dos formados é constituída de primitivos professores leigos do interior que antes não dispunham de estabelecimentos adequados onde pudessem aperfeiçoar seus conhecimentos. É plano do Governo a fusão de nada menos de 45 Escolas Normais de Grau Ginásial e Ginásios, visto como ambos tem reduzida distinção curricular e são equivalentes como condições de ingresso no ciclo seguinte.

No âmbito do ensino secundário o Estado possui 115 Ginásios e 26 Colégios, com um acréscimo de 1963 para 1964 de 17 novas unidades. O ensino comercial conta com 54 Colégios Estaduais e 3 Ginásios Comerciais.

Em conformidade com o Decreto Federal 51.736, de 1964 e em obediência a convênio firmado entre a SEC e o MEC, foram concedidas 4.520 bolsas de estudos, sendo 3.919 destinadas ao ensino médio e 506 ao ensino primário.

O atual Governo restabeleceu os Jogos Colegiais e os Jogos Abertos. Em 1964 participaram dos «Jogos Colegiais do Paraná»

1.900 alunos e dos «Jogos do Paraná» 1.100 alunos. Foram ainda promovidos o Campeonato Colegial de Futebol, o Concurso de Fanfarras, presentes 11 fanfarras com 824 alunos, o Curso de Recreação, com a participação de 72 professores e 1.510 alunos.

O ensino politécnico e industrial conta com dois Institutos, um em Curitiba e outro em Londrina, com 72 professores e 460 alunos, com 5 cursos de técnicos, todos de nível colegial, bem como com o Ginásio Industrial de Ponta Grossa, que está em vias de ser equipado para suas finalidades.

O ensino superior compreende:

Escola de Odontologia	2
Escola de Educação Física e Desportos	1
Escola de Direito	2
Escola de Ciências Económicas	2
Escola de Farmácia	1
Escola de Música e Belas Artes	1
Escola de Filosofia, Ciências e Letras	5

A última lei estadual de ensino de caracter geral datava de 1917 e desde essa época o Estado foi regido por leis especiais que abrangiam apenas este ou aquele ramo do ensino. Tendo em conta o fato e, além disso, as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Governo realizou um grande trabalho no sentido da revisão e codificação de sua legislação, visando instituir o Sistema Estadual de Ensino. Foi igualmente criado o Conselho Estadual de Educação, do qual é Presidente o Secretário de Educação e Cultura, órgão ao qual incumbe traçar a política educacional no âmbito do Estado, contando inclusive com o concurso do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, da SEC, que é organismo de nível técnico para as questões pedagógicas e metodológicas.

Cultura

No exercício de 1964, continuaram os poderes públicos a prestigiar os órgãos encarregados de incentivar e difundir a

cultura, na promoção do aperfeiçoamento intelectual que deve acompanhar o crescente desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

Os órgãos responsáveis pela execução da política cultural do Governo são o Departamento de Cultura, a Biblioteca Pública do Paraná, o Museu Paranaense, o Teatro Guaíra, a Escola de Música e Belas Artes do Paraná, a Casa de Alfredo Andersen e outras unidades de finalidades específicas da Secretaria de Educação.

Arquitetos do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, iniciaram em 1964 os estudos para o novo prédio do Museu Paranaense, tradicional instituição, que em breve atingirá um século de existência. Esse completo centro de cultura, de acordo com o projeto em colaboração, abrigará, além do Museu, muitos dos órgãos atualmente dispersos, o que propiciará a abertura de amplas perspectivas no terreno da divulgação cultural, dos estudos da arte e das pesquisas históricas e científicas.

O Curso Permanente, do Teatro Guaíra, que há 3 anos realiza sua tarefa de formar artistas, propiciou a criação do Teatro de Comédia do Paraná. O elenco oficial do TCP encenou sete peças de elevado padrão artístico, culminando com a «Megera Domada» de Shakespeare, talvez a mais importante realização teatral de 1964 em nosso País.

Desde 1961, 40 companhias brasileiras se apresentaram no pequeno auditório do Teatro Guaíra.

Na sua tarefa de estimular o hábito de leitura a BPP além de outras promoções culturais importantes, tem empreendido programas onde o livro é levado ao domicílio do leitor, aos hospitais, às prisões, além do constante atendimento às bibliotecas municipais.

A Casa de Alfredo Andersen contribui para o aperfeiçoamento intelectual das professoras normalistas de todo o Estado, através de seu Curso de Artes Plásticas na Educação, do Teatrinho de Fantoques e de uma série de cursos práticos e teóricos de alto nível artístico.

O Departamento de Cultura é o veículo pelo qual as diversas promoções de artes plásticas, música, folclore, cinema, teatro e literatura alcançam o povo. É através desse órgão

que se faz o intercâmbio cultural com instituições de todo o País e do estrangeiro. Realiza festivais de cinema, exposições e cursos e através sua Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, é feito o tombamento de monumentos históricos, sua preservação e restauração.

O Salão Paranaense de Belas Artes, o Festival Folclórico e de Etnias, os festivais de Corais e Bandas são iniciativas já tradicionais que tiveram todo o apoio do atual Governo.

SAÚDE PÚBLICA

A orientação do Governo no setor da Saúde Pública visa prioritariamente, entre outros objetivos, estender em maior escala, ao interior, os serviços oficiais de assistência médico-sanitária através das Unidades Sanitárias; melhorar o rendimento do serviço em geral a fim de multiplicar a capacidade de atendimento do sistema, que estava virtualmente defasado; ampliar a rede hospitalar e para-hospitalar, bem como aumentar a produção dos laboratórios do Estado; promover vacinações em massa, acompanhadas de mais ampla difusão dos preceitos de higiene, e aumentar a eficiência dos serviços de proteção à maternidade e à infância.

É claro que os esforços no setor não podem ser avaliados devidamente apenas pelas atividades oficiais desenvolvidas através dessa faixa específica da administração. A Saúde Pública realiza um trabalho invisível, de todos os dias, que não chega ao conhecimento da população e que não pode inclusive ser traduzido em estatísticas e cifras.

Na ênfase que o atual Governo vem dando à solução dos problemas de infraestrutura se inclui o saneamento básico (água e esgotos) que, como se sabe, tem implicações diretas na saúde da população, uma vez que pode reduzir a incidência das doenças de massa de caracter epidêmico. Os gastos públicos com esses serviços não aparecem como gastos de saúde pública, não obstante sua estreita conexão com ela. Por sinal, não só as obras de saneamento básico tem implicações com a saúde pública. Também as que se realizam em energia elétrica, transportes, fomento agropecuário e industrial, educação terão influência decisiva na melhoria das con-

dições de saúde, uma vez que o aumento da produção trará a ascensão da renda e a elevação do nível de vida, da qual a saúde é um componente. As doenças carenciais, como se sabe, tem origem na alimentação deficiente, que é a regra numa larga faixa da população.

A excessiva centralização dos serviços de saúde, oficiais e particulares, na Capital do Estado, com mais duas ou três cidades do interior contando com alguns recursos no setor, seria explicável em um tempo, ainda recente, quando a distribuição da população paranaense não ia além de um raio de distância de relativo alcance capaz de ser razoavelmente atendida. Mas no decênio 1950/60 a população do Paraná simplesmente dobrou, aumentando justamente em áreas distantes. Neste quadriênio o aumento terá sido de um milhão de habitantes a mais em relação a 1960, aumento êsse em zonas extremas do Noroeste, Oeste e Sudoeste, sem que os serviços de saúde tivessem acompanhado a expansão do povoamento e a crescente formação de novas cidades.

Descentralização dos serviços

Para uma população que representava 9% do total do Estado, Curitiba contava em 1960 com 26% do total de leitos em toda a rede hospitalar e 38% dos médicos que serviam nessa rede. Metade dos recursos em aparelhamento de abreu-grafia, radioterapia, eletrocardiografia, eletrofalografia e de metabolismo basal estava concentrada na Capital.

O esforço do Governo no setor hospitalar procura melhorar a rede do Estado e levá-la ao interior em melhores condições. A atual administração encontrou, por exemplo, hospitais construídos, como os de Jaguariaíva e Tibagi, falhos de todos os meios, dando um atendimento sumário e precaríssimo.

No quadriênio o número de leitos em hospitais da Secretaria de Saúde Pública foi aumentado de 3.379 para 3.499, sendo aceleradas as obras do Sanatório de Londrina (400 leitos), do Sanatório de Jacarèzinho (100 leitos), da Colônia de Consolidação de Cura da Lapa (500 leitos), do Hospital Psiquiátrico do Norte, em Londrina, do Sanatório Médico-Cirúrgico do Portão, a ampliação do Hospital Colônia «Adauto Botelho» (no

qual 80 leitos novos foram entregues em 1962), o Centro de Hidratação de Curitiba e o Hospital Psiquiátrico Infantil.

A maior parte dessas obras estava paralizada e hoje se encontra em vias de conclusão. Ainda no setor hospitalar foram corrigidas muitas irregularidades, como excesso de pessoal não habilitado e carência de técnicos; os auxílios e subvenções a hospitais passaram da STAS para a SSP, mais indicada para opinar sobre sua distribuição, prevalecendo nessa distribuição critérios exclusivamente técnicos; o equipamento foi ampliado e as unidades hospitalares dotadas de viaturas, as verbas e auxílios foram aumentadas para melhoria dos serviços e incentivo à iniciativa particular, cessando também a crônica falta de material, alimentação e medicamentos, de uma época em que se consumiam recursos preciosos com o pagamento de auxílios e subvenções para hospitais que só existiam no papel.

Em 1961 o número de Distritos Sanitários era de 14 e o de Unidades Sanitárias em funcionamento de 112. Hoje o Estado possui 15 Distritos e 138 Unidades Sanitárias. O impulso dado ao setor incluiu a elevação da antiga Divisão de Serviços Distritais, subordinada ao Departamento de Saúde, (Decreto 11.217, de 28 de março de 1963), em Departamento de Unidades Sanitárias. Para o aprimoramento técnico do pessoal foi instalada na cidade de São José dos Pinhais uma Unidade Sanitária Padrão; aí são adestrados os que vão exercer suas atividades nas Unidades em que estão lotados.

A conclusão do Centro de Saúde de Ponta Grossa, realização de vulto que veio preencher flagrante lacuna, é obra do atual Governo. De um modo geral, o desenvolvimento dos trabalhos no setor de Unidades Sanitárias teve apreciável acréscimo numérico em instalações e equipamento. As Unidades Sanitárias com laboratório próprio passaram de 6 para 11 e as com Raio X de 5 para 11, subindo de 11 para 35 as dotadas com Gabinete Odontológico e de 2 para 15 as que contam com locomoção própria. O atendimento ao público melhorou em qualidade também, pelo cuidado de submeter aos cursos da Escola de Saúde Pública o pessoal técnico e auxiliar, somente admitindo profissionais que revelem real aproveitamento nesses cursos.

Do programa de trabalho para 1965 consta a organização

de Centros de Saúde em União da Vitória, Pato Branco, Campo Mourão, Paranavaí, Cornélio Procópio e Apucarana, com laboratórios e aparelhos de Raio X; reequipamento das Unidades Sanitárias já existentes e integração definitiva dos problemas de Saúde Pública nas atividades das Unidades, tais como assistência materno-infantil, combate à lepra, tuberculose, doenças mentais, educação sanitária, saneamento básico e do meio, etc.; assistência sanitária escolar, em sistema de cooperação, com a Secretaria de Educação.

Através da Secretaria de Saúde Pública, o Governo está reequipando seus laboratórios, objetivando facilitar ao público os exames clínicos e bromatológicos e aumentar a produção de medicamentos, pois está convencido de que a assistência farmacêutica, face ao alto custo dos remédios, deve constituir ônus para o Estado. O Laboratório Geral do Estado produziu sôros e vacinas, tendo em 1964 realizado quase 70.000 exames de todos os tipos. O Laboratório Químico-Farmacêutico, não obstante a longa interrupção das suas atividades, para obras de reforma e ampliação que permitam uma produção mais racional de medicamentos, produziu em 1964 um volume razoável de fórmulas-manipulação, comprimidos, ampôlas, pomadas e soluções. Calcula-se que para 1965 a produção será duplicada em relação a 1964.

As campanhas de vacinação tiveram grande desenvolvimento no período 1961/64, numa média de um milhão de aplicações anuais, compreendendo vacinas anti-variólica, anti-tífica, anti-diftérica, contra coqueluche, tritochóide, B.C.G., Sabin, Tuberculose, tifoide, lepra e poliomielite.

Departamento Estadual da Criança

A ação do Estado com relações aos problemas de saúde da criança se desenvolve em torno do binómio mãe-filho através do Departamento Estadual da Criança em coordenação com 173 Postos de Puericultura das Associações de Proteção à Maternidade e à Infância e que durante o ano de 1964 tiveram o seguinte desenvolvimento geral em relação a 1963:

Setores de Atendimento	Pessoas Atendidas	
	1963	1964
Consultório Pré-Natal	16.497	19.262

Consultório Higiêne-Infantil	145.498	258.171
Consultório de Pediatria	94.896	147.169
Ambulatórios (N.o de Consultas)	—	6.059

O atendimento hospitalar é feito, entre outros, pelo Centro de Puericultura de Curitiba, Hospital «Victor do Amaral», Hospital da Criança «Cesar Pernetá», Hospital da Criança «Getúlio Vargas» de Ponta Grossa e Casa da Criança «Olinto de Oliveira» de Paranaguá.

O Estado presta um serviço social através das creches n.º 1 e 2, que além de suas funções específicas coopera com as campanhas de vacinação. Utilizando as técnicas do serviço social são prestadas orientações às famílias com desajustamentos econômicos, emocionais, jurídicos, através de visitas domiciliares e colaterais, reuniões com mães, reuniões com as crianças, inclusive promoção de festas e distribuição de presentes.

Serviços de Profilaxia

Os serviços de profilaxia da tuberculose foram ampliados com a total e radical reorganização do Dispensário do Centro de Saúde de Curitiba, melhoria de aparelhagem nos Dispensários de Jacarèzinho e Londrina, transferência e reequipamento do de Ponta Grossa para o nôvo prédio do Centro de Saúde dessa cidade, instalação de um Dispensário na Unidade Padrão de São José dos Pinhais para treinamento do pessoal destinado às Unidades Sanitárias do Interior, instalação e funcionamento dos Dispensários de Maringá, Iratí e Guarapuava. Foram ainda recuperados os aparelhos de abreugrafia de Paranaguá e Antonina. Todos êsses serviços estão funcionando nos moldes da Campanha Nacional Contra a Tuberculose, após preparo e estágio do pessoal no Dispensário de Curitiba.

O Governo reiniciou as obras, que estavam paralizadas, na Colônia de Consolidação de Cura e Laboraterapia, da Lapa, com dois pavilhões prestes a entrarem em funcionamento. As obras do Sanatório de Londrina tiveram extraordinário incremento. Mais 40 leitos para tuberculosos foram instalados no Hospital de Jaguariaíva e organizadas enfermarias especializadas no Hospital «Adauro Botelho», para psicopatas tu-

berculosos, e no Hospital Colônia São Roque, para leprosos tuberculosos.

Para 1965 está prevista a conclusão do Sanatório de Londrina, com capacidade para 400 leitos, a instalação de Dispensários em Pato Branco, Campo do Mourão, Paranavaí, Cascavel e Cornélio Procópio, a conclusão das obras na Lapa, a conclusão das obras de ampliação do Sanatório Médico-Cirúrgico do Portão e mais dois Dispensários em Curitiba.

A Profilaxia da Lepra é realizada através do Sanatório Colônia São Roque, cujas instalações tem sido ampliadas. São órgãos auxiliares o Centro de Estudos Leprológicos, com consultório e laboratórios leproológico, clínico, patológico e de caracterologia. O Estado mantém também o Educandário Curitiba para filhos sadios de hansenianos. Nos últimos quatro anos foram fichados 2.660 doentes, dos quais 578 estão internados. Foram realizadas 16.434 pesquisas baciloscópicas, 3.966 reações de Mitsuda e 168 exames histopatológicos. Em 1964 o número era de 9.320; em 1962 de 8.604 e em 1961 de 8.055. Diversas ampliações das instalações e criação de novas clínicas estão previstas para 1965.

Quer no setor da profilaxia da lepra, quanto no da tuberculose, bem como para o setor de doenças mentais, a Secretaria de Saúde Pública recebeu em 1964 vários auxílios federais, destacando-se 50 milhões de cruzeiros para as obras do Sanatório de Londrina.

Iniciativas de grande alcance tem sido tomadas no setor da Saúde Pública para o preparo do pessoal técnico através da Escola de Saúde Pública da SSP. Durante o ano de 1964 foram realizados cursos de Epidemiologia e Profilaxia Geral, Auxiliar de Saneamento (dois cursos), Educador Sanitário, Visitador Sanitário, Laboratorista e Pré-Nupcial. Para 1965 já foi iniciado o curso de Organização e Administração Sanitária, para médicos, estando previstos também cursos de Auxiliar de Saneamento, Educador e Visitador Sanitário, Atendente de Unidades Sanitárias e Laboratorista, bem como dois cursos populares de Formação Pré-Nupcial e Formação de Pais.

Visando dar melhor atendimento aos problemas de alimentação, a Secretaria de Saúde Pública estudou em 1964 a fabricação de uma farinha especial, de baixo custo, que pode ser

produzida em abundância, especialmente para o consumo da população infantil e escolar, dado seu alto teor nutricional.

SANEAMENTO

As clamorosas deficiências no setor do abastecimento de água e dos esgotos sanitários nos centros urbanos do Estado, sem exceção da Capital ou de qualquer de suas outras principais cidades, decorrem, de um lado, da «explosão demográfica» que determinou a expansão urbana e a multiplicação de novas cidades e, de outro lado, do baixo rendimento dos serviços pré-existentes, por força do irrealismo das tarifas, do alto custo dos materiais e, mais recentemente da não evolução da técnica de projetos, para a êles adequar os investimentos necessários, indispensáveis à obtenção de financiamentos externos, nacionais e internacionais.

Sendo um serviço público de natureza e competência essencialmente municipal, o serviço de abastecimento de água e esgotos sanitários extravasou dos municípios para o âmbito estadual, sem que com isso houvesse melhora na qualidade do atendimento ao público ou inversões em rêdes novas compatíveis com as exigências mínimas das populações citadinas.

O órgão governamental responsável pela ação do Estado no setor, o Departamento de Água e Esgotos — DAE, não possuía as condições mínimas de dinamização e flexibilidade que lhe permitissem realizar um trabalho objetivo no sentido de corrigir, a curto prazo, o quadro geral existente.

Em 1960 a situação dos serviços de abastecimento d'água e esgotos sanitários era o mais precário possível: de um total de 162 cidades, apenas 57 possuíam serviços de água, atendendo a aproximadamente 23% da população urbana total; a situação com relação à esgotos sanitários era ainda pior, reduzindo-se a 13 cidades, servindo somente 9% da população.

A política inicialmente seguida pelo Governo foi a de concentrar os investimentos nas cidades de maior expressão demográfica, que apresentam tendências de expansão urbana crescente, onde os problemas apresentavam aspectos muito sérios, inclusive no que se refere à proteção da saúde da popu-

lação. Face à inexistência de recursos estaduais para fazer frente à execução de um programa ambicioso, mas inadiável, o DAE preparou diversos projetos que foram encaminhados a organismos internacionais para a obtenção do respectivo financiamento.

Entretanto, a não obtenção dos financiamentos solicitados levou à consolidação dos projetos num programa quinquenal, cujos primeiros três anos foram incluídos no Programa de Investimentos 1963/65 da atual administração. Os investimentos previam um total de 8,5 bilhões de cruzeiros, sendo 2 bilhões de fontes estaduais, 2,3 de fontes federais e 4,2 de fontes externas.

Durante o ano de 1963 foi possível contar com 84% dos recursos estaduais previstos, 2% dos que se esperavam de fontes federais, nada tendo sido obtido de fonte externa. Em 1964 o Estado proporcionou 63% dos recursos previstos e a União 5%, falhando mais uma vez o financiamento externo.

SANEPAR

Era evidente que o Estado teria que fazer um esforço todo especial para dar andamento às obras essenciais, suprimindo a falta de recursos de outras fontes. Com esse propósito foi criado, em 1963, o Fundo de Água e Esgôtos, formado por 2% dos recursos arrecadados pelo Imposto de Vendas e Consignações, sendo no mesmo ano criada a Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR com a incumbência de administrar aquele Fundo. Ao DAE pediu-se o aproveitamento total de sua capacidade e experiência a fim de que o problema do saneamento básico fôsse enfrentado com a seriedade que está a reclamar.

No período 1961/64 foi possível realizar em 41 cidades paranaenses. As obras se concentraram principalmente em Curitiba, Apucarana, Campo do Mourão, Paranaguá, Cornélio Procopio, Lapa, Bandeirantes, Siqueira Campos, São José dos Pinhais, Piraí do Sul, Rolândia, Castro, Araçongas, Iratí e Ribeirão Claro, além de outras 26 cidades.

Entre as obras que merecem maior destaque cumpre mencionar: o reforço do abastecimento de água de Curitiba, através da conclusão da captação do Iraí, que permitiu um acrés-

cimo diário de 22 milhões de litros; o início da construção do emissário de esgotos do Rio Belém, em Curitiba; o início do estudo da solução, à longo prazo, para o abastecimento de água de Curitiba através do aproveitamento do Rio Iguaçu; os grandes reservatórios elevados de Bandeirantes, Rolândia, Campo Largo, Araçongas, Apucarana e o início para o abastecimento conjunto dessas duas últimas cidades.

Em 1961 e 1963 os investimentos realizados totalizaram mais de 2 bilhões de cruzeiros. Em 1964 as obras prosseguiram com um investimento só nêsse ano superior a 740 milhões de cruzeiros. De acordo com a origem dos recursos foram as seguintes as parcelas empregadas, em milhões de cruzeiros:

DAE	—	274,4
DAE/FAE	—	121,2
SANEPAR	—	344,6
		—
TOTAL	—	740,2

Os maiores investimentos foram realizados em Curitiba, Cornélio Procópio, Siqueira Campos, Fóz do Iguaçu, Castro, Ribeirão do Pinhal, Apucarana, Bandeirantes, Joaquim Távora e Araçongas.

Apezar do esforço realizado até aqui e considerando que algumas obras ainda se encontram em andamento, não foi possível alterar muito o quadro de precariedade dos serviços de saneamento básico, inclusive devido ao aumento incessante da população urbana.

Em relação a 1960, era o seguinte o quadro em setembro de 1964:

Serviço de abastecimento de água:

	Curitiba		Estado	
	1960	1964	1960	1964
Cidades abastecidas ..	1	1	57	83
Prédios abastecidos ..	28.785	33.346	63.577	92.629
População abastecida .	135.289	156.726	298.811	435.356
% sôbre a população urbana	39,2	36,0	23,0	27,2
Rêde de água (km) ..	452	524	1.055	1.732
Hidrômetros instalados	9.546	22.639	21.483	48.879



Serviços de esgotos sanitários:

	Curitiba		Estado	
	1960	1964	1960	1964
Cidades servidas	1	1	13	28
Prédios servidos	16.670	18.359	26.370	30.161
População servida . . .	78.349	86.287	123.939	141.756
% sôbre a população	22,7	19,8	9,5	8,8
Rêde de esgotos (km)	218	279	393	529

Programa 1965/67

Para o período compreendido dentro do programa 1965/67 espera-se que os consideráveis atrasos havidos, na elaboração de projetos e nas gestões para obtenção de financiamentos de fontes externas, não ocorram novamente pois o Estado terá como fonte principal de recursos o Fundo de Água e Esgotos, de modo que os recursos adicionais, que eventualmente sejam obtidos, serão utilizados para apressar a consecussão dos objetivos que se pretendem alcançar no período.

De acôrdo com a nova orientação traçada no setor, o DAE ficará com a responsabilidade da manutenção dos serviços de água e esgotos nos municípios em que já os mantenha, cabendo a SANEPAR todos os novos investimentos em andamento e programados.

A política que vem sendo seguida pela SANEPAR baseia-se na conjugação de esforços do Estado com os Municípios, para o que oferece assistência administrativa, técnica ou financeira às cidades interessadas na elaboração de projetos a realização de obras. Essa ação se tem orientado também no sentido de forçar a atualização das tarifas, o que permitirá aos Municípios contar com organizações adequadas, com recursos próprios compatíveis, para a implantação e exploração dos serviços de água e esgotos.

As cidades atualmente operadas pelo DAE tomarão a si o encargo da administração desses serviços, tão logo constituam sociedades de economia mista locais ou autarquias municipais, de acôrdo com as recomendações da política orientadora do Governo. As instalações existentes serão nessas localidades doadas pelo Estado. Onze municípios já as criaram. São êles: Flo-

restópolis, Cruzeiro do Oeste, Ibaiti, Mandaguaçu, Venceslau Braz, Guarapuava, Tomazina, Campo Largo, Telêmaco Borba, Alvorada do Sul e Abatiá.

Nas cidades não servidas pelo DAE, a criação dos mencionados órgãos se torna condição indispensável à prestação de assistência, nos diversos níveis, por parte do SANEPAR.

Salvo os casos excepcionais, cabe aos Municípios a participação de 50% no valor do investimento total. Os critérios de prioridade estabelecidos pela SANEPAR para a realização das obras são os seguintes:

- 1 — O menor custo das instalações, por existência de usuários potenciais.
- 2 — Maior contribuição relativa a comunidade a ser atendida, para cobertura do custo das instalações.
- 3 — Menores prazos de carência e de amortização, relativos a financiamentos à conta do FAE.

Critérios êsses que deixar de prevalecer quando:

- 1 — Em situação gravemente prejudicial ou ameaçadora à saúde pública e incontrolável por outras providências de sanitário.
- 2 — A inexistência ou insuficiência de abastecimento de água esteja impedindo a realização de investimentos industriais capazes de influir significativamente sobre a renda e o emprego locais.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em sua primeira Mensagem ao Legislativo Estadual, em 1961, o atual Govêrno afirmava:

«A maior contribuição dêste Govêrno para a solução dos problemas de assistência social é a sua própria política econômica. A pobreza e a miséria, com seus males correlatos, não são males em sí, mas efeito de causas mais profundas, como o baixo nível de renda e sua desigual distribuição».

Mas a Mensagem acrescentada em seguida:

«Isto não quer dizer que devemos cruzar os braços e esperar que o tempo corrija o triste espetáculo que nos rodeia onde quer que vamos. Cada

indivíduo por si não é culpado de ter nascido e de viver numa determinada conjuntura histórica. Não podemos condenar uma geração à miséria enquanto trabalhamos para dar fartura à seguinte».

Num Estado como o Paraná, onde é recente a presença do poder público no processo do desenvolvimento econômico, tal processo, sempre que entregue à si mesmo, tende a gerar desníveis pronunciados de prosperidade e pauperismo, impondo como dever do Estado o atendimento dos casos mais graves, através de uma aparelhagem oficial de assistência social, quer à velhice desamparada, quer a certas faixas da população que podem ser desviadas da marginalização e integradas produtivamente na sociedade sem esquecer o sentimento de solidariedade humana que deve impregnar o setor público.

O órgão de cúpula do Governo no setor assistencial é a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, o que não exclui a existência de outros órgãos autônomos para o atendimento de setores específicos, como o menor, o trabalhador rural e o servidor público.

Durante o ano de 1964 o Departamento do Serviço Social da Secretaria do Trabalho e Assistência Social constatou o agravamento do número de casos que exigem a atenção do setor público, decorrentes de uma conjuntura econômica que atrai para o Paraná, pela sua fama de Eldorado, um fluxo de desvalidos cada ano maior. Outrossim, foi verificado que 73% dos casos atendidos procedem do interior e que 85% desses casos específicos do interior se referem à problema de assistência médica.

A constatação está a indicar a necessidade de maior descentralização dos serviços de atendimento, através de convênio com as Prefeituras Municipais, o que contribuirá também para evitar que muitos dos solicitantes de auxílios que vem até a Capital, aqui permaneçam indefinidamente, adicionando-se à população favelada, que já é problema na periferia da cidade.

Pela Secção de Casos, o Departamento do Serviço Social atendeu em 1964 a 16.543 casos não matriculados e a 2.259 casos matriculados. Desses totais, a maior parte foi atendida

com auxílios monetários, roupas e agasalhos, gêneros e leite em pó e passagens ferroviárias. A Assistência Médica registrou um total de 3.727 consultas e forneceu medicamentos, inclusive amostra grátis, num total de 92.928 unidades. Em internamentos foram registrados 7.215 casos e atendidos 2.529 clientes, que são encaminhados segundo entrosamento com as instituições assistenciais da Capital e do Interior. Mais de 10.000 foram atendidos em entrevistas pela Assistência Jurídica.

Receberam ajuda as seguintes entidades estudantis: União Paranaense dos Estudantes, Casa do Estudante Universitário (Ponta Grossa), Casa Jucista da Universitária do Paraná, Centro Acadêmico «Hugo Simas», Diretório Acadêmico «Luiz Pasteur», Casa da Estudante Universitária, (Ponta Grossa), Fundação da Casa do Estudante Universitário do Paraná, Diretório Acadêmico «Visconde de Mauá», Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná, Diretório Acadêmico «Nilo Cairo», Casa da Estudante Universitária de Curitiba, e Lar da Universidade Acaense.

No tocante às organizações assistenciais de adultos, foram atendidas com gêneros alimentícios e outras utilidades domésticas, as seguintes: Albergue Noturno São João Batista, Sociedade Socorro aos Necessitados, Liga das Senhoras Católicas, Albergue Noturno da Federação Espírita do Paraná, Santa Casa de Misericórdia, Sociedade Beneficente Curitiba, Dispensário Santa Luiza, Instituto Paranaense de Cegos, Associação das Senhoras de Caridade de São Vicente de Paulo, Sociedade Socorro aos Necessitados da Lapa, Asilo dos Velhos de Mallet, Lar das Vovòzinhas de Ponta Grossa, Presidiários, Sanatório Bom Retiro, Centro Paranaense de Cultura, Dispensário São Benedito da Lapa, Asilo São Vicente de Paulo de Ponta Grossa, Liga de Defesa Contra a Tuberculose, de Antonina, Asilo São Vicente de Paulo de Paranaguá e da Lapa.

Ainda na órbita da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, há que ressaltar as iniciativas do atual Governo no período 1961/64, visando uma reformulação geral do setor. Entre outras iniciativas cumpre mencionar a instalação, em caracter definitivo, do Instituto de Recuperação de Surdos Mudos do Paraná, plano de repressão à mendicância, racionalização da assistência ao menor abandonado, com a criação do Instituto de Assistência ao Menor, coordenação dos estudos socio-econômi-

cos sôbre as populações faveladas, a reorganização do serviço médico-dentário, a recuperação de menores delinquentes e pré-delinquentes, etc..

O Instituto de Assistência ao Menor é obra de que o atual Governo se orgulha. Esse tipo de assistência, que até o ano de 1962 era prestada pelo Departamento do Serviço Social da STAS, exigia a criação de um órgão com maior autonomia, que se encarregasse exclusivamente da política assistencial do menor em nosso Estado, o que se fez com a Lei 4.617, de 16 de julho de 1962, que criou o IAM e fixou-lhe os recursos com base em 1% da renda tributária estadual consignada no orçamento, 70% da arrecadação da Loteria do Estado e dotações da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, além de doações e legados.

Quando o IAM foi efetivamente instalado, em abril de 1963, existiam internados em diferentes estabelecimentos 2.490 menores, sendo 1.508 em estabelecimentos mantidos pelo Estado e 982 em estabelecimentos particulares, em convênio com o Estado. Em 1964 o número de menores internados subia a 3.320, dos quais 1.975 em estabelecimentos oficiais e 1.345 em estabelecimentos particulares, que recebem ajuda do IAM. O atendimento foi ampliado com um acréscimo de 33,3%. Mas o internamento, por si só, não dá exata idéia das dimensões da assistência ao menor uma vez que o IAM adota a política de internar somente em último caso, preferindo a assistência no lar do menor ou sua localização junto à famílias, que são assistidas e assessoradas pelo Instituto.

Além dos 12 estabelecimentos mantidos pela IAM, onde os menores (internados por sexo e grupos de idades em unidades distintas) recebem educação, assistência médica, preparo profissional, etc., até atingirem a idade de 18 anos, 42 estabelecimentos particulares assistenciais mantiveram convênio com o Instituto, dêle recebendo ajuda financeira. Em 1964 essa ajuda foi além de um bilhão de cruzeiros.

Assistência ao Trabalhador Rural

A constatação de que cêrca de dois têrços dos atendimentos dos órgãos assistenciais do Estado, com séde na Capital, quer sejam casos de adultos, quer de menores, procediam do meio

rural, levou o atual Governo a dinamizar a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, com o duplo objetivo de tornar a assistência direta no próprio local mais eficiente e evitar o êxodo negativo para os principais centros urbanos, onde o desvalido tende rapidamente a se marginalizar.

A situação em que foi encontrada a FATR, em 1961, era a negação de tudo aquilo para a qual fôra criada, inclusive de seu próprio nome de órgão de assistência ao trabalhador rural, já que havia atingido o record nêsse ano de manter 315 funcionários confinados à séde em Curitiba, sem qualquer trabalho no interior do Estado. Todo o ano de 1961 foi consumido em pagamento de dívidas, inquéritos administrativos, dispensa de pessoal excedente, recuperação do patrimônio e reestrutura dos serviços.

A partir de 1962 começa a aparecer um volume apreciável de serviços prestados, com 69.107 atendimentos no interior no setor de assistência rural, elevados para 82.165 em 1963. No setor de educação rural as educadoras rurais realizaram 5.190 reuniões em 1962 e cerca de 13.000 em 1963. Vários cursos foram ministrados nesses dois anos e firmados vários convênios com entidades assistenciais. A FATR deu inestimável cooperação em socorros aos flagelados dos incêndios, com suas equipes em grande movimentação para assistir centenas de famílias que haviam perdido tudo na violência do fogo.

Durante o ano de 1964 o setor de Assistência Rural, com seus serviços de Triagem, Médico, Odontológico, Farmacêutico e Veterinário, atuou em 26 municípios de todas as regiões do Estado. O Serviço Médico atendeu 29.857 casos e o Serviço Odontológico 42.091. Foram feitos nada menos de 4.670 encaminhamentos a entidades assistenciais. A FATR mantém pequenas farmácias em vários municípios e além disso distribue medicamentos através de suas equipes em 23 municípios. O Serviço Veterinário percorreu 17.062 quilômetros.

No setor da Educação Rural a Fundação realizou atuação, durante o ano de 1964, em 114 comunidades, de 18 municípios diferentes, com um comparecimento registrado de 130.980 pessoas. São ministrados conhecimentos de economia doméstica, legalizadas situações de família perante os registros civis, como casamentos, legitimações, etc.

Durante o ano foram realizados 10 convênios e acordos com diferentes entidades para internamento de crianças abandonadas, assistência a desvalidos, orientação jurídica, profilaxia de doenças contagiosas, dos quais três em Curitiba, que atende aos municípios circunvizinhos, e sete no interior.

Assistência ao Servidor Público

A assistência ao servidor público, nas bases em que atualmente funciona no Estado, é obra do atual Governo, visando corrigir graves deficiências e sérios problemas da classe. A solução veio com a Lei 4.339, de 18 de fevereiro de 1961, que criou o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado — IPE.

A prova de que êsse serviço constituia flagrante exigência está no ritmo de atendimento crescente destes quatro anos de funcionamento do Instituto, no setor da assistência médica. Em 1960, antes da criação do IPE, foram atendidos pelo antigo SASP, 7.000 servidores e seus dependentes; em 1961, com o IPE já criado e em estruturação, o número de atendimentos passou a 9.000, subindo em 1962 para 22.000, em 1963 para 90.000 e em 1964 para 180.000.

O progresso verificado em 1964, em relação a 1960, foi de 2.000% em produção, proporcionando uma economia de 400 milhões de cruzeiros, ou seja, cerca de 3 milhões de cruzeiros por servidor ou dependente.

O servidor conta com atendimento para qualquer especialidade médica, seja através do quadro médico do IPE, seja através da livre escolha, segundo a Lei Orgânica da Previdência Social, obedecida pelo Instituto. Em casos de internamento hospitalar, o IPE concorre com auxílio na proporção de 70% para o servidor e 50% para dependente. A diferença, que fica à cargo do servidor, poderá ser coberta através da Carteira de Empréstimos Simples, em operação resgatável a longo prazo. O serviço de farmácia fornece medicamento a preço de custo, em média com menos 40% dos preços correntes no mercado. O IPE mantém ainda um Laboratório de Análises Clínicas e uma Escola Maternal.

Com o desconto de 4% sôbre os vencimentos e vantagens,

o servidor tem direito a pensão hoje duplicada e assistência médica, dentária, farmacêutica, hospitalar. O prêmio do Seguro de Vida foi elevado de 150 mil cruzeiros para 600 mil. O IPE funciona como intermediário entre os servidores e companhias de seguro particulares para efeito de seguro em grupo, cujo teto é de 2 milhões de cruzeiros. Tem ainda um programa habitacional mediante financiamento de casas para os servidores, dentro de um plano que considera a realidade dos custos atuais do material de construção e da valorização imobiliária, com amortização em 20 anos e valor correspondente a 60 vezes o salário do servidor, até o máximo de 8 milhões de cruzeiros.

Outros Setores

A Polícia Militar do Estado tem um serviço próprio de assistência social, contando com a colaboração de assistentes sociais para exame e solução de casos, como desajustes familiares e outros. Mantém o Hospital Central de Curitiba e os hospitais de Rio Claro e Pato Branco, que foram reequipados pela atual administração. Tem também um Serviço Odontológico. Foi oficializada, como de utilidade pública, e registrada na STAS, a Cruzada Social «Cosme e Damião», destinada à proteção à maternidade e à infância, com atendimento social aos filhos de soldados e cabos.

No bairro do Pilarzinho, em Curitiba, foi criado, através da Associação Vila Militar, um núcleo residencial e ali construído um conjunto de casas de alvenaria, completamente mobiliadas. Obras de terraplenagem e rede de abastecimento de água estão sendo realizadas para expansão do núcleo, com a cooperação do DER e do Departamento de Água e Esgotos.

Durante o ano de 1964 o Departamento de Geografia, Terras e Colonização, contando com recursos em torno de 90 milhões de cruzeiros, programou a construção de 400 casas para as vítimas do flagelo dos incêndios que atingiu áreas rurais em 1963. Já foram construídas 221 casas em 16 municípios, mais fortemente flagelados. Os próprios beneficiários cooperarão com a tarefa do DGTC, reduzindo assim ao mínimo o custo de mão-de-obra, sendo a madeira parcialmente obtida por doação junto às serrarias das respectivas localidades. Cerca de 50 milhões de cruzeiros já foram aplicados nessas construções.

TERRAS E COLONIZAÇÃO

O ano de 1964 no setor de Terras e Colonização aproximou muito o atual Govêrno das soluções finais para os problemas encontrados em janeiro de 1961, com a execução das principais metas de trabalho que viriam mudar um quadro tumultuoso, de litígios, de conflitos sangrentos e de verdadeira agitação social no meio rural, principalmente nas áreas novas do Estado em fase de desbravamento.

O Departamento de Geografia, Terras e Colonização — DGTC, prosseguiu em suas atividades, com o maior rendimento, no sentido de obter solução para a ocupação pacífica da terra, através de novas medições e expedição de títulos, ou por meio de acordos entre as partes litigantes, servindo-se inclusive do recurso extremo da desapropriação, quando então, a solução dos casos cabe ao Conselho de Desapropriação e Colonização — CDC, criado pelo atual Govêrno. Além disso, desincumbiu-se dos demais encargos que lhe estão afetos nos setores de geografia, cartografia, cadastro e valorização das áreas territoriais. Em articulação, e através de convênios firmados com a Comissão da Faixa de Fronteira e com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste do País atuou na faixa de fronteira do Estado. Como se sabe, o DGTC integra o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, organismo diretamente subordinado à Chefia da Casa Militar da Presidência da República, tendo a seu cargo a chefia do escritório de campo, sediado em Francisco Beltrão, de onde são administradas as terras integrantes das glebas Chopim e Missões.

A Fundação Paranaense de Imigração e Colonização — FPIC, por outro lado, tem a seu cargo a expansão econômica, por meio da imigração e colonização de suas terras. Criada em junho de 1947 está a exigir uma reestruturação, com melhor reformulação de suas atribuições.

Através do DGTC, durante o ano de 1964, foi processado um total de 490 medições e expedidas autorizações de serviços de medição num total de 150, correspondente a uma área de 147.000 hectares.

Por intermédio das Inspetorias de Terras, num total de 9

em que está dividido o Estado, foram realizadas cerca de 10.000 vistorias administrativas, que permitiram a constatação das posses, com os diversos elementos que as caracterizam, possibilitando a regularização da ocupação das terras e fornecendo meios para propiciar acordos entre titulares e posseiros.

Prosegue em elaboração o Atlas do Estado e em organização o Mapa Agrário, procurando-se sistematizar os métodos de estudo e pesquisa para melhor conhecimento do território paranaense. A pedido do Conselho Nacional de Geografia foi confeccionado um anteprojeto de divisão regional do Paraná. Efetuaram-se levantamentos, principalmente no que concerne à obtenção de dados necessários à topografia e geodésia para o mapeamento e à demarcação de divisas estaduais e municipais. Firmou-se um convênio com o Conselho Nacional de Geografia, já tendo sido iniciados os trabalhos de recobrimento de pontos dentro da área escolhida, para o que tem sido preciosa a colaboração de técnicos enviados pelo C.N.G.

Em 1963 havia sido realizada a cobertura aerofotográfica de parte do Estado, abrangendo a área de 104.915,75 quilômetros quadrados. Em 1964 os trabalhos prosseguiram para a cobertura total (área de 199.217,90 quilômetros quadrados), contando com o apoio financeiro da CODEPAR. Devido ao tempo, a conclusão dos serviços, correspondente ao restante da área (94.302,26 quilômetros quadrados) está prevista para maio ou junho do corrente ano. Colaboram nesse trabalho o Conselho Nacional de Geografia e a Diretoria do Serviço Geográfico do Exército.

O Estado tem dado uma assistência técnica substancial, através do DGTC, para a valorização dos municípios integrantes da faixa de fronteira abrangidos pela Comissão Especial de Faixa de Fronteira e pela Superintendência da Fronteira Sudoeste do País. Essa assistência compreende, além da articulação de outros órgãos do Estado, a confecção de projetos, cálculos, orçamentos, planejamento, fiscalização e orientação dos serviços municipais.

Durante o ano de 1964 foram organizados projetos destinados a hospital, pontes, casas escolares, preparadas prestações de contas e estudados novos projetos para os municípios de Palotina, Realeza, Medianeira, Vitorino, São João, Iporã, Co-

ronel Vivida, Marmeleiro, Chopinzinho, Renascença, Planalto, Catanduvas e Mamboré, estando inclusive em organização projetos de obras de energia elétrica e abastecimento d'água.

Ao DGTC foi confiado o encargo da construção de casas para flagelados, em diversos pontos do Estado, atingidos pelas calamidades dos incêndios que em 1963 se abateram sobre o Estado.

Os processos de medição de terras examinados em terras devolutas, patrimônios municipais, glebas do GETSOP, ascenderam ao número de 179, representando uma área de 114.267,36 hectares. Referente a compra ou legitimação de posse de terras devolutas, foram organizados 29 processos referentes à medições executadas pelas Inspetorias de Terras.

Através da Seção Jurídica do DGTC tramitaram em 1964 nada menos de 2.207 processos para pareceres, orientação e confecção de convênios, contratos e prolação de sentenças.

Só agora, afinal, o Brasil tem uma nova legislação nacional para dar rumos e diretrizes à sua política agrária, de tão vital importância para uma nova política agrícola e econômica mais compatível com o desenvolvimento do país.

O Paraná, em muitos aspectos antecipou-se à reforma agrária resolvendo velhos conflitos de terras e assegurando a posse pacífica a milhares de agricultores. As frentes pioneiras, entretanto, deixaram na sua retaguarda vastas extensões ainda subdesenvolvidas que agora com novos instrumentos legais, de âmbito nacional, podem possibilitar mais amplitude à reforma proprietarista que vinha sendo seguida pelo atual Governo.

JUSTIÇA E SEGURANÇA

Justiça

A criação da Secretaria de Segurança Pública contribuiu para evitar a diversificação de órgãos da administração pública que atuavam nos setores Justiça e Segurança, definidas as atribuições de cada uma dessas pastas.

A Secretaria do Interior e Justiça prossegue em suas atividades normais, devendo-se destacar o trabalho realizado para acelerar o processamento de naturalização de cidadãos estran-

geiros, há muito fixados no Estado e cujos documentos respectivos se encontravam embaraçados. O atual Governo, através da pasta do Interior e Justiça, apresentou ao Ministério da Justiça um plano para simplificar esse processo, sujeito hoje a uma legislação vizivelmente superada.

A Imprensa Oficial do Estado está passando por transformações que vieram aumentar substancialmente o rendimento do trabalho no período 1961 a 1964, sendo de destacar que a partir de 1963 começou a verificar superavit, graças à racionalização de seus serviços com o mais eficiente aproveitamento do pessoal gráfico.

Foram realizados investimentos na compra de máquinas de composição mecânica e de impressão, além de uma guilhotina automática, o que aos valores correntes representa um total de cerca de 140 milhões de cruzeiros.

Além do programa fixado pela 1965, que prevê a ampliação do parque gráfico da Imprensa Oficial, deve ser mencionado o projeto de construção de um moderno prédio, no Centro Cívico, para sua sede definitiva, com uma área útil de 8.500 metros quadrados, projeto já elaborado pelo Departamento de Edificações e Obras Especiais da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

O Departamento de Arquivo Público também está sendo objeto de cuidados quanto à necessidade de instalações mais adequadas.

Segurança

No setor da Segurança está em execução um programa, que se desdobra em três fases, a saber:

- 1 — Reorganização estrutural e atualização dinâmica do aparelho policial com sua adequação à realidade paranaense;
- 2 — Dotação dos meios materiais necessários, principalmente nos setores técnico-científicos, com renovação do parque de viaturas e execução das obras destinadas à melhoria das instalações policiais;
- 3 — Aumento do efetivo funcional, preparo e melhoramento do nível cultural e técnico-profissional dos que já militam nos quadros da polícia paranaense.

A transformação e ampliação da extinta Chefatura de Polícia em Secretaria de Segurança Pública e a criação de 14 Sub-Divisões Policiais no Estado possibilitaram descentralização em consonância com a ocupação econômica e social do interior, sem maior quebra de unidade de comando. Os últimos conflitos de terras, resultante de remanescentes litigiosos, puderam ser solucionados prontamente com a rápida presença do aparelho estadual de segurança, evitando maiores consequências, como antes eram muito comuns, por falta inclusive de medidas de prevenção e precaução das autoridades respectivas.

O setor está hoje melhor aparelhado, com instrumentos de rádio receptor-transmissor, inclusive em viaturas de patrulhamento, receptores portáteis, motocicletas tri-ciclos, veículos em geral, material e instrumental científico para a Polícia Técnica e Instituto Médico Legal, incluindo laboratórios de pesquisas, fotográfico, microscópios, cinemacoteca policial, etc.

A criação da Escola de Polícia foi uma das importantes inovações do atual Governo para habilitação do pessoal profissional, assegurando inclusive condições para a autêntica instituição da carreira policial, melhor selecionada, de sorte a credenciar o pessoal, que tem a missão da segurança da população e de combate ao crime, ao reconhecimento e apoio da opinião pública. Nêsse sentido, grandes benefícios estão sendo colhidos com a concessão de bolsas de estudos nos Estados Unidos, no Panamá, na Guanabara e em Brasília, bem como os cursos intensivos que foram ministrados por especialistas norte-americanos.

A Polícia Militar do Estado, em razão da vertiginosa expansão do Paraná, nêstes últimos anos, teve seus efetivos ampliados. Novos equipamentos foram adquiridos para pronta ligação, por radiotelecomunicação, com o serviço de radiopatrulha e o da polícia civil, tendo sido construído no Pilarzinho, em Curitiba, o novo prédio destinado a acomodar o Serviço Postal e de Telecomunicações, que sofria lacunas no tráfego de mensagens, num montante, atualmente, de mais de nove mil palavras diárias.

O 1º e 2º Batalhão de Polícia foram instalados em dependências mais adequadas, assim como o Centro de Formação e Aperfeiçoamento, que foi transferido para novo local, à Aveni-

da Vicente Machado, em Curitiba, contando agora com maior número de salas de aula e salão nobre adaptavel para projeções e conferências. Pela primeira vez na história da Polícia Militar, técnicos estrangeiros têm ministrado cursos especializados aos oficiais da corporação, aprimorando o nível profissional da oficialidade.

O Corpo de Polícia Montada, o Batalhão de Sinaleiros de Trânsito e o Serviço de Manutenção e Transportes contam com melhor equipamento, instalações mais amplas e melhores serviços.

Foi extinta a antiga organização de guardas portuários, ficando todo o serviço de segurança dos Portos de Paranaguá e Antonina entregues à Polícia Militar, que o executa por intermédio do Corpo de Policiamento Portuário, criado pelo atual Governo.

O Corpo de Policiamento Florestal somente no atual Governo teve sua administração posta em funcionamento em condições adequadas. Instalada inicialmente à título precário, passou da fase experimental para o seu definitivo funcionamento, em cujo edifício funciona a unidade de comando, tendo destacamentos no Parque Turístico de Vila Velha, na Gruta do Monge, na Lapa, na Gruta de Campinhos, em Bocaiúva do Sul e no Parque Florestal de Porecatú. Estão em estudos, por sugestão da Polícia Militar, convênios a serem firmados com outros órgãos estaduais e federais pelos quais o Corpo de Policiamento Florestal passará a prestar serviços no setor de caça e pesca.

No decorrer do ano de 1964 o Corpo de Bombeiros deu total atendimento e proveu de segurança a Capital e todos os Municípios onde possui destacamento, a saber, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Irati, Guarapuava, Paramaguá, União da Vitória e ainda o Posto de Guarda Vidas na cidade balneária de Guaratuba, bem como em outras localidades onde se faz necessária a presença eventual da Corporação.

Cursos intensivos tem sido promovidos, inclusive estágios para oficiais, aspirantes e praças em São Paulo e Guanabara, visando assimilar a evolução das novas técnicas empregadas em operações de salvamento. Na atual gestão o Corpo de Bombeiros instalou uma Central de Radiofonia, de grande capacidade e dotada de antena de 31 metros de altura para operações

de incêndio e salvamento em geral, sendo ainda ampliadas várias instalações, adquiridos material de motomecanização, material de incêndio e salvamento.

Encontra-se em fase de acabamento mais uma ala do novo Quartel da sede da Corporação bem como o quartel para o Serviço de Guarda Vidas em Guaratuba.

Da programação para o setor de segurança em geral, relativo ao ano de 1965, está prevista, na polícia civil o equipamento das 14 Sub-Divisões Policiais do Interior com jeeps e carros-fortes em cada uma, além do preenchimento de claros dos destacamentos da Guarda Civil; no setor dos estabelecimentos penais do Estado, a conclusão do Manicômio Judiciário; no Departamento do Serviço de Trânsito, desmembramentos das circunscrições de trânsito, a construção de instalações próprias para sede do DST em local já designado, no Tarumã, (obra orçada em 100 milhões de cruzeiros) e estudos a serem procedidos junto ao Conselho Municipal de Trânsito para equacionar os graves problemas de trânsito em Curitiba.

V — A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL

A atitude do atual Governo no que respeita à sua política de pessoal tem visado a dois objetivos fundamentais: dar à administração de pessoal do Estado a independência necessária ao seu perfeito funcionamento, com a consequente abolição das influências estranhas tão nocivas à sua racionalização e, por outro lado, conferir ao servidor a segurança de um futuro amparado, dando-lhe a possibilidade de, com tranquilidade, dedicar-se aos seus afazeres, sem necessidade de derivar a atenção para a defesa de direitos e prerrogativas que normalmente lhe devem ser asseguradas pela administração.

O sucinto relato que se segue visa mostrar o que se conseguiu desde 1961 até 1964, com as medidas tomadas pelo Governo.

Em 1961 a atual administração encontrou o pessoal civil do poder executivo composto da forma seguinte: um quadro geral, dois quadros especiais, uma tabela ordinária de extranumerários mensalistas, cinco tabelas próprias de pessoal extranumerário mensalista, três tabelas próprias de extranumerários diaristas, uma tabela de extranumerários tarefeiros e outra de contratados, quatorze tabelas de salários e denominações diversas e quarenta e três faixas salariais diferentes para uma mesma função (a de motorista era o exemplo mais típico).

Cuidou-se desde logo de promover fundamental alteração na política de pessoal, visando a racionalização dos serviços e o incentivo, eficiência e a dignidade de que estava se afastando, por força da desordem imperante e de privilégios injustificáveis.

Feito o levantamento geral do funcionalismo, foram dis-

pensados os que se encontravam em situação irregular e ilegal; procedeu-se à distribuição de aproximadamente 45.000 questionários para conhecer a situação de cada servidor, preenchidos pelo próprio funcionário, sem nenhuma interferência do Governo. Esse levantamento foi a base de todo o trabalho de elaboração da Mensagem que instituiu no Paraná o Plano de Classificação de Cargos e tem servido como fundamento para a execução das diversas fases de sua implantação.

Após a análise técnica dos 45.000 questionários elaborou-se anteprojeto do Plano de Classificação de Cargos, depois convertido em lei, sendo extintos os cargos isolados de provimento efetivo, abolidos os quadros especiais, com agrupamento de todo o pessoal no Quadro Único, exceto das autarquias, possibilitando maiores oportunidades de promoção, de vez que todos concorrem em suas próprias séries de classes.

À data da Lei 4.544, de 1º de fevereiro de 1962, foram efetivados todos os servidores que contassem com cinco anos ou mais de serviço público, com o que se deferiu estabilidade à milhares de servidores que não tinham garantia alguma. Foi também introduzido o critério do mérito para as promoções, reservando-se a situação de antiguidade para desempate.

Já foi executado o enquadramento provisório de todos os servidores civis, estando o enquadramento definitivo em vias **de ser implantado**. Fez-se o processamento de mais de 2.500 casos de readaptação, visando corrigir os desvios funcionais, que se impunha dada a falta de critério nas admissões e nomeações de pessoal.

Com o levantamento cadastral do funcionalismo para apuração de acumulação de cargos, constataram-se cerca de 2.240 casos, tendo a Comissão de Acumulação distribuído comunicações de opção, a serem devolvidas em prazo certo, pelos funcionários que acumulam ilegalmente.

A lei que estabeleceu a Classificação de Cargos determinou a obrigatoriedade de concurso para ingresso na função pública. Até mesmo para admissões de carácter interino, nos casos de necessidade urgente de servidores para certos grupos ocupacionais, são realizadas provas de habilitação, obedecendo ao mesmo processo formal dos concursos.

Além dos cursos de âmbito mais geral, outros são mi-

nistrados nas diversas Secretarias de Estado, visando ao aperfeiçoamento e treinamento dos servidores, de que já são exemplos os Cursos de Técnica Orçamentária, de Português e Redação Oficial, de treinamento para médicos chefes de Unidades Sanitárias, de Chefes de Secção do D.A.E., de Supervisores de Merenda Escolar.

Em 1964 foi baixado o Decreto 15.673 que regulamentou a concessão de ajuda de custo para bolsistas ou estagiários que se deslocam para fora do Estado, estabelecendo, entre outras normas, a igualdade do «quantum» a ser percebido, para que o servidor possa gozar de auxílio financeiro condigno, ao mesmo tempo em que eliminou o desnivelamento.

Antes, vários órgãos tinham função opinativa indiscriminada nos processos reivindicatórios de servidores, com tratamento diverso para casos semelhantes. Atualmente, ao Departamento Estadual do Serviço Público - DESP está devolvida e assegurada a atribuição, que lhe é conferida por lei, de opinar em qualquer processo reivindicatório de funcionários.

A Lei 4.544, que instituiu o Plano de Classificação de Cargos trouxe profundas modificações na política salarial do servidor público paranaense, entre as quais cabe mencionar o dispositivo que ampara o pessoal inativo, colocando-o, para efeito de percepção de salário no mesmo pé de igualdade que os seus colegas em atividade.

Com a lei que concedeu aumento de vencimentos em fins de 1964 novas conquistas foram asseguradas aos servidores públicos, com outros benefícios que se somam aos anteriormente concedidos pelo atual Governo, podendo ser citados, entre outros os seguintes: paridade de remuneração entre inativos e seus colegas em atividade; concessão da aposentadoria ao servidor de sexo feminino, antiga reivindicação do magistério, incorporação da vantagem denominada «quarta parte» aos vencimentos, para efeito de cálculo dos adicionais por ano excedente a 30 anos de serviços públicos; contagem em dobro do tempo de férias ao servidor que ficou privado de gozá-la no tempo próprio; adicional por quinquênio de serviço; readaptação do servidor de conformidade com sua comprovada habilitação intelectual ou profissional; criação do Instituto de Previdência do Estado.

ADMINISTRAÇÃO DO MATERIAL

O Departamento Estadual de Compras - DEC. movimentou recursos em 1964 num total de 3 bilhões de cruzeiros, a fim de atender as necessidades da administração pública. O movimento apresentou-se como segue:

	Cr\$
Material de Consumo	2.690.922.478
Material Permanente	144.436.013
Equipamentos e Instalações	300.733.242
Total	3.136.092.623

O DEC realiza suas compras através da Divisão de Julgamento e Concorrências, em conjunto com o Conselho Deliberativo e Fiscal, que é composto de elementos indicados pela Associação Comercial do Paraná. O movimento desse órgão especializado foi o seguinte:

Concorrências Públicas	32
Administrativas	95
Permanentes	55
Coletas	321
Tomadas de Preços	266

Por outro lado, o DEC efetuou concorrências públicas para a venda de materiais inservíveis ao serviço público, no valor de Cr\$ 12.148.678, recolhidos ao Tesouro do Estado, superando inclusive as avaliações feitas por comissões especiais, que foram da ordem de Cr\$ 7.446.300, com uma diferença, portanto, no valor de Cr\$ 3.997.854.

O número de fornecedores do Estado, registrados na Seção de Cadastro, acusou um aumento de 143 em 1963 para 180 firmas em 1964.

O Departamento está realizando ampliação de suas instalações em face do crescente aumento de suas atividades, visando inclusive desburocratizar os serviços e permitir um fluxo de trabalho mais condizente com sua função.

VI — AS RELAÇÕES DO ESTADO

1) UNIÃO

Na Mensagem do ano passado ao Legislativo Estadual dizia o Governo:

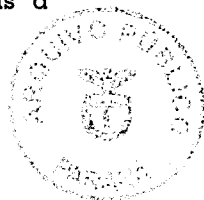
«Nas condições de hoje, somente o Poder Central, único poder emitente, pode alcançar disponibilidades financeiras e enfrentar as alterações de custos. As rendas de que dispõe o Estado e o plano de desenvolvimento nelas baseado, diluem-se no mar de papel-moeda lançado à circulação pelo Governo Federal.

«Defende-se uma nova discriminação de rendas mas é óbvio que, por mais benevolente que venha a ser para com as unidades federativas, ela ficará igualmente reduzida a termos pouco expressivos se vigorar a inflação desenfreada. Novos recursos seriam com o tempo anulados pelo volume crescente do meio circulante».

Realmente, essa era a questão crucial nas relações do Estado com a União. O desequilíbrio federativo ultimamente não advinha somente da redução do campo da autonomia estadual. A crescente participação do setor público na vida econômica e social tende para o fortalecimento do governo central em tôdas as Federações e o Brasil não será exceção à regra. Mas não é só o fato de uma desproporção de poderes. A desproporção está também em que a União arrecada relativamente mais e pode emitir ilimitadamente, criando, no campo das despesas públicas, um agravamento inflacionário que destrua as finanças estaduais.

Esse quadro tende agora seguramente a se modificar.

Pretende a União em 1965 obter substancial progresso na contenção do ritmo de aumento de preços, com vistas à



uma relativa estabilidade de preços a partir de 1966. Nêsse sentido utilizará todos os instrumentos disponíveis, principalmente os fiscais e creditícios, a fim de incentivar produtores dispostos a colaborar para a contenção do custo de vida.

Os meios de pagamento deverão expandir-se em apenas 30% em 1965, em comparação com mais de 80% em 1964. Essa reduzida expansão, se alcançada uma taxa de aumento do produto nacional da ordem de 6%, permitirá queda substancial no ritmo de aumento dos preços.

O Govêrno do Estado, na parte que lhe cabia, respondeu ao apelo da União quanto à política financeira, o que poderá vir a contribuir, como espera a União, para evitar novos surtos inflacionários. Principalmente promoveu a contenção orçamentária, procurando, na medida do possível, financiar os seus investimentos de infra-estrutura com recursos não inflacionários.

Por outro lado, a União está tornando efetiva a ajuda federal à obras setoriais do Estado, indispensáveis ao processo de seu desenvolvimento econômico, notadamente no setor da energia elétrica, rodovia e aparelhamento portuário.

II) ESTADOS

Durante o ano de 1964 a Presidência do Conselho do Desenvolvimento do Extremo Sul-CODESUL, de que o Estado do Paraná faz parte, juntamente com o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, esteve com o Governador dêste último Estado, dentro do critério de rodízio anual estabelecido por êsse organismo de integração regional.

A cooperação entre os Govêrnos do Paraná e São Paulo, para o aproveitamento hidrelétrico do Paranapanema, está materializada na construção da Usina de Xavantes. O Paraná vai beneficiar-se com a grande iniciativa do Estado vizinho, que destinará quota substancial de energia ao nosso Estado. Por força de sua participação acionária na USELPA, a COPEL já transferiu àquela empresa bandeirante, até dezembro de 1964, o montante de um bilhão e quarenta milhões de cruzeiros.

Por outro lado, o Paraná deverá contar futuramente com

energia elétrica da SOTELCA, empresa catarinense que, em cooperação com a CEPCAN, está fazendo o aproveitamento termelétrico do carvão.

De sua parte, o Paraná concluiu, através da COPEL, o estudo preliminar do aproveitamento do Rio Negro que poderá possibilitar 4 milhões de kW de potência instalada para a região compreendida pelos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A cooperação interestadual tem alcançado inclusive Estados do Nordeste e do Norte do país, através de entendimentos em nível governamental para o fornecimento de alimentos, à baixo custo, proveniente de excedentes de safras paranaenses.

III) MUNICÍPIOS

Em 1964 o Departamento de Assistência Técnica aos Municípios - DATM teve consideravelmente ampliadas suas atividades, a começar pela transferência de sua sede para novas dependências, onde pudesse oferecer rendimento mais satisfatório nos setores dos serviços que estão à seu cargo, para uma assistência efetiva às Prefeituras, especialmente na organização de seus serviços internos e externos.

A Divisão Municipalista contou com economistas especializados em administração municipal, tendo sido melhor atendidos vários municípios que solicitam revisões de escrita de exercícios anteriores. Funcionou junto da Comissão de Inquérito Policial-Militar, instituída na vigência do Ato Institucional, para verificação de denúncias sobre irregularidades em diversas municipalidades, atendendo solicitação que lhe foi feita.

Durante o ano foram emitidos 148 pareceres técnicos de análises de balanços para efeito de cálculo da quota prevista pelo Art. 20 da Constituição Federal, sendo elaborado também um «Modelo de Orçamento Padrão» a fim de atender disposições da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, que estatuiu novas normas de Direito Financeiro para elaboração de controle de orçamentos e balanços da União, Estados e Municípios. Funcionários de Prefeituras do interior realizaram estágio no DATM para aperfeiçoamento de técnica municipal. Foram

preparados trabalhos de orientação na organização dos serviços de 24 novos municípios, além de roteiro para instalação dos órgãos municipais.

O Serviço de Engenharia prestou assistência para projetos, plantas, levantamentos, além de esclarecimentos técnicos, a 47 municípios, inclusive dois do Estado de Santa Catarina.

A Secção Jurídica emitiu 75 pareceres, orientando também as prefeituras a respeito de modificações havidas na Constituição Federal. Elaborou o anteprojeto da nova Lei Orgânica dos Municípios, já remetida através de Mensagem do Executivo à Assembléia Legislativa do Estado. Realizou estudos sobre códigos tributários e de posturas municipais, apreciando a constitucionalidade de inumeras leis municipais.

Com o patrocínio do DATM foram realizados em 1964 três seminários e um conclave de maior parte, a saber:

- o IIIº Seminário de Prefeitos e Vereadores, em Apucarana, de 12 a 14 de julho;
- o I Encontro Municipalista do Paraná, em Curitiba, de 23 a 29 de Agosto;
- o IV Seminário de Prefeitos e Vereadores, em Jacaré-zinho, de 21 a 24 de Outubro;
- o V Seminário de Prefeitos e Vereadores, em Parana-guá, de 7 a 10 de Novembro.

O atual Governo encontrou o DATM, em 1961, como um órgão técnico praticamente sem técnicos, lutando além disso com falta de recursos para dar cumprimento à um tipo de assistência que vem sendo solicitada numa escala considerável, dado o grande aumento do número de municípios no Estado que na fase de instalação e organização de seus serviços não podem prescindir da experiência e da orientação desse organismo estadual.

Em 1961, com a cooperação de técnicos paranaenses, o Departamento realizou um curso intensivo de contabilidade municipal, cujo programa foi oficializado pela Universidade do Paraná. Promoveu uma reunião com Prefeitos de 78 novos Municípios. Nos anos seguintes ampliou a qualidade de sua assistência, tendo em 1962 funcionado como promotor do maior plano de assistência rodoviária de que se tem notícia entre os municípios do Paraná, coordenando o financiamento para

aquisição de 48 motoniveladoras e dois tratores destinados aos Municípios do Estado.

O DATM passou a assistir as Prefeituras junto ao Governo do Estado no que se refere ao recebimento da quota de retorno prevista pelo Art. 20 da Constituição Federal. Os demonstrativos das receitas municipais passaram a ser enviados à Secretaria da Fazenda através do DATM, que neles exara parecer antes da contabilização da quota pela Contadoria Central do Estado. Essa inovação contribuiu, de certa forma, para padronizar e racionalizar os demonstrativos das receitas das Prefeituras, dentro do objetivo geral de se chegar à uma técnica de maior nível na administração municipal.

Com êsse sentido eminentemente técnico, o DATM é hoje um poderoso instrumento na melhoria das relações, quer dos municípios entre si, quer dêstes com o Estado.



ÍNDICE

I — INTRODUÇÃO

II — A CONJUNTURA ECONÔMICO-FINANCEIRA

	Pág.
A Evolução da Economia	3
As Finanças Públicas	7
A Política Econômica	22
O Planejamento	28

III — A FUNÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO

Energia Elétrica	35
Rodovias	46
Ferrovias	55
Portos	58
Aeroportos	61
Telecomunicações	64
Fomento Industrial	67
Agricultura e Pecuária	73

IV — A FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO

Educação e Cultura	85
Saúde Pública	93
Saneamento	99
Assistência Social	103
Terras e Colonização	110
Justiça e Segurança	112

V — A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administração do Pessoal	119
Administração do Material	122

IV — AS RELAÇÕES DO ESTADO

União	125
Estados	126
Municípios	127



**IMPRESSO NAS OFICINAS DO
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO**

1965